



PROCESSO	
INTERESSADO	CPF _i - CAU/SP
ASSUNTO	Apresentação de errata do RGI 2020 - Para: apreciação, análise e deliberação.
DELIBERAÇÃO Nº 39/2021 - CPF_i - CAU/SP	

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - CPF_i - CAU/SP, reunida ordinária e de forma híbrida (SEDE do CAU/SP e via Microsoft Teams), no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 98 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Resolução CAU/BR número 200/2020, que dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis, e de prestação de contas e apresentação do Relatório de Gestão Integrado anuais;

Considerando a Instrução Normativa número 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece as normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal;

Considerando a Decisão Normativa 187/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que divulga a relação das unidades prestadoras de contas e estabelece os elementos de conteúdo dos relatórios de gestão e os prazos de atualização das informações que integram a prestação de contas da administração pública federal;

Considerando a necessidade de apresentação, de análise e de aprovação das contas do CAU/SP;

Considerando a apresentação do Relatório de Gestão Integrado (RGI) do CAU/SP - 2020, com ajustes realizados pela equipe técnica da Gerência Financeira (GF) do CAU/SP;

Considerando que todas as deliberações de comissão devem ser encaminhadas à Presidência do CAU/SP, para verificação e encaminhamentos, conforme Regimento Interno do CAU/SP.

DELIBERA:

1. Aprovar os ajustes no Relatório de Gestão Integrado (RGI) do CAU/SP - 2020.
2. Encaminhar a presente deliberação à Presidência para verificação e demais providências.

Com **10 votos favoráveis** dos (as) conselheiros (as), Renata Alves Sunega, Barbara Emilia Kemp Dugaich Auto, Bruna Beatriz Nascimento Fregonezi, Daniel Passos Proença, Vera Lúcia Blat Migliorini, Fernanda Simon Cardoso, José Renato Soibelman Melhem, Maria Teresa Diniz, Maria Eduarda Curio Alcantara e Silva, Sandra Aparecida Rufino **00 votos contrários e 00 abstenções.**



Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 019/2020, que aprovou a participação virtual de membros de comissões permanentes do CAU/SP nas reuniões presenciais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

São Paulo/SP, 09 de Setembro de 2021

MARCELO APARECIDO GABRIEL
Coordenador de Planejamento Orçamentário

ERRATA

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO 2020

RESUMO DOS AJUSTES

Slide 06 – Ajuste no quantitativo de empresas de 7.154 para 7.514;

Slide 18 – Ajuste no texto, faltou o sinal de porcentagem após o número “23”.

Slide 21 – Adequação do texto com informações de valores com capital

Slides 20, 27, 28, 30, 46 e 53 – Valores dos Objetivos Estratégicos - Inclusão de informações com capital

Slide 42 – Valores do indicador de receita por arquiteto, que antes constavam como meta e execução, 768 e 753, para 641, 768.

Correção no Índice Inadimplência de Pessoa Física de 27,4% para 26,8%

Slide 43 – Correção de informações de valores e percentuais

Slide 44 – Ajuste no texto – Retirada da palavra “mínimo” do texto explicativo dos percentuais do limite estratégico.

Slide 45 – Revisão do texto explicativo do “Índice de Intenção de Investimentos em Patrocínios”.

Correção do Índice de Intensão de Investimentos em Patrocínio de 3,8% para 6,1%

Slide 46 – Ajuste da palavra “Sociedade” no objetivo estratégico

Slide 52 – Percentual de execução do limite estratégico em relação a RAL – Ajuste de 0,8% para 0,7%

Slide 53 - Ajuste no percentual dos objetivos locais constantes no texto explicativo.

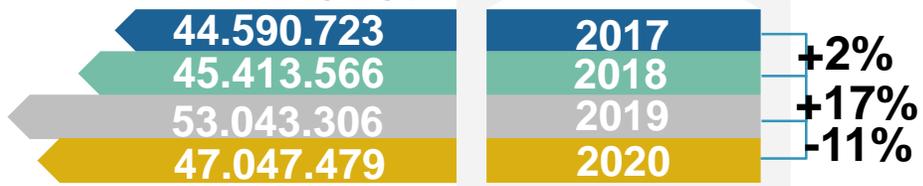
CAU/SP em números

Quantidades



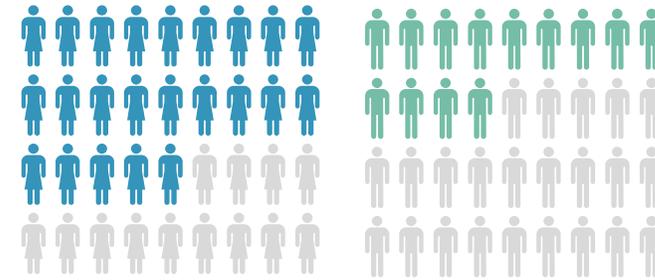
Em comparação a 2019

Receitas Totais (R\$)



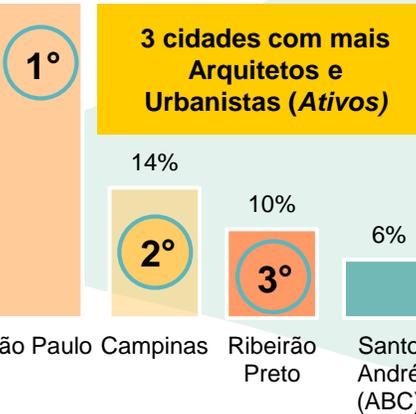
Fonte: Dashboard Arrecadação de Receita CAU/BR

♀ 63%

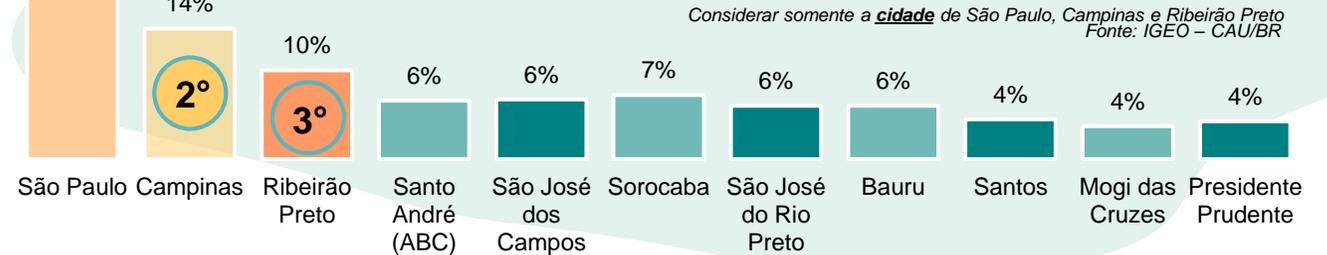


♂ 37%

34%



Emissão de RRTs nas 10 Regionais + Sede SP



R\$ 135,56 Milhões

De arrecadação somando todos os CAU's Uf's do País

R\$ 47,05 Milhões que representa 80% da arrecadação (Anuidades PF e PJ (Atual e Anos Anteriores), RRT e Taxas



Fonte: Dashboard Arrecadação de Receita CAU/BR

Fiscalização

784 Demandas Reativas
210 Demandas Proativas

Fonte: Departamento Fiscalização

Principais Classificações

290 Índícios de exercício ilegal
208 Índícios de faltas éticas



A quantidade de cursos relacionados a Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo em 2020 foi de 160 com um total de 32.656 vagas

Fonte: Departamento Ensino e Formação - EMEC Sistema Eletrônico do MEC

Ambiente Externo

A pandemia de covid-19, que infectou milhões e matou outros milhares de brasileiros, sepultando as esperanças que ainda restavam de uma recuperação da economia, marcou decisivamente o ano de 2020. Investimentos foram cancelados, empresas fecharam e empregos foram perdidos em proporções históricas.

Mesmo antes da pandemia, o País vinha

fechando mais empresas do que abria. Porém, em 2020, o processo se intensificou. De acordo com a pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em junho, o Brasil tinha cerca de 4 milhões de empresas, sendo 2,7 milhões (67,4%) em funcionamento total ou parcial; 610,3 mil (15,0%) fechadas temporariamente; e 716,4 mil (17,6%) encerradas em definiti-

vo. Estima-se que até o fim do ano, o número dessas últimas tenha chegado a um milhão.

O custo da pandemia é mundial e tem sido estimado em pelo menos 8,8 trilhões de dólares. Custo proporcionalmente parecido com o que deve ser cobrado do Produto Interno Bruto brasileiro. Embora as previsões tenham melhorado em relação ao que era esperado no começo da pandemia, o tombo ainda continua enorme, com a previsão de retração em torno dos 5%. Já a taxa de desemprego terminou o ano com média de 13,5%, o que significa que 13,4 milhões de brasileiros estavam na fila pelo emprego.

Apesar de graves, esses números ainda não são capazes de revelar a exata dimensão da crise. A necessidade de controlar a propagação do vírus e o distanciamento social paralisaram temporariamente diversas atividades econômicas. No fim do primeiro semestre, o IBGE estimava que 170,1 milhões de pessoas estavam em idade para trabalhar no Brasil. Porém, 82,5 mi-

lhões encontravam-se ocupadas. Até o fim do ano, esse número aumentou e chegou a 86,1 milhões, mesmo assim um número que corresponde apenas a 49,4%, ou seja, menos da metade da força de trabalho do País.

Esse cenário teve reflexos diretos na atividade de arquitetura e urbanismo. Mesmo com a dilatação do vencimento da anuidade e a ampliação do refinanciamento de débitos, a inadimplência das pessoas físicas aumentou de 23% para 27%. Já a emissão de RRTs sofreu uma queda de 35,6% nos três primeiros meses da pandemia em São Paulo.

Considerado atividade essencial e recebendo incentivos governamentais, o mercado da construção registrou notável aquecimento a partir de junho. O mesmo aquecimento se verificou no exercício da arquitetura e urbanismo, com crescente aumento na emissão de RRTs. Porém, esse aquecimento, embora registre uma recuperação um pouco superior aos patamares de 2019, ainda está longe do

que se previa inicialmente no começo de 2020.

Com isso, 2021 se torna um grande desafio. Por um lado, há incertezas, uma vez que a vacinação no Brasil demora a engrenar e a segunda onda da doença para inevitável. Por outro, os melhores resultados do segundo semestre fazem com que o Ministério da Economia projete um crescimento do PIB na casa dos 3,2%, puxado pelo otimismo principalmente para com a construção civil. O que definirá qual cenário prevalecerá será o quanto governo e iniciativa privada estarão dispostos a investir.

Mesmo assim, cada vez mais há um clamor pela arquitetura e urbanismo para todos. Enquanto tratamentos e curas para a covid-19 não chegam, a atuação dos profissionais da área se apresenta como a melhor solução para aumentar a qualidade de vida nas grandes cidades e fazer valer o tão pedido distanciamento que a sociedade precisa..

Força	Fraqueza	Oportunidade	Ameaça
Lei 12.378/2010 Geografia do Estado Vocação Social Demanda Contínuo PIB de SP e parque tecnológico Oferta de vagas no ensino Comunicação eficiente	Falta de poder de influência na gestão pública Legislação brasileira Concentração geográfica dos profissionais no Estado Qualidade do banco de dados (IES, formandos, arquitetos, empresas) Qualidade no ensino em geral Marca não consolidada do CAU/SP Entidades fragilizadas Comunicação externa e interna	Nova imagem do arquiteto Fomento no ensino de qualidade com acreditação dos cursos Fortalecimento de instituições de apoio ao profissional Aprovação do projeto de lei da arquitetura como carreira de Estado Cadastramento de arquitetos nos escritórios de São Paulo Fortalecimentos nos escritórios de AU Mercado de trabalho diversificado Alta demanda da sociedade	Reserva técnica Informalidade do arquiteto devido à burocratização Falta de qualidade no ensino Não existência da arquitetura como carreira no Estado Falta de valorização dos profissionais Intervenção governamental Concorrência externa Sombreamento das profissões PEC 108



Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é um processo sistêmico que permite definir o melhor caminho a ser seguido por uma organização para atingir um ou mais objetivos estratégicos, dentro de um contexto previamente analisado dos cenários, definindo-se metas e ações que permitirão chegar onde se deseja. A Identidade Organizacional do conjunto autárquico CAU é composta pela Missão, Visão e Valores; bem como por Objetivos Estratégicos Nacionais e Locais estabelecidos para um período de dez anos. O Planejamento Estratégico CAU 2013 - 2023 sedimenta as bases de um Conselho com excelência organizacional, transparente, inovador e financeiramente sustentável, para servir à sociedade, assegurando eficácia no atendimento aos **61.253 profissionais e às 7.514 empresas** do setor no estado, comprometido com a qualidade e a modernidade em 2020.

O mapa estratégico em 2020 tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do CAU e relaciona os 14 objetivos estratégicos.

O infográfico a seguir demonstra os limites estratégicos mínimos e máximos estabelecidos pelas diretrizes do CAU/BR na 1ª Reprogramação 2020 do CAU/SP. Importante destacar que em decorrência da pandemia, os limites mínimos e máximos para atingimento dos objetivos estratégicos, foram flexibilizados, com exceção do objetivo de fiscalização, mantendo-se o percentual mínimo o a ser atingido de 15% sobre a Receita de Arrecadação Líquida.

Além dos valores estabelecidos e relacionados ao RAL (Receita de Arrecadação Líquida), o CAU/SP ampliou esses valores com os recursos de capital e acrescentado esses valores chegou-se a:

Fiscalização: R\$ 12.075.213,82

Objetivos Locais: R\$ 24.688.371,50

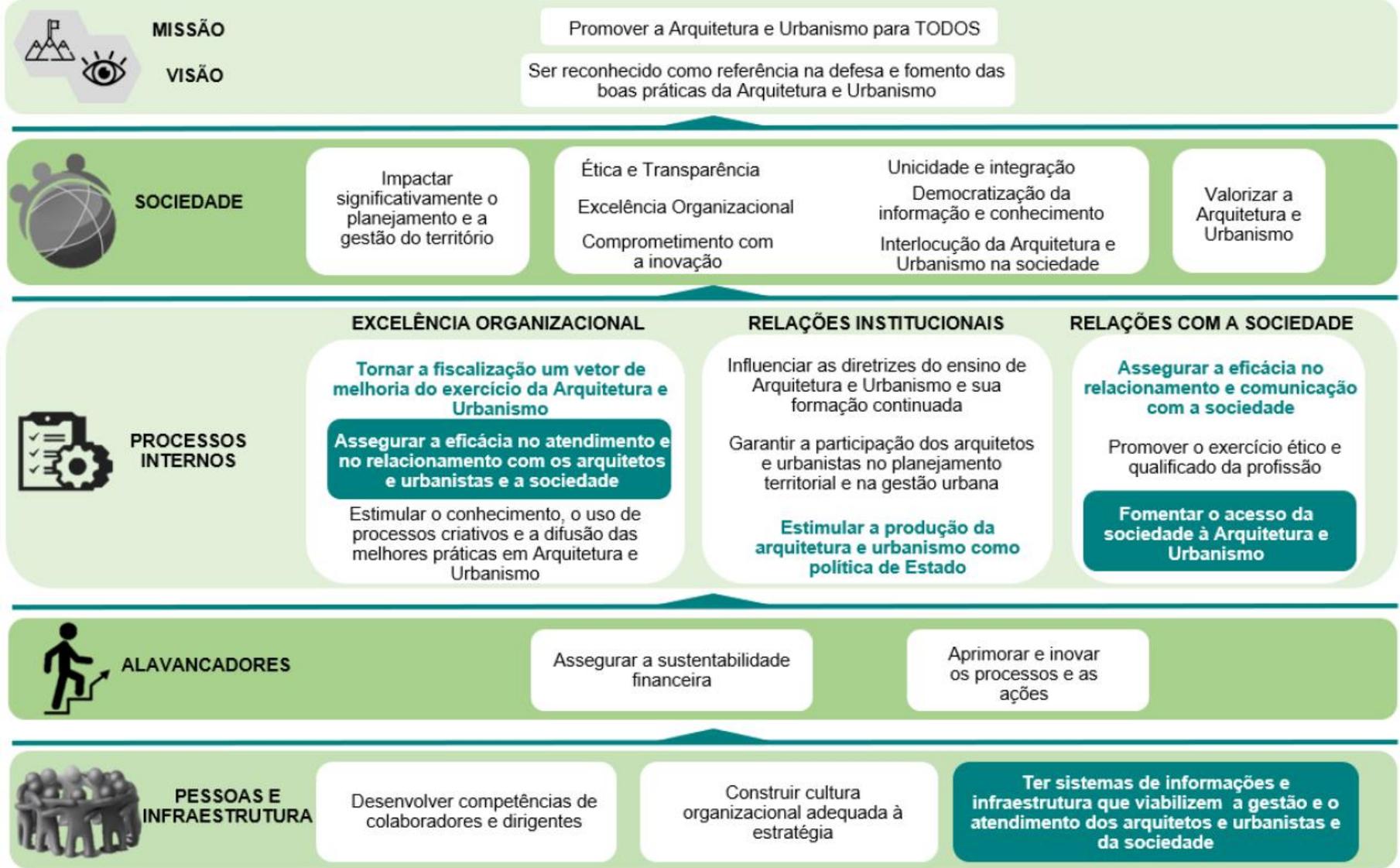
Visão									
Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo									
Limites Estratégicos	Nacional		Locais			Comunicação	Patrocínio	Capacitação	ATHIS
	Fiscalização (mínimo de 15% da RAL)	Atendimento (mínimo de 10% da RAL)	(Mínimo de 6% da RAL)			(mínimo de 3% da RAL)	(máximo de 5% da RAL)	(mínimo de 2% e máximo de 4% de Pessoal + Encargos)	(mínimo de 2% do total da RAL)
Objetivos Principais	Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade	Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade	Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade	Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo	Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo	Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores	Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo
Iniciativas Estratégicas	9	5	5	5	8	2	2	1	8
Projetado Reformulação	11.755.214 * 12.075.214 **	4.501.395	10.408.796,50 * 24.688.371,50 **			1.664.618	2.150.000	142.406	733.740,27 * 6.733.830,27 **
% de execução em relação ao RAL ***	24,8%	11,8%	22,9%			2,5%	5,25%	0,6%	0,98%
Demais Objetivos	Assegurar a sustentabilidade financeira	Garantir a participação dos Arquitetos e Urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana	Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada	Estimular a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado	Promover o exercício ético e qualificado da profissão	Aprimorar e inovar os processos e as ações	Construir cultura organizacional adequada à estratégia		
Iniciativas Estratégicas	4	10	5	2	5	3	1		
Projetado Reformulação	6.178.640	767.196	1.405.591	4.915.412	372.029	241.188	8.425		
% de execução em relação ao RAL ***	11,85%	0,68%	2,87%	13,54%	0,62%	0,44%	0,02%		

* Valores Sem Capital

** Valores Com Capital

*** Os percentuais de execução em relação a RAL estão considerando valores Com Capital

Objetivos Estratégicos



Valores Previstos

Fiscalização	R\$ 11.755.214
*R\$ 12.075.214	
* valores com os recursos de capital	
Atendimento	R\$ 4.501.395
Comunicação	R\$ 1.664.618
Patrocínio	R\$ 2.150.000
Objetivos Locais	R\$ 10.408.796
*R\$ 24.688.372	
* valores com os recursos de capital	
Capacitação	R\$ 142.406
ATHIS	R\$ 733.740
*R\$ 6.733.830	

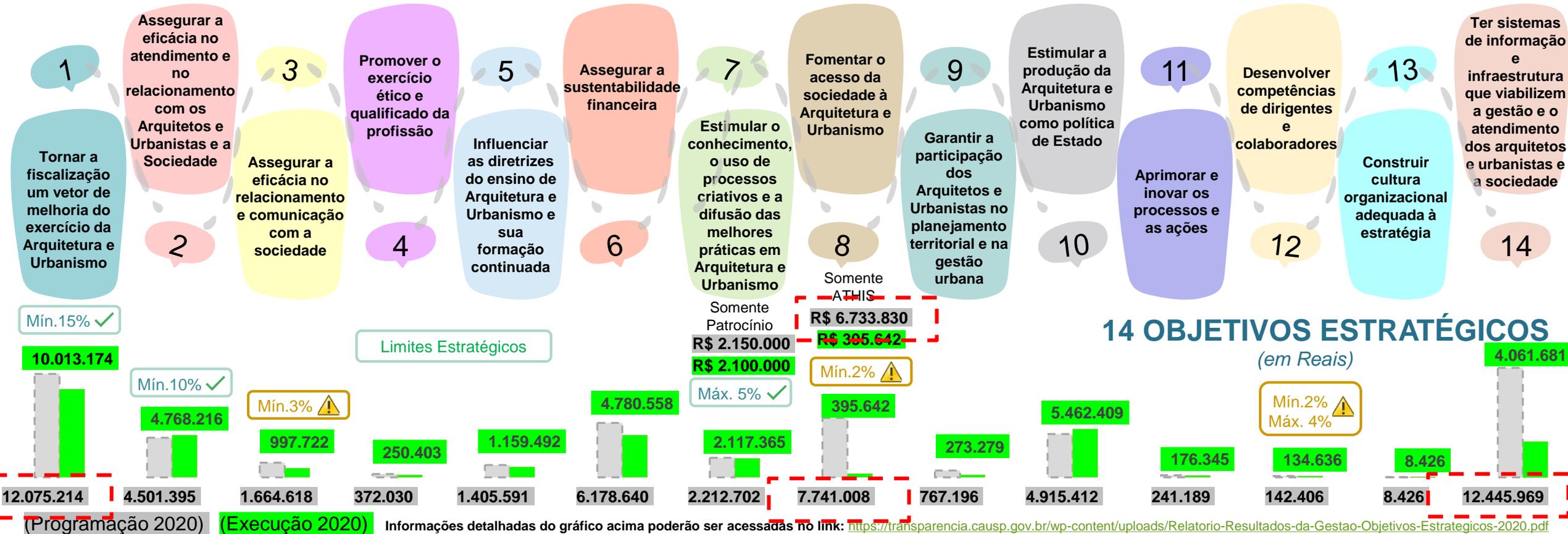
Os objetivos de âmbito nacional, são os que constam com a fonte verde, e os objetivos locais são os que se encontram com a caixa verde.
 * Os valores correspondentes à capital são respectivamente, fiscalização R\$ 320.000, nos três objetivos locais a soma de R\$ 14.279.576 e ATHIS R\$ 6.000.090 (Projeto Específico)
 ** Por meio das deliberações DPAEBR N° 0004-01/2020 e DPESP N° 0343-06/2020, o superávit R\$ 6.000.0090,00 poderá ser utilizado como despesa corrente na presente reprogramação
 Fonte: Planilha de Mapa Estratégico e ODS
<https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/1-Reformulacao-do-Plano-de-Acao-e-Orcamento-do-CAUSP-Mapa-Estrategico-e-ODS.pdf>

Resultados da Gestão

Abaixo estão demonstrados de forma simplificada todos os objetivos estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico do CAU e os valores projetados no orçamento de 2020. No gráfico abaixo, temos a informação do projetado para 2020 na coluna cinza pontilhada. Na coluna em verde claro, temos o realizado em 2020 e com base comparativa, na coluna verde escuro, a execução do ano anterior. As informações de cada um dos Objetivos Estratégicos poderão ser visualizadas no decorrer deste capítulo, com o detalhamento do comparativo entre programação e execução 2020,

principais realizações e desafios e perspectivas para 2021. Considerando o cenário mundial em decorrência da pandemia (COVID-19), e com a queda da arrecadação, todos os projetos e atividades foram revistos em um esforço conjunto de todo o Conselho para o equilíbrio das contas. A redução alcançada nesse esforço conjunto para o contingenciamento foi de 25,5%, porém não baseando-se na premissa indicada na DPAEBR N° 004-01/2020, ou seja, desconsiderou-se de despesas, a Reserva de Contingência, por não se tratar de uma despesa propriamente dita e também

o valor aportado para projeto específico, pois mesmo que será utilizado como despesa corrente, não se trata de uma despesa corrente de funcionamento e custeio efetivo do CAU/SP. Em se tratando de limites estratégicos estabelecidos pelas Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento, fica inobservado a aplicação do percentual mínimo de 15% sobre a Receita Líquida de Arrecadação nas atividades de Fiscalização. Para os demais limites, houve a flexibilização nestes percentuais, sendo os objetivos relacionado a ATHIS, Comunicação e Capacitação os únicos não alcançados e serão detalhados nos próximos capítulos.



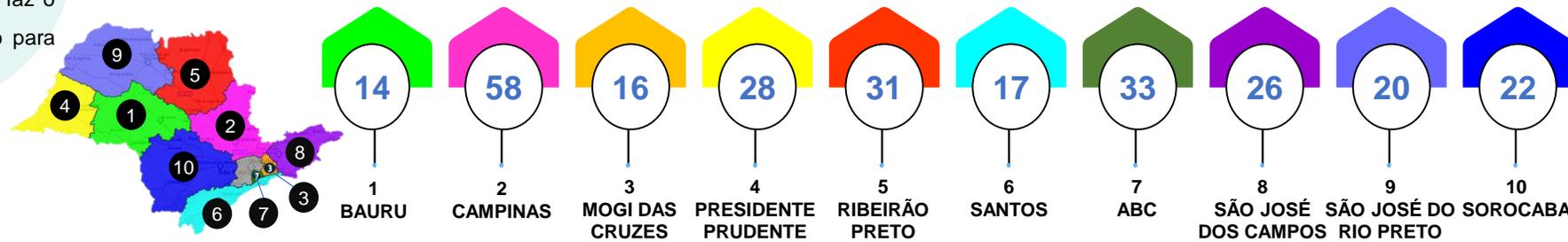
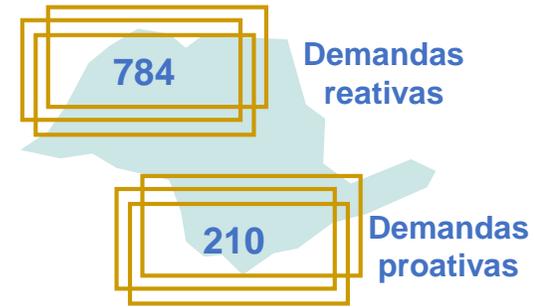
Resultados da área fim e seus indicadores

Fiscalização

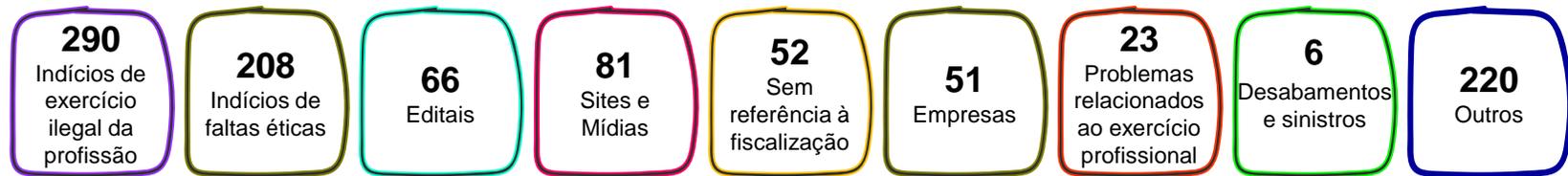
Para cumprir a finalidade de zelar pela orientação e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo, o CAU/SP conta com a área de Fiscalização e a Comissão de Fiscalização.

A Comissão é responsável pelo plano de fiscalização do CAU/SP, e por propor alterações na legislação de fiscalização junto ao CAU/BR. Ela também realiza ações preventivas e educativas institucionais para apoiar a fiscalização. A área de fiscalização, como área técnica faz o trabalho fiscalizatório mesmo, que só os fiscais tem atribuição para fazer

O CAU/SP teve 994 demandas cadastradas, divididas em 784 demandas reativas e 210 demandas proativas no ano de 2020, representando respectivamente 79% e 21% das ações. As demandas reativas são realizadas de forma a oferecer respostas à solicitações realizadas pela sociedade através de denúncias e atendendo a diligências de outros órgãos públicos ou mesmo de Conselheiros, solicitadas durante o rito de análise de processos. Já as demandas proativas são aquelas derivadas de um planejamento elaborado pelo próprio setor com o objetivo de fiscalizar e orientar. Das 994 demandas cadastradas durante o Exercício 2020, 207 foram em São Paulo, 22 não estavam ligadas a uma cidade e as demais nas regionais, distribuídas da seguinte forma:

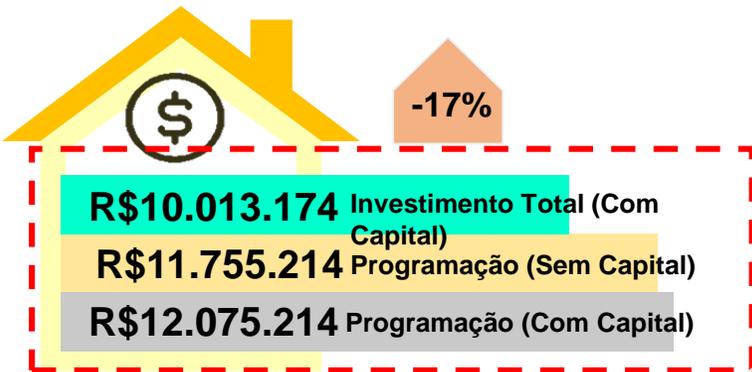


Ao analisar o total das demandas por classificação, temos:



As 52 demandas classificadas como “Sem referência à fiscalização” são denúncias registradas como atividades fora da área de atuação da fiscalização do CAU/SP. Por exemplo: solicitação para embargar obras, solicitação de emissão de carteirinha, pedido de fiscalização em outro Estado etc.

As 220 demandas classificadas como “Outros” são casos que não se encaixam em nenhuma das classificações anteriores. Por exemplo: demandas administrativas de correção de trâmites e demandas decorrentes de Planos de Ação (feiras e condomínios).



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Tornar a FISCALIZAÇÃO um VETOR de MELHORIA do exercício da Arquitetura e Urbanismo

Resultados da área fim e seus indicadores

Fiscalização

Desafios e Perspectivas 2021

O ano de 2020 trouxe inesperados desafios à sociedade brasileira como um todo, e as ações da Fiscalização e da Comissão de Fiscalização do CAU/SP, como não poderia deixar de ser, foram profundamente impactadas por este contexto.

Com o estado de calamidade gerado pela pandemia de Covid-19, e a adoção do teletrabalho desde março, às ações de fiscalização foram bastante afetadas, os prazos processuais nos processos punitivos do CAU/BR e dos CAU/UF foram suspensos desde maio com a promulgação da **Deliberação Plenária CAU/BR DPEBR nº 0007-06/2020**, o que acarretou no representamento de processos no setor, as atividades “in loco” ficaram prejudicadas, e o envio de pastas éticas e de exercício teve que ser revisto considerando a impossibilidade da tramitação física dos documentos.



O gráfico acima, demonstra os percentuais de execução do objetivo de fiscalização em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor mínimo de 15% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de fiscalização ultrapassou o limite mínimo do CAU/BR, com 24,8% sobre a RAL. No entanto ficou abaixo em 9,4 pontos percentuais na comparação com a programação estipulada pelo CAU/SP.

¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Os projetos do Plano de Ação da Comissão de Fiscalização também foram afetados, as palestras presenciais em universidade parte da ação “Profissão Arquiteto” tiveram que ser suspensas, reuniões institucionais e palestras dos projetos Município 100%, Síndico Consciente e Espaço Responsável também foram em sua maioria canceladas.

Acrescentamos a este cenário o ataque malicioso sofrido pelo SICCAU em 08 de julho, que deixou o sistema indisponível por alguns dias e cujas informações só foram completamente restauradas semanas depois. No entanto, o ano de 2020 também demonstrou sobremaneira o esforço empregado na adaptação e na preservação das atividades do setor.

Tanto a CF, quanto o setor de fiscalização aproveitaram o período de suspensão das atividades presenciais para se dedicarem ao planejamento e estruturação de suas atividades, a Fiscalização deu início a revisão do Manual de Fiscalização, documento que norteia as atividades do setor, e também deu início a elaboração de seu planejamento estratégico, em uma iniciativa inédita no Conselho, sinistros continuaram a ser fiscalizados, o conteúdo do setor no site do CAU/SP foi revisto e diversos procedimentos internos foram criados e revisados.

A Comissão de Fiscalização iniciou suas reuniões virtuais, concentrou seus esforços na análise da nova Resolução de Fiscalização, participou de dois do Projeto Síndico Consciente a distância, e adaptou a palestra do projeto Profissão Arquiteto para o formato remoto, também foi desenvolvida a ferramenta “Modelo Lógico” para cada um dos projetos. A partir do Modelo Lógico foi desenvolvida a Carteira de Projetos da Comissão de Fiscalização 2018-2020, um guia detalhado sobre cada uma das ações da Comissão com seus respectivos desafios, aprendizados e perspectivas.

Diante deste cenário, esperamos que o próximo ano, mediante a volta da normalidade no país, traga não apenas a retomada dos projetos e atividades, mas também que sua execução transcorra de forma mais estruturada e com melhores dados de monitoramento e resultados através das metas e indicadores criados.

Demais objetivos estratégicos

Sustentabilidade Financeira

Acompanha a liquidez corrente comparando a situação do ativo circulante com o passivo circulante.



14,65
Execução

41%
Meta



26,8%
Execução

Para a sustentabilidade é importante acompanhar o nível de inadimplência, comparando a quantidade de empresas inadimplentes com o total de empresas ativas.



40,4%
Execução

51%
Meta



641
Meta (Mínimo por arquiteto e urbanista registrado)



768
Execução

Para que haja orçamento suficiente para os investimentos de crescimento, o custo de pessoal deve ser limitado para não ultrapassar um determinado percentual de receita corrente.

Mede se a receita corrente de cada estado está aumentando para um mesmo número de arquitetos e urbanistas. Isso mostrará maior eficiência na arrecadação e o quanto o CAU/UF está melhorando sua sustentabilidade financeira.

54,7%
Meta (Não ultrapassar)

46,4%
Execução



INDICADORES

7,20
Meta (não ficar abaixo)



Para a sustentabilidade financeira é importante acompanhar o nível de inadimplência, comparando a quantidade de profissionais com o total de profissionais inadimplentes e o total de profissionais ativos.

Demais objetivos estratégicos

Inadimplência

O ano de 2020 foi completamente atípico quando comparado aos anteriores. A pandemia de COVID-19 afetou substancialmente a receita de arrecadação do CAU/SP, que de R\$ 50 milhões previstos inicialmente, foi revisto para R\$ 40 milhões, e terminou com R\$ 47 milhões.

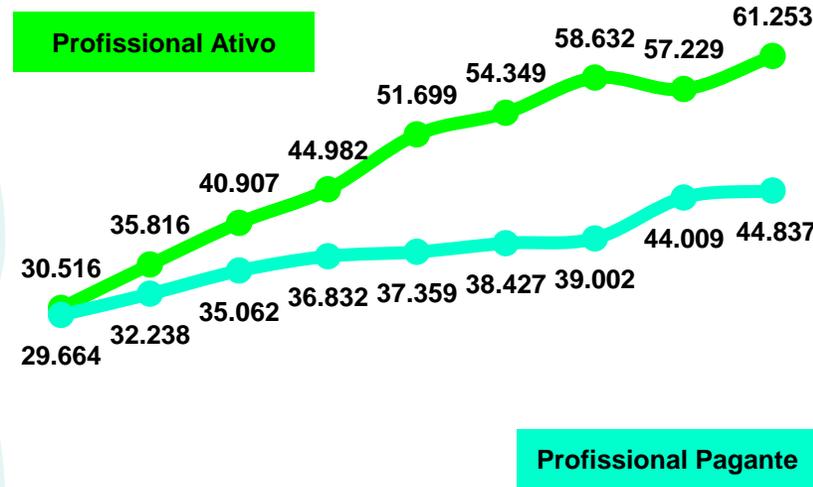
Tais resultados não seriam possíveis sem o trabalho de recuperação de créditos. Desse montante, R\$ 6,94 milhões, quase 100% do acréscimo na arrecadação, vieram com anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica de anos anteriores e multas e taxas, reflexo do trabalho realizado pela equipe financeira na recuperação das anuidades em atraso e regularidade dos profissionais e das empresas.

A arrecadação da anuidade de pessoa física de anos anteriores foi de R\$ 4,073 milhões, superando em 38% o programado para o ano (R\$ 2,95 milhões). Já a receita da anuidade de pessoa jurídica de anos anteriores ficou em R\$ 551 mil, 31% acima do que foi previsto (R\$ 421 mil). O trabalho também se fez sentir no valor de multas e taxas - R\$ 1,555 milhões, 9% a mais do que o estimado para o período (1,42 milhão).

Mais do que o impacto nas finanças, a importância dos resultados está no combate à inadimplência e no retorno dos arquitetos e urbanistas e de empresas e escritórios ao mercado. Mesmo com a pandemia e a grave crise econômica, a

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

(3%) (10%) (14%) (18%) (28%) (29%) (33%) (23%) (27%)



2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020

▲ (+17%) (+14%) (+10%) (+15%) (+5%) (+8%) (-2%) (+7%)

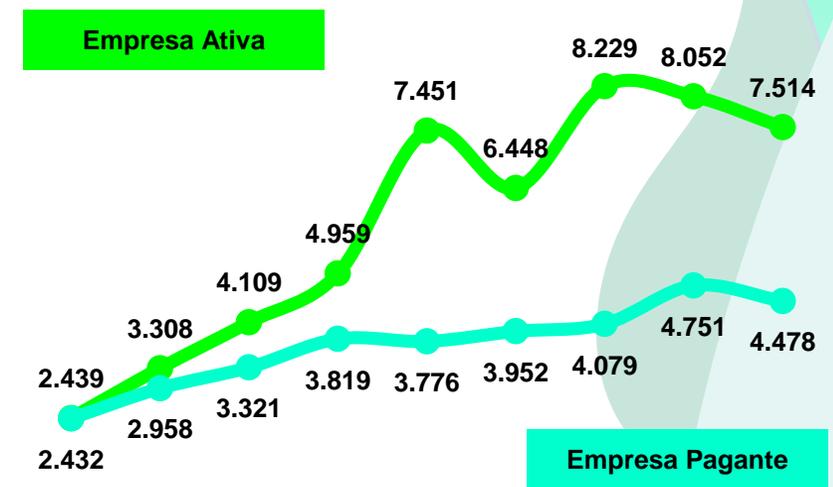
▲ (+9%) (+9%) (+5%) (+1%) (+3%) (+1%) (+13%) (+2%)

Fonte: Setor de Inadimplência e Dashboard Arrecadação de Receita CAU/BR

inadimplência das pessoas físicas ficou em 26,8%, menos de 4 pontos percentuais maior que no exercício anterior. Em relação às pessoas jurídicas, caiu em relação a 2019, passando de 41% para 40,4%.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

(0%) (11%) (19%) (23%) (49%) (39%) (50%) (41%) (40%)



2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020

▲ (+36%) (+24%) (+21%) (+50%) (-13%) (+28%) (-2%) (-7%)

▲ (+22%) (+12%) (+15%) (-1%) (+5%) (+3%) (+16%) (-6%)

Desafios e Perspectivas

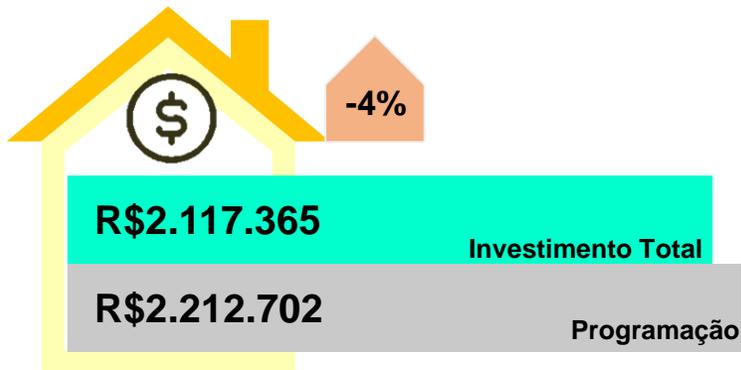
Para 2021, o trabalho de recuperação deve ser intensificado, tendo como apoio os benefícios e descontos trazidos pela Resolução CAU/BR nº 193/2020, que entra em vigor no começo do ano, e o programa de Refinanciamento de Débitos (REFIS), renovado até junho.

Demais objetivos estratégicos

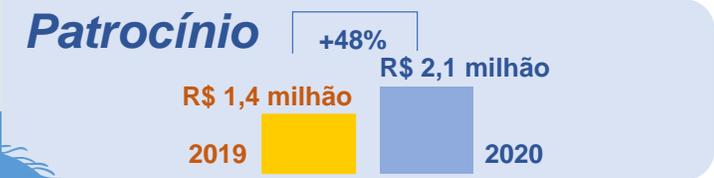
Patrocínio

O CAU/SP realizou 98% do programado em 2020 e está buscando formas de melhorar a aplicação qualitativamente dos recursos, tendo em vista as dificuldades das organizações da sociedade civil no que diz respeito ao atendimento das exigências e regulamentações dos órgãos públicos.

Dentro desse objetivo se enquadra o Patrocínio, que conforme o estabelece as Diretrizes do CAU/BR, o limite máximo para investimento é um máximo de 5% sobre a Receita de Arrecadação Líquida. Em 2020 Executou-se 5,2%, o equivalente a 2,1 milhão, 48% a mais em relação ao executado em 2019 – R\$ 1,4 milhão.



- R\$ 420.000 Norma de Desempenho** (AND ES): Desenvolvimento Lumínico (Iluminação natural), Desenho Térmico e Desempenho Acústico
- R\$ 420.000 Empreendedorismo** (AND ES): Protagonismo profissional & Faça você mesmo: Apreendendo ferramentas de inovação para se diferenciar no mercado de Arquitetura e Urbanismo
- R\$ 420.000 Acessibilidade - Normatização** (bit social): Acessibilidade & Normatização: Das normas técnicas e legislativas às estratégias de oferta deste serviço especializado
- R\$ 420.000 Como montar um escritório de arquitetura e urbanismo** (bit social): Como montar um escritório de Arquitetura e Urbanismo & Metodologias de Inovação para se diferenciar no mercado de Arquitetura e Urbanismo



OBJETIVO ESTRATÉGICO
 Estimular o **CONHECIMENTO**, o uso de **PROCESSOS CRIATIVOS** e a **DIFUSÃO DAS MELHORES PRÁTICAS** em **Arquitetura e Urbanismo**

***Ajuste: Retirado a palavra "mínimo"**

O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de Patrocínio em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor máximo de 5% sobre a RAL, é o limite estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de Patrocínio ficou 0.2 pontos percentuais acima do limite mínimo do CAUBR, com 5,2% sobre a RAL.

1. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Demais objetivos estratégicos

Patrocínio

Para medir quanto do orçamento total os CAU/UF's estão alocando em atividades relacionadas a patrocínios.



98%
Execução

100%
Meta (Atingir)

ÍNDICE DA INTENÇÃO (PLANO) DE INVESTIMENTO EM PATROCÍNIOS (%)

ÍNDICE DA CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM PATROCÍNIOS (%)



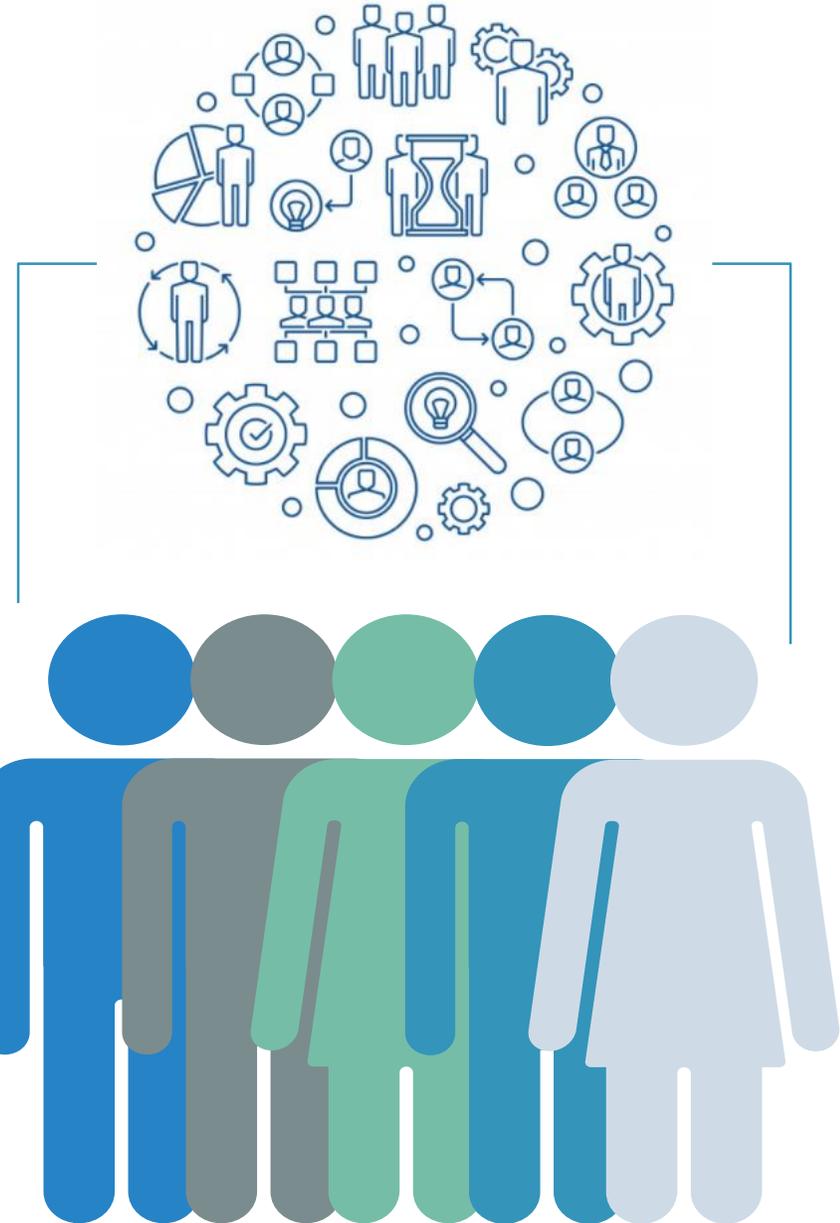
INDICADORES



6,1
Execução

Para medir se o valor alocado no orçamento pelos CAU/UF para patrocínios está sendo executado conforme planejado.

3,9
Meta (Mínimo)



Demais objetivos estratégicos

ATHIS

Em 2020, para o Objetivo Estratégico de ATHIS, foram orçados R\$ 1.740.917,63. Desse total, 73% destinam-se à ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS), representando R\$ 733.740,27.

O valor realizado no ano de 2020 em ATHIS foi de R\$ 251.807,43. O valor executado deste ano são provenientes do edital de chamamento público nº 006/2019, que em 2019 foi alocado como Restos a Pagar, divididos em 2 lotes, das quais do total de 4 propostas apresentadas, 3 foram desqualificadas por não atingir a nota

mínima exigida para o edital. Apenas 1 proposta foi qualificada no valor de R\$ 196.530,00. Por esta razão, a execução ficou abaixo do limite mínimo de 2% sobre a Receita Líquida de Arrecadação estabelecido pelas Diretrizes para investimento mínimo em ATHIS.

Em 29 de Junho, foi regulamentado os procedimentos e normas para a utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior, em projetos específicos de natureza de despesa corrente, com posterior inclusão diretamente no art.9º do Capítulo IV da Resolução nº 200, que dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis e de prestação de contas a serem adotados pelo



R\$ 196.530,00

Projeto: Oficinas de formação em ATHIS-Rural e Encontro Estadual de ATHIS-Rural



R\$ 55.277,43

Projeto: Athis em regularização fundiária e urbanização de assentamentos precários – um plano popular para as favelas vila da paz e miguel inácio curi.

R\$ 251.807
REALIZADO

-66%

R\$ 733.740
PROGRAMADO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF).

Seguindo aos critérios de caráter não continuado, não configurado como atividade, em ações cuja realização seja suportada por despesas de natureza corrente, foi criado o

Projeto Específico de Assistência Técnica para Enfrentamento da Pandemia da COVID-19 com aporte estimado em R\$ 6.000.090,00. Devido a problemas no cronograma, não foi possível finalizar os contratos em 2020 e, por este motivo o edital destinado a esse projeto foi encerrado, e deverá ser retomado no ano de 2021.



R\$395.642	Investimento Total
R\$1.740.918	Programação (Sem Capital)
R\$7.741.008	Programação (Com Capital)

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fomentar o ACESSO da SOCIEDADE à
Arquitetura e Urbanismo



1. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de ATHIS em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor mínimo de 2% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de ATHIS ficou abaixo do limite mínimo do CAUBR, com 0,6% sobre a RAL, pois não existiram propostas válidas em conformidade com os requisitos dos Editais.

Demais objetivos estratégicos

Planejamento Territorial e Urbano

Desafios e Perspectivas

As perspectivas para 2021 são de muito trabalho para enfrentar a desorganização dos três níveis governo na política urbana, ambiental e territorial.

Está ocorrendo de forma acelerada um desmonte das políticas públicas no país, que é visível na extinção de empresas, secretarias e órgãos ligados ao campo de atuação da CPUAT. Nos dois últimos anos vimos a extinção do Ministério das Cidades, a nível federal, da Emplasa, da CDHU, da EMTU e mais de dez empresas e fundações ligadas à política urbana e ambiental, a nível estadual e de várias empresas e autarquias do município de São Paulo, sendo que se anunciou a extinção da própria secretaria de Desenvolvimento Urbano para 2021.

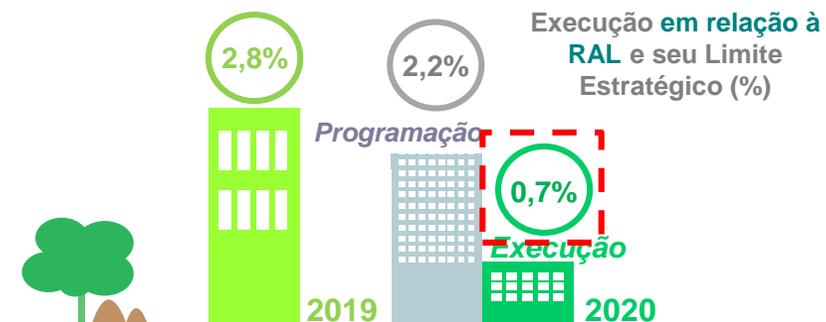
Além disso, são inúmeras as iniciativas de concessão de equipamentos e serviços públicos, em um processo de terceirização que requer uma controle social rígido.

Nesse contexto, a necessidade de uma intervenção mais incisiva do CAU, através da CPUAT é ainda mais importante, pois várias das diretrizes estabelecidas, como o direito à cidade e a função social da propriedade e, ainda das nossas campanhas, como a luta pela Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, terão dificuldades para serem implementadas.

Na área ambiental, a situação é ainda pior. O país está totalmente à deriva nessa área, uma vez que o Governo e o próprio Ministério do Meio Ambiente têm como prioridade apoiar atividades econômicas e que geram a devastação ambiental, como o garimpo ilegal, o desmatamento, as queimadas, a ocupação de terras indígenas etc. A legislação ambiental está sendo desmontada nas famosas boiadas que foram anunciadas. O corpo técnico do MMA, composto por inúmeros profissionais de diversas áreas, inclusive arquitetos e urbanistas, está completamente aliado de qualquer poder de decisão e sequer pode exercer seu papel de zelar pela defesa do meio ambiente.

Nesse contexto, os principais desafios da área para o ano de 2021 são:

- Estabelecer uma interlocução com o poder público nos três níveis de governo, para articular a ação profissional com a implementação de políticas públicas urbanas. Para tanto seria necessário:
 - Concentrar o núcleo central das atividades da CPUAT nas questões da esfera estadual, considerando a área de abrangência do CAU-SP ser o Estado de São Paulo.
 - Definir uma subcomissão no âmbito da CPUAT para se responsabilizar da interlocução com a CPUA do CAU-BR, encarregando-a de tratar das questões de caráter nacional.
 - Criar grupos de trabalho regionais na CPUAT em cada gerencia regional do CAU-SP, mobilizando profissionais da área de abrangência de cada regional para se encarregar dos assuntos relacionados com os respectivos municípios.
- Rediscutir e atualizar a agenda urbana, ambiental e territorial, que foi estabelecida em 2018 pela CPUAT e aprovada na Plenária do CAU-SP, em vários seminários realizados pela CPUAT, para orientar os trabalhos da CPUAT de 2021-2023.
- Defender a reestruturação e fortalecimento do Estado nas áreas ligadas às políticas urbana e ambiental, reforçando o papel social dos arquitetos e urbanistas como servidores, essencial nesse setores governamentais, buscando reverter o esvaziamento das áreas de política urbana, ambiental e territorial atualmente em curso.
- Exigir processo participativos nas revisões dos planos diretores municipais que deverão ser feitos nesse período e atuar efetivamente para garantir a implementação da agenda urbana, ambiental e territorial do CAU-SP.



O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de garantir a participação dos arquitetos e urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). Não existe para este objetivo a estipulação de um limite mínimo de investimento definido pelo CAU/BR. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, este objetivo ficou abaixo do programado, em 0,8%.

¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Demais objetivos estratégicos

Os outros 3 objetivos estratégicos locais

Conforme Diretrizes para a Elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU em 2020, elencou 3 objetivos estratégicos de âmbito nacional, a saber: (i) Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo, (ii) Estimular a produção da arquitetura como política de Estado e por fim, (iii) Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade.

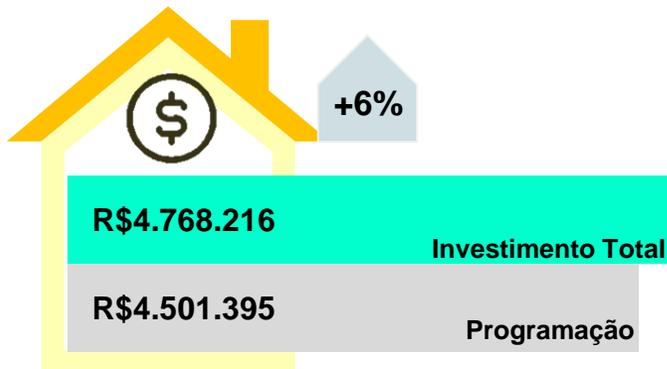
Além dos objetivos estratégicos nacionais, em 2020, o CAU/SP colocou como prioridade os objetivos estratégicos (i) Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade; (ii) Fomentar o acesso da sociedade à arquitetura e urbanismo

e (iii) Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade.

A proposta para as metas dos indicadores dos objetivos estratégicos locais selecionados pelos CAU/UF e CAU/BR tem como base as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico dos CAU/UF e do CAU/BR.

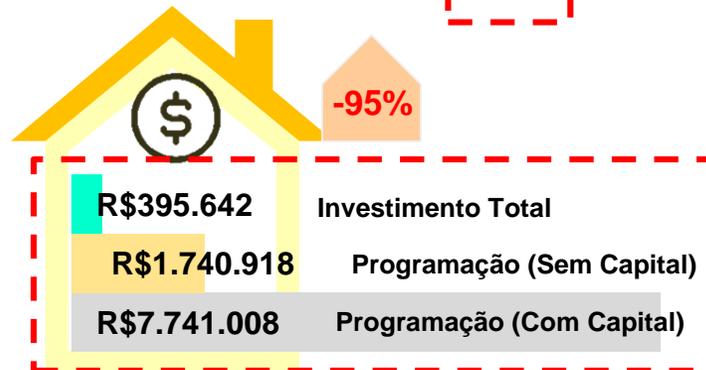
Todos os objetivos locais estão detalhados no decorrer do Relatório.

O limite mínimo estabelecido pelas Diretrizes para investimento dos 3 objetivos locais são de 6% sobre a Receita de Arrecadação Líquida. Os 3 objetivos locais apresentaram execução de 37,4%.



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a eficácia no **ATENDIMENTO** e no **RELACIONAMENTO** com os arquitetos e urbanistas e a sociedade



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fomentar o **ACESSO** da **SOCIEDADE** à arquitetura e urbanismo



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ter **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO** e **INFRAESTRUTURA** que viabilizem a gestão e o atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade



FIM

Relatório de Gestão Integrado 2020



CAU/SP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo



Lista de Abreviações e Siglas

CAU/SP: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

CPFi: Comissão de Planejamento e Finanças

CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

SWOT: é um sistema para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa ou organização no ambiente em questão. O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

BSC: é acrônimo de Balanced Scorecard. BSC é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School Robert Kaplan e David Norton, em 1992

CAU/UFs: Conselho de Arquitetura e Urbanismo das Unidades Federativas

CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

RAL: Receita de Arrecadação Líquida

RRT: Registro de Responsabilidade Técnica

NCASP: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos da entidade

SGI: Sistema de Gestão Integrada

GF: Gerência Financeira

IN: Instrução Normativa

TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação (de dados)



CAU/SP

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo



SUMÁRIO



MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

CAU/SP em números 2019
Apresentação do Relatório



01 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 1.1. O CAU/SP e sua Identidade Organizacional
- 1.2. Estrutura organizacional
- 1.3. Estrutura de Governança
- 1.4. Informações sobre Dirigentes e Colegiados
- 1.5. Organograma
- 1.6. Composição do Conselho Diretor
- 1.7. Modelo de Negócio
- 1.8. Cadeia de valor
- 1.9. Canais de comunicação e acesso ao cidadão
- 1.10. Ambiente Externo



02 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- 2.1. Planejamento Estratégico e principais iniciativas
- 2.2. Objetivos Estratégicos
- 2.3. Apoio da estrutura de governança no acompanhamento da execução



03 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- 3.1. Gestão de riscos e controles internos
- 3.2. Três linhas de defesa

Bem-vindos!



04 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

- 4.1. Resultados da Gestão
- 4.2. Resultados da área fim e seus indicadores
- 4.3. Demais Objetivos Estratégicos e seus indicadores
- 4.4. Gestão Orçamentária e Financeira
- 4.5. Gestão de Pessoas
- 4.6. Gestão de Licitação e contratos incluindo TI
- 4.7. Gestão da Tecnologia da Informação
- 4.8. Gestão Patrimonial e infraestrutura
- 4.9. Sustentabilidade ambiental



05 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

- 5.1. Declaração do contador
- 5.2. Apresentação das conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público



06 ANEXOS E APÊNDICES

Nosso Relatório de Gestão tem como objetivo principal oferecer uma visão clara sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo geram valor público em curto, médio e longo prazos em seu ambiente externo. Além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos

Relato Integrado

O modelo de Relatório de Gestão aqui sugerido está em consonância com a IN 84 de 22 de abril de 2020 e a Decisão Normativa 187 de 09 de setembro de 2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), e é apresentado na forma de relatório integrado. Dessa forma tem por propósito simplificar e racionalizar o processo de prestação de contas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

Mensagem do Presidente



José Roberto Geraldine Junior
Presidente do CAU/SP
Gestão 2018 – 2020

O ano de 2020 foi um ano atípico para a sociedade global. A pandemia do COVID-19, iniciada na Ásia e com desdobramentos em todo o planeta a partir do mês de fevereiro, trouxe impactos significativos na organização dos governos, autarquias, empresas e também para

os profissionais autônomos, com mudanças no modelo de trabalho e a necessidade urgente de reorganização.

Não foi diferente para o CAU/SP e o setor da Arquitetura e Urbanismo. A partir de março, foi implementado o sistema de teletrabalho na autarquia, garantindo a segurança e a saúde dos profissionais e das equipes de funcionários. Também foram feitos investimentos em equipamentos e sistemas para permitir que a prestação de serviço aos arquitetos e urbanistas não fosse prejudicada, de forma a garantir o desenvolvimento das atividades do Conselho para todos aqueles que precisam dos serviços no seu dia a dia.

Pesquisas foram feitas junto à categoria e os conselheiros do Plenário se mobilizaram através de uma Comissão Emergencial para estudar e propor medidas para buscar contribuir para a continuidade das atividades dos profissionais arquitetos e urbanistas, dentro das limitações da Autarquia Federal.

Aumentamos os investimentos em veículos, para permitir uma melhoria no atendimento e na garantia da saúde dos profissionais que precisam dos serviços do CAU/SP, tornando realidade um antigo projeto de utilização de unidades móveis para coleta de biometria e atendimento nos municípios onde o Conselho não possui unidades descentralizadas.

Lançamos diversos editais, para contribuir com a necessária atualização profissional, com capacitações sobre temas dinâmicos na profissão, assim como na orientação aos novos profissionais a respeito de empreendedorismo e como organizar a sua empresa de arquitetura e urbanismo. Esses editais, que regularmente são publicados pelo CAU/SP, inicialmente estavam previstos para ocorrer no modelo presencial, entretanto, a partir de fevereiro foram rapidamente adequados à nova realidade e transformados em capacitações virtuais, com especialistas ministrando as capacitações ao vivo, o que permitiu a atualização de centenas de colegas Arquitetos e Urbanistas.

Também foram incrementados os investimentos em editais de Assistência Técnica, buscando parcerias com Organizações da Sociedade Civil, para contribuir com o importante objetivo estratégico do CAU de valorização da Arquitetura e aproximação com a Sociedade.

Nas próximas páginas, poderão ser conhecidas com detalhes, todas as metas e estratégias implementadas ao longo do ano de 2020, atendendo todos os requisitos legais e dos órgãos de controle, focado no princípio da eficiência, eficácia e efetividade.

Todas as atividades realizadas nesse período, poderão ser conhecidas com profundidade no Portal da Transparência do CAU/SP, reconhecidamente uma ferramenta premiada de controle da sociedade.

Boa leitura!

Apresentação do Relatório

O ano de 2020 começou com grandes expectativas, havia a perspectiva de superar a crise econômica dos anos anteriores, elevação na demanda por serviços de Arquitetura e Urbanismo, o que deveria beneficiar a profissão abrindo um novo período de crescimento na construção civil, influenciando assim o planejamento do CAU/SP. Entretanto, já no primeiro trimestre, o otimismo deu lugar à preocupação e os cenários de boas perspectivas evanesceram. A pandemia de COVID-19 não fez de 2020 apenas um ano atípico, mas criou um enorme desafio para a sociedade e para a profissão. Não bastava sobreviver, era preciso cuidar do profissional e das empresas; oferecer soluções à sociedade; repensar a convivência e seu espaço, o espaço urbano. Nunca se precisou tanto da arquitetura e urbanismo para todos. E foi com essa missão que procuramos trabalhar e executar tudo o que se verá nas próximas páginas.

O presente Relatório de Gestão Integrado é um retrato de como enfrentamos essa crise. De como aceleramos nossa organização na transição do trabalho presencial para o remoto, como nos adaptamos às reuniões e encontros virtuais, como aprimoramos o atendimento e a fiscalização, trocando o mundo do papel pelo mundo digital. Mas também sobre um cuidadoso plano de gestão, com acompanhamento periódico e decisões muitas vezes difíceis de serem tomadas. Com cortes nas despesas que alcançaram a 40% do orçamento do programado para execução com comissões e atividades. O ano iniciou com a previsão de despesas e

investimentos correntes e de capital na ordem de R\$ 60.430.849,55. Após a reformulação, a programação passou para R\$ 54.671.794,90 e terminamos com a execução de R\$ 34.599.344,38, sempre buscando os princípios da economicidade, da eficácia e da eficiência que devem caracterizar a moderna Administração Pública.

O novo plano de ação, com a reprogramação financeira, primou pelo cuidado com o profissional e em fomentar a arquitetura e urbanismo. Editais de Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social e projetos de parceria foram mantidos e ampliados, novos editais emergenciais foram lançados e cursos, treinamentos e capacitações implantados, com investimentos previstos de cerca de R\$ 6,7 milhões.

Por outro lado, com a pandemia, a expectativa de receita corrente foi drasticamente reduzida a R\$ 40.072.219,90. A partir de junho, entretanto, com uma progressiva recuperação, ultrapassamos as metas iniciais. Fechamos o ano com arrecadação de R\$ 47.047.479,23. Como os tempos de crise continuam, esses valores e os modernos princípios de gestão implantados serão importantes para que o Conselho e a nova gestão que o comandará continuem realizando um trabalho de excelência.

Sabemos que ao fazer uma correta análise do que houve, tanto positiva quanto negativamente, não podemos apenas nos concentrar no que aconteceu nesse último período. Precisamos analisar tudo o que foi construído desde 2012 e, principalmente, na presente gestão, que começou em 2018.

Nesses três anos, o CAU/SP adquiriu sua tão almejada Sede;

consolidou sua estrutura com a valorizar dos escritórios descentralizados também como “casas dos arquitetos”; implantou o projeto de vans para aumentar a capilaridade e presença do Conselho por todo o estado e com a sociedade e defender a arquitetura e urbanismo de qualidade.

Com muitos números e análise de indicadores e metas, você também poderá avaliar esse conjunto no presente Relatório e seus documentos complementares.



Arquiteto e Urbanista
Marco Antônio Teixeira da Silva
 Coordenador da Comissão de
 Planejamento e Finanças
 (CPF) do CAU/SP
 Gestão 2018 - 2020



CAU/SP em números

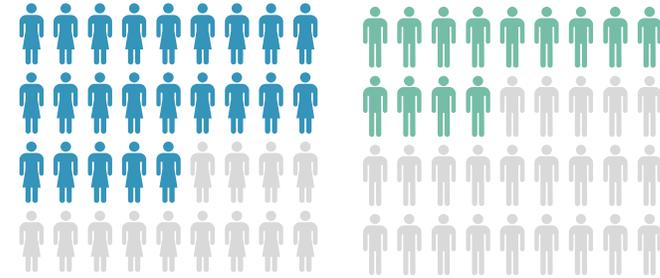
Quantidades

Empresas Ativas ■ Profissionais Ativos ■ Emissão de RRT's



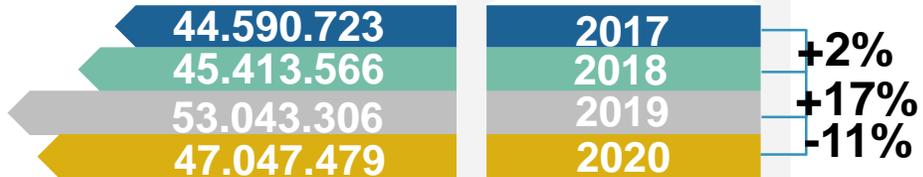
Em comparação a 2019

♀ 63%



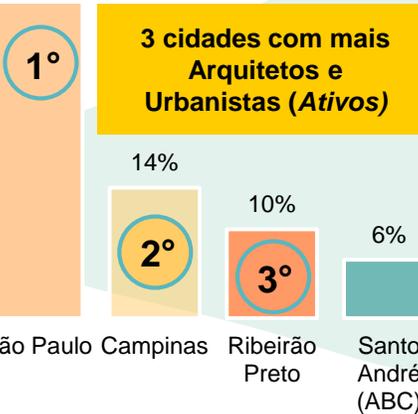
♂ 37%

Receitas Totais (R\$)



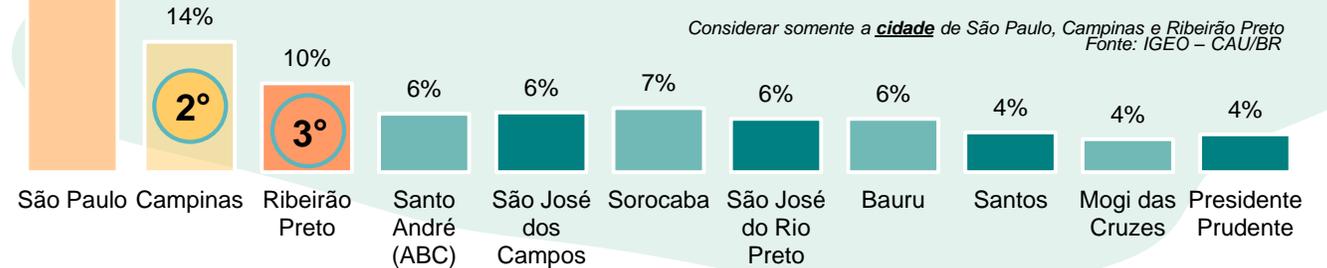
Fonte: Dashboard Arrecadação de Receita CAU/BR

34%



Emissão de RRTs nas 10 Regionais + Sede SP

Considerar somente a cidade de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto
Fonte: IGEO - CAU/BR



R\$ 135,56 Milhões

De arrecadação somando todos os CAU's Uf's do País

R\$ 47,05 Milhões que representa 80% da arrecadação (Anuidades PF e PJ (Atual e Anos Anteriores), RRT e Taxas



Fonte: Dashboard Arrecadação de Receita CAU/BR

Fiscalização

784 Demandas Reativas
210 Demandas Proativas

Fonte: Departamento Fiscalização

Principais Classificações

290 Índícios de exercício ilegal
208 Índícios de faltas éticas



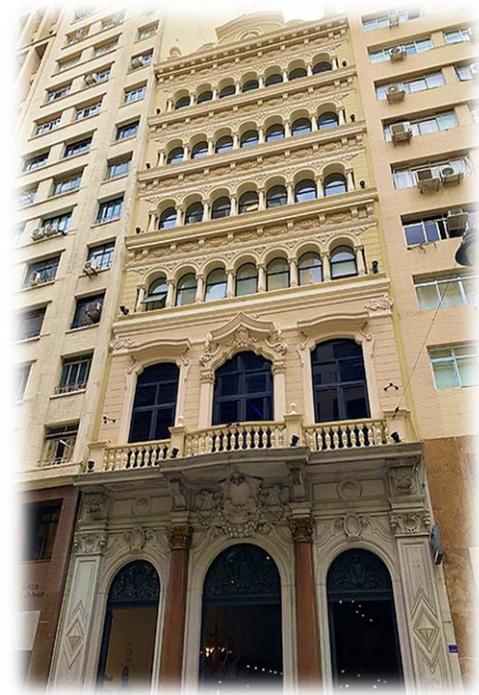
A quantidade de cursos relacionados a Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo em 2020 foi de 160 com um total de 32.656 vagas

Fonte: Departamento Ensino e Formação - EMEC Sistema Eletrônico do MEC

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

01

O CAU/SP e sua identidade organizacional



O CAU é o conjunto autárquico formado pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UFs) e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). São autarquias interdependentes e dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e estrutura federativa.

Criada pela Lei Federal Nº 12.378, tem como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo.

O CAU/SP, no exercício das suas competências, visando o aperfeiçoamento de sua estrutura e funcionamento, a prestação de serviços de modo amplo e uniforme e ao atendimento do interesse público, elaborou e aprovou a revisão de seu Regimento Interno em sua 7ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017.

Rua Formosa, 367 23º Andar
Centro
São Paulo/SP

(011) 3014-5934

www.causp.gov.br

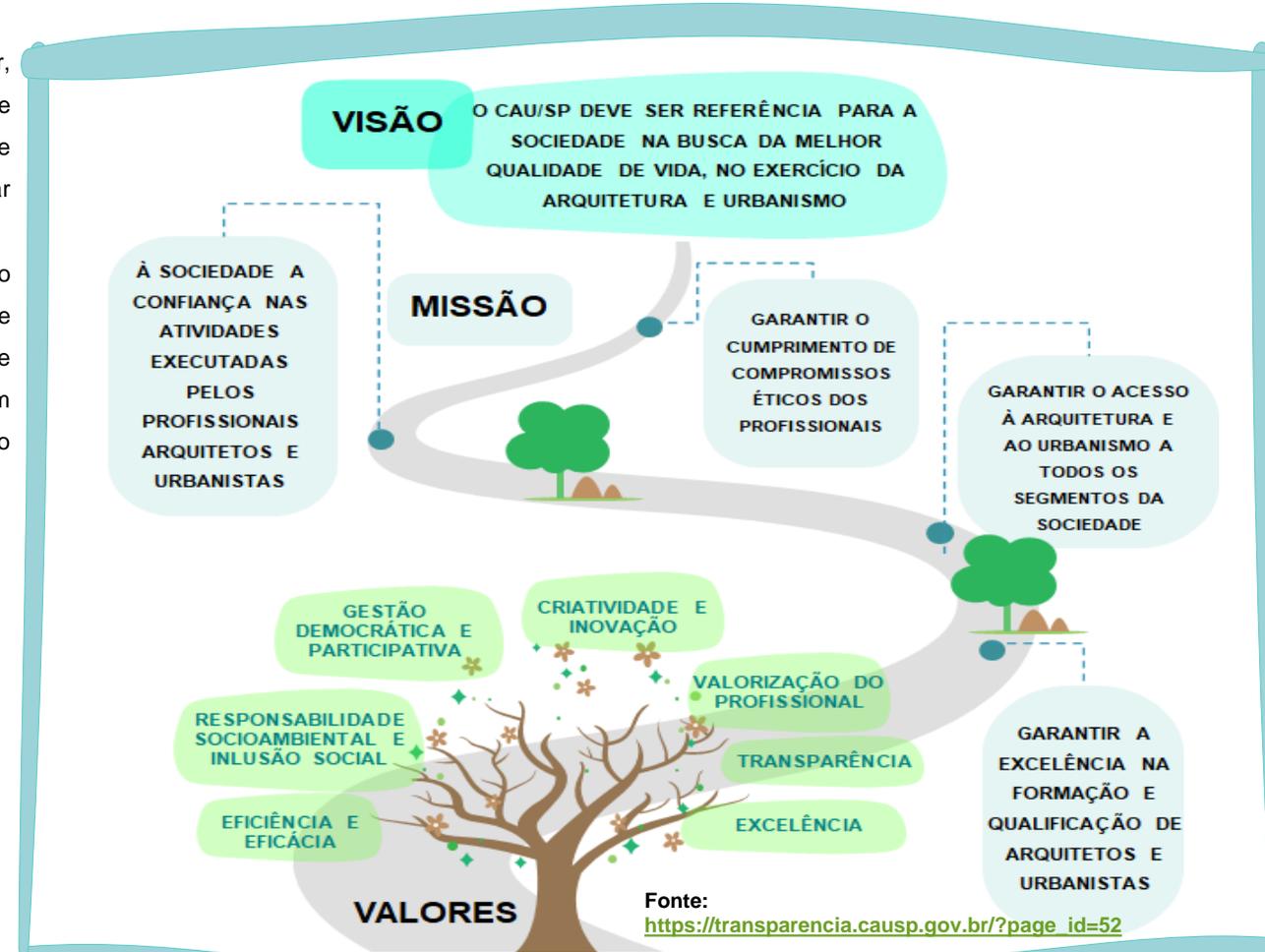
15.131.560/0001-52

9412001
Código CNAE

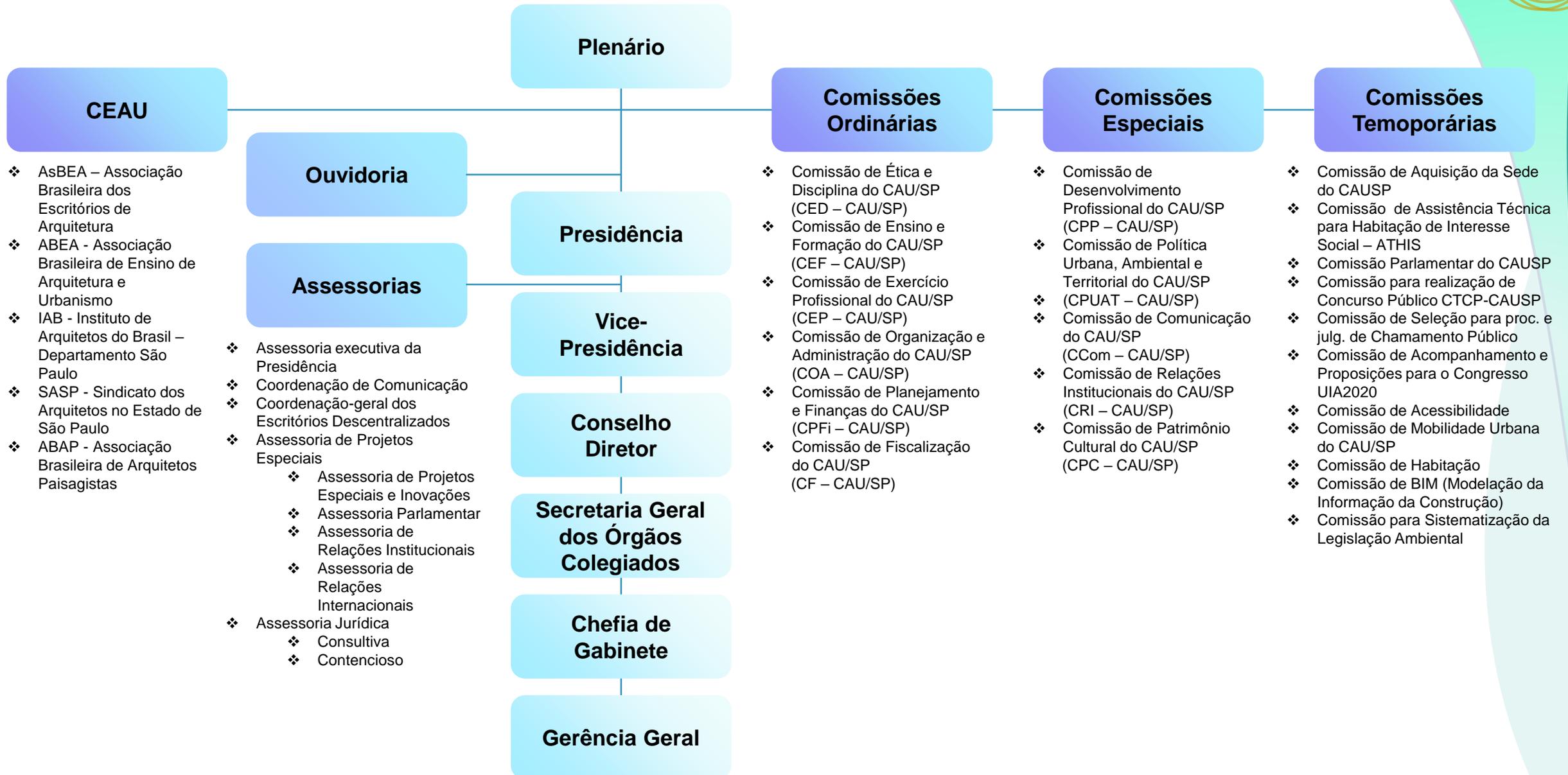
Autarquia Federal
Natureza Jurídica

Regimento Interno do CAU/SP: <https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/REGIMENTO-CAUSP-VERSAO-FINAL-alterado-pela-Deliberacao-Plenaria-DPOSP-n-0208-09.2018.pdf>

No dia 15 de Dezembro de 2020, data em que é comemorada o Dia do Arquiteto, é inaugurada a sede própria do CAU/SP. O Edifício onde será instalada a sede própria do Conselho foi adquirido em dezembro de 2019, após criterioso processo de compra. Situado à Rua XV de Novembro, 194 – Centro, o prédio de oito pavimentos, projetado pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo e tombado como patrimônio histórico, está localizado no chamado 'Triângulo Histórico' de São Paulo – onde estão situados os principais prédios históricos da cidade.



Estrutura Organizacional



Estrutura de Governança

Em 2019 houve a expedição da Portaria Presidencial do CAU/BR nº 284, de 20/12/2019 (<https://transparencia.caubr.gov.br/portariapres284/>), criando um grupo de trabalho para atuar nas ações de estruturação e implantação das políticas de governança institucional e de gestão de riscos e controles internos, e de programa de integridade, cujos trabalhos se iniciaram em meados de 2020, com prazo conclusivo estimado para 30/06/2020. Não obstante, com o advento da pandemia da Covid-19 e prioridades decorrentes, se fez necessário protelar-se a conclusão dos referidos trabalhos para 30/06/2021.

No CAU/BR a estrutura de Governança foi identificada dentro dos preceitos contidos no Referencial Básico de Governança, 3ª edição, expedido pelo Tribunal de Contas da União, conforme segue.

Estrutura de Governança do CAU

I. Instâncias externas:

- TCU
- CGU

II. Instâncias externas de apoio:

- Auditoria independente
- Controle social organizado
- Fórum de Presidentes

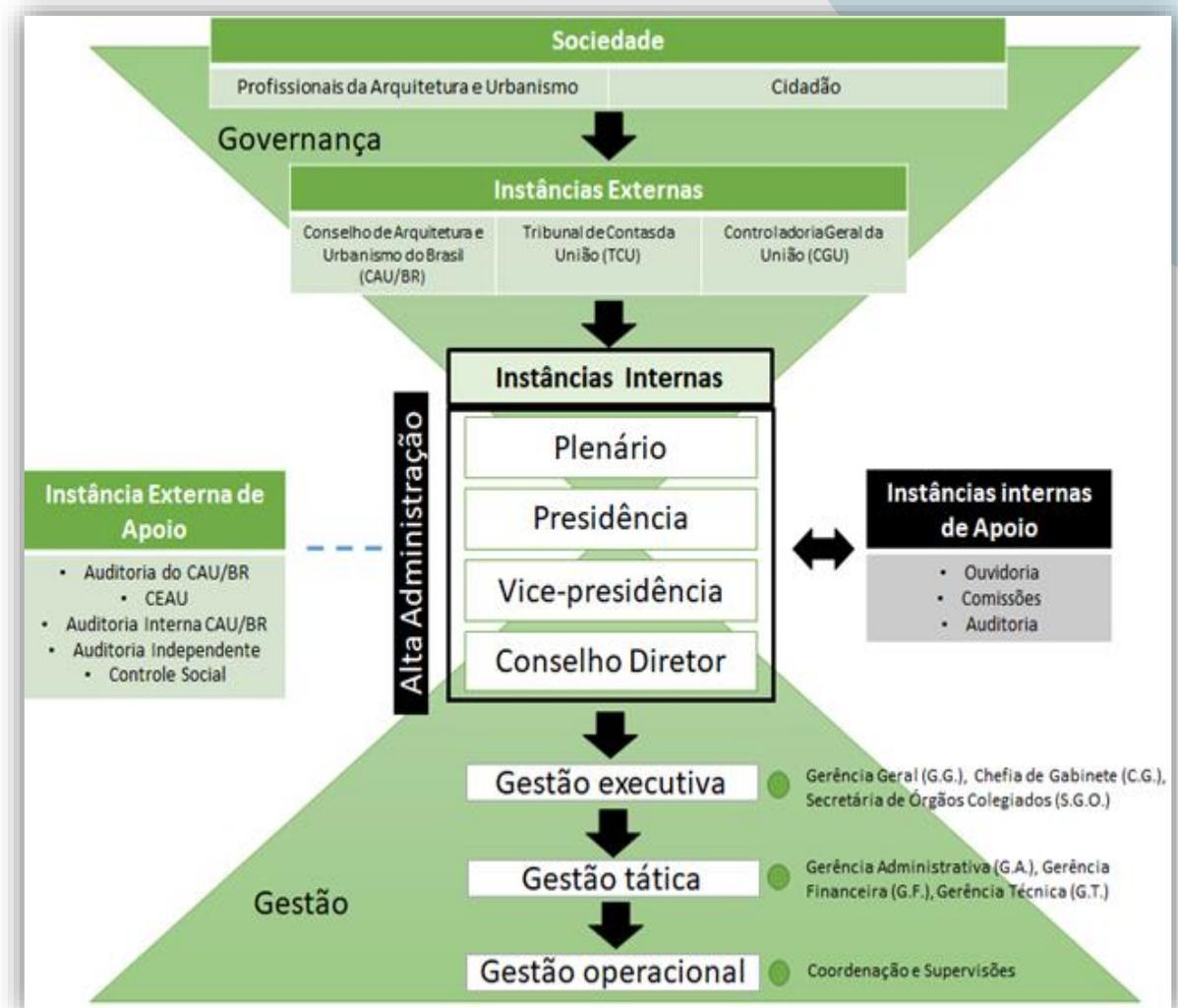
III. Instâncias internas:

- Plenário
- Conselho Diretor
- Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados do CAU (CSC-CAU)

- Colegiado de Governança do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF

IV. Instâncias internas de apoio:

- Comissões de Administração e de Finanças
- Controladoria
- Auditoria interna
- Ouvidoria



Informações sobre dirigentes e colegiados

Plenário

Apreciar e deliberar sobre ações do Conselho para regulamentar e executar a aplicação da Lei 12.378/2010; sobre o exercício, a disciplina e a fiscalização da profissão; e sobre a integração do CAU/SP com o Estado e a sociedade

Presidência

Cabe ao presidente representar o CAU/SP institucionalmente, fazendo cumprir a legislação, as resoluções e demais atos normativos e deliberativos. Decidir assuntos administrativos, financeiros e organizacionais do Conselho, observando as decisões emanadas do Plenário

Conselho Diretor

Examinar, apreciar e deliberar sobre o funcionamento do Conselho entre uma plenária e outra. Dessa forma, fortalecendo a relação entre o presidente e o Plenário, integrando as comissões e auxiliando nos atos relativos ao exercício da Presidência

Vice-Presidência

Compete ao vice-presidente substituir o Presidente em caso de ausência e o auxiliar na condução de determinadas tarefas. Representa a autarquia de forma institucional quando solicitado pelo Presidente, participando de reuniões e audiências internas e externas

CEAU

Órgão consultivo, com competência para propor melhorias sobre ensino e formação e exercício profissional

Comissão Ordinária

Subsidiar o CAU/SP e auxiliar o Plenário no desenvolvimento de ações contínuas e relacionadas a temas específicos, tais como ensino e formação; ética e disciplina; exercício profissional; fiscalização; organização e administração; planejamento e finanças

Comissão Especial

Subsidiar o CAU/SP e auxiliar o Plenário no desenvolvimento de ações contínuas e relacionadas ao aperfeiçoamento do exercício e valorização da arquitetura e urbanismo nas áreas de desenvolvimento profissional, comunicação, relações institucionais, patrimônio cultural e política urbana, ambiental e territorial

Comissão Temporária

Por meio da coleta de dados e estudo de temas específicos da profissão, essas comissões devem orientar os órgãos do CAU/SP e atender a demandas ou ajudar em soluções de questões exclusivas por tempo determinado.

Auditoria Interna

Auditar, avaliar e testar, preferencialmente em caráter preventivo e orientativo, os processos internos e controles estabelecidos, recomendando medidas ou melhorias visando a mitigação de riscos, à eficiência, à eficácia, à efetividade, à economicidade e à transparência

Ouidoria

Receber, analisar e encaminhar demandas dos profissionais e da sociedade, tais como reclamações, elogios, sugestões ou mesmo denúncias, adotando as medidas cabíveis se necessário

Assessoria

Auxiliar o Plenário, a Presidência, o Conselho Diretor, as comissões, gerências e coordenações em questões jurídicas e legais; projetos especiais e relações institucionais e parlamentares; eventos e atividades de secretaria executiva

Coordenação

Coordenar a execução das ações de comunicação interna e externa do Conselho; coordenar e gerenciar as ações e atividades desenvolvidos nos escritórios descentralizados

Chefia de Gabinete

Monitorar os projetos e programas, encaminhando as demandas à Presidência e dando subsídios na tomada de decisões. Promover o gerenciamento, realizando a interface entre áreas, buscando integração e eficiência operacional.

Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados

Elaboração de fluxogramas, relatórios, planilhas, minutas, súmulas, atas e deliberações de comissões, Conselho Diretor, Plenário e órgãos colegiados.

Gerência Geral

Interagir com as gerências Administrativa, Financeira, Técnica, Chefia de Gabinete e Secretária-geral para alinhamento de estratégias e integração das ações organizacionais

Gerência Administrativa

Propor e gerenciar as ações e processos na área administrativa, de forma a assegurar as políticas de gestão de pessoas, processos de compras, fornecimento de materiais, contratos de parcerias e o atendimento

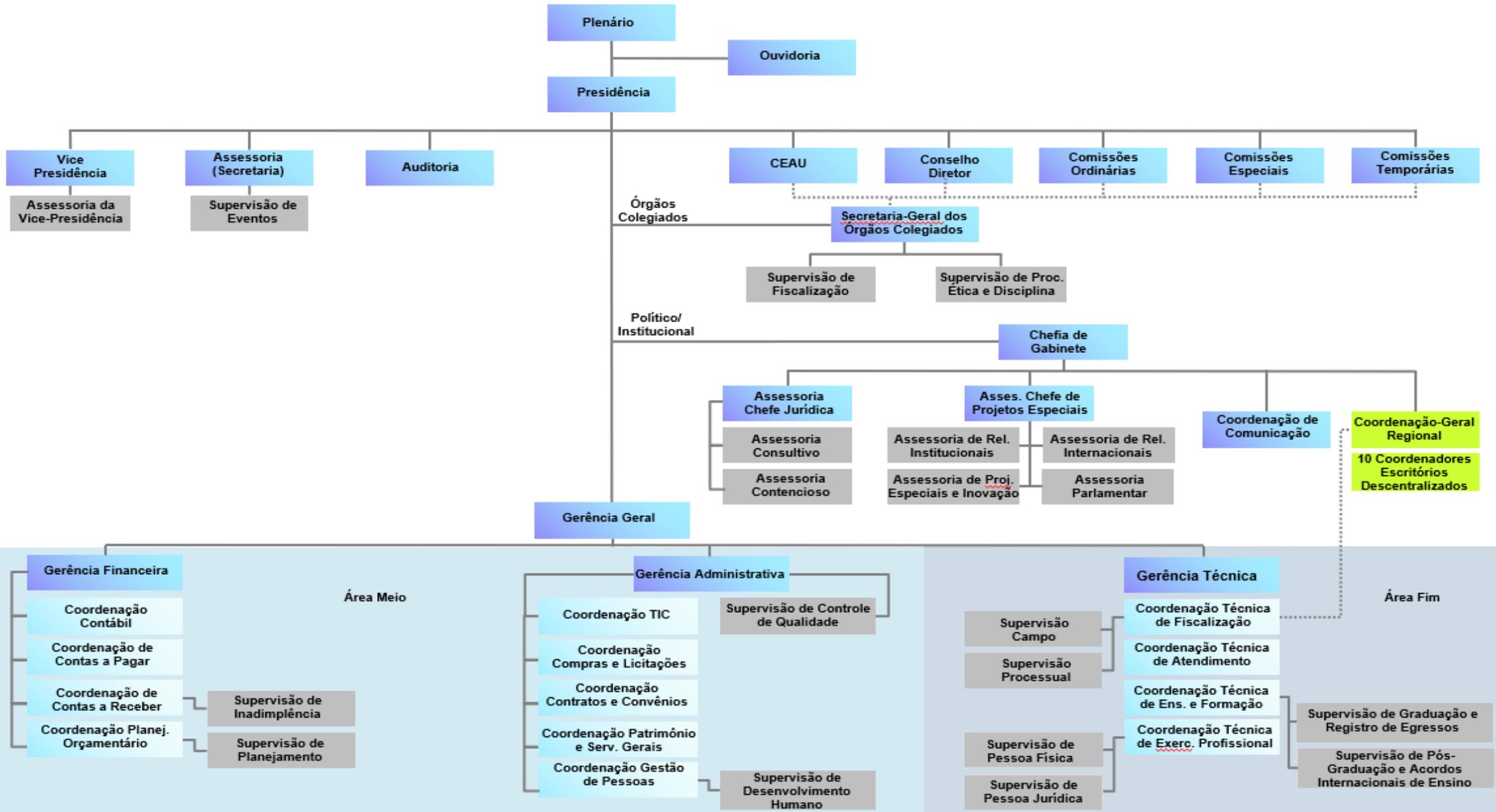
Gerência Financeira

Estabelecer e gerenciar os processos financeiros em áreas como pagamentos, orçamento, planejamento estratégico, cobranças, contabilidade, prestação de contas e transparência, garantindo o equilíbrio econômico e financeiro

Gerência Técnica

Propor, implantar e gerenciar as ações das áreas fins do Conselho, como fiscalização, exercício profissional de pessoas físicas e jurídicas, ensino e dos cursos de Arquitetura e Urbanismo

Organograma



Composição do Conselho Diretor

**Presidente do
CAU/SP**



**José Roberto Geraldine
Junior**

**Vice-Presidente do
CAU/SP**



Valdir Bergamini

**Comissão de Ensino e
Formação
(CEF – CAU/SP)**



**José Antonio Lanchoti
(Coordenador)**

**Comissão de Ética e
Disciplina
(CED – CAU/SP)**



**Anita Affonso Ferreira
(Coordenadora)**



**Comissão de
Fiscalização
(CF – CAU/SP)**



**Carlos Alberto Silveira
Pupo (Coordenador)**

**Comissão de Exercício
Profissional do CAU/SP
(CEP – CAU/SP)**



**Dilene Zapparoli
(Coordenadora)**

**Comissão de Organização
e Administração
(COA – CAU/SP)**



**Tercia Almeida de
Oliveira (Coordenadora)**

**Comissão de
Planejamento e Finanças
(CPFi – CAU/SP)**



**Marco Antônio Teixeira
da Silva (Coordenador)**



Modelo de Negócio



Parceiros Estratégicos e Fornecedores

- Sociedade Brasileira
- Arquitetos e Urbanistas
- Escritórios de A e Urbanismo
- CAU/SP e CAU/BR
- Gestores do CAU/SP
- Funcionários de outros CAU/UF
- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- SEBRAE
- Prefeitura de São Paulo
- Prefeitura de Ribeirão Preto
- Governo do Estado de SP
- Ministério Público de SP
- Cursos universitários de A e U
- Entidades representativas
 - IAB
 - SASP
 - AsBEA
 - Abea
 - abap



Atividade – Chave

- Fiscalização
- Atendimento
- Comunicação
- Planejamento e Gestão Estratégica
- Normatização da profissão
- Gestão do Conhecimento
- Gestão do Relacionamento
- Eventos
- Convênios e Parcerias
- Prestação de Contas



Recursos – Chaves

- Conselho Pleno
- Conselho Diretor
- Comissões Ordinárias
- Comissões Temporárias
- Comissões Especiais
- Estrutura Organizacional
- Planejamento e acompanhamento da Gestão Estratégica
- Recursos Humanos
- TI e Comunicação



Proposta de Valor Produtos e Serviços

- Garantir à sociedade fiscalização dos serviços de A e U no Estado de São Paulo
- Analisar e julgar casos de falta de ética
- Regulamentação da profissão e das condutas éticas, disciplinares e técnicas da A e U
- Acompanhar e analisar os RRTs
- Ajudar na qualificação do ensino de A e U
- Buscar, em conjunto com as prefeituras e o Estado, formas de fiscalizar e punir os responsáveis pelo não cumprimento de leis e regulamentos da A e U
- Fornecer a Carteira de Identificação do profissional de A e U
- Divulgar e orientar as melhores práticas na área de A e U
- Fornecer CATs e Declarações



Relacionamento com o Público Alvo

- SICCAU – Sistema de Informação e Comunicação dos CAU
- Site do CAU/SP e do CAU/BR
- Portal da Transparência
- Presencial: Sede na capital e 10 Regionais no Estado de SP
- Canal da Ouvidoria
- Atendimento Telefônico 0800
- Chat, Facebook; Youtube, Instagram e sites



Canais de Entrega Dos Serviços

- SICCAU
- Sites do CAU/SP e do CAU/BR
- Sede na Capital e 10 Regionais no Estado de SP
- Atendimento Telefônico
- Chat, Facebook; Youtube, Instagram e sites
- Correios



Público Alvo

- Sociedade Brasileira
- Arquitetos e Urbanistas
- Empresas de Arquitetura e Urbanismo
- Universidades de A e U
- Entidades representativas
 - IAB
 - SASP
 - AsBEA
 - Abea
 - abap
- Entidades Internacionais representativas da Arquitetura e Urbanismo
 - UIA
 - Outras



Estrutura de Custo

- Utilização de Centro de Custos por projetos e atividades
- Todos os departamentos e projetos separados por grupos
- Controle efetivo da execução pelo acompanhamento periódico
- Utilização de sistemas de tecnologia próprios para contabilidade (SISCONT)
- SICCAU com informações de arrecadações
- Auditoria de Custos periódica



Fontes de Receita

- Anuidades de Pessoa Física
- Anuidades de Pessoa Jurídica
- RRT
- Taxas e Multas
- Aplicações Financeiras
- Outras Receitas (Restituições, Emolumentos e outros)
- Receita Capital

Cadeia de Valor



Canais de Comunicação e acesso ao cidadão

De acordo com a Lei 12.527/2011, de Acesso à Informação (LAI), o CAU/SP possui um Portal de Transparência onde é possível acessar variados dados e informações.

Prezamos por manter nossos sistemas funcionais como por exemplo, o SICCAU, e plataformas de atendimento aos arquitetos e urbanistas e a sociedade, realizando constantes manutenções preventivas e atualizações periódicas.

Todas as informações são publicadas no Portal de Transparência, na medida em que as instâncias apreciam e as aprovam. Na busca de maior agilidade na disponibilização dos conteúdos o CAU/SP vem encurtando os prazos para as aprovações em suas instâncias, além de diminuir instâncias de aprovações. **O Portal da Transparência do CAU/SP** (<https://transparencia.causp.gov.br/>) tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

Instagram

https://instagram.com/causp_oficial

O acesso pode ser feito a qualquer hora

Ouvidoria

<https://www.caubr.gov.br/ouvidoria/>

Para o acesso basta clicar em Fale com a Ouvidoria a qualquer hora

Facebook

<https://www.facebook.com/causpoficial>

O acesso pode ser feito a qualquer hora

Youtube

<https://www.youtube.com/comunicacaocausp>

O acesso pode ser feito a qualquer hora

Portal da Transparência

<https://transparencia.causp.gov.br/>

O acesso pode ser feito a qualquer hora

A ferramenta atende à [Lei nº 12.527/2011](#), denominada Lei de Acesso à Informação, que normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações

disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos. Os procedimentos para o cumprimento da legislação são detalhadas no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo pela [Portaria Normativa CAU/SP nº 89/2016](#) (alterada pela [Portaria Normativa CAU/SP nº 94/2016](#) e pela [Portaria Normativa CAU/SP nº 118/2017](#)).

Email e Whatsapp Sede

Regional ABC – (11) 98943-0309

E-mail: regionalabc@causp.gov.br

Regional Bauru – (14) 99117-1102

E-mail: regionalbauru@causp.gov.br

Regional Campinas - (19) 99462-2322

E-mail: regionalcampinas@causp.gov.br

Regional Mogi das Cruzes – (11) 98952-4196

E-mail: regionalmogidas cruzes@causp.gov.br

Regional Presidente Prudente – (18) 99128-1160

E-mail: regionalpresidentepudente@causp.gov.br

Regional Ribeirão Preto e Santos – (16) 99255-1950

E-mail: regionalribeiraopreto@causp.gov.br

Regional São José dos Campos – (12) 99146-1015

E-mail: regionalsjcampos@causp.gov.br

Regional São José do Rio Preto – (17) 99181-9211

E-mail: regionalsjriopreto@causp.gov.br

Regional Sorocaba – (15) 99124-2521

E-mail: regionalsorocaba@causp.gov.br

Atendimento Presencial

Rua Formosa, nº 367, 23º andar – Centro, São Paulo – SP

De segunda-feira a sexta-feira das 9h00 às 17h00



Central de Atendimento Telefônico Fixo

0800-883-0113

Recebe chamadas apenas de telefones fixos De segunda-feira a sexta-feira das 9h00 às 19h00



Whatsapp Sede

[\(11\) 94957-3809](https://wa.me/5511949573809) Anuidades e assuntos relacionados

[\(11\) 95831-9289](https://wa.me/5511958319289) RRT/CAT e assuntos relacionados



Whatsapp Sede

[\(11\) 98948-7842](https://wa.me/5511989487842) Registro, carteira profissional e assunto relacionados

[\(11\) 99211-8407](https://wa.me/5511992118407) Fiscalização

[\(11\) 98954-1297](https://wa.me/5511989541297) De segunda-feira a sexta-feira das 13h00 às 16h00



Atendimento Online

<http://chat-caubr.aloatendimento.com.br:8585/dgchat/client/client.php>

De segunda-feira a sexta-feira das 9h00 às 17h00



E-mail

atendimento@causp.gov.br

Os e-mails podem ser enviados a qualquer hora, tempo de resposta variável



Central de Atendimento Telefônico Celulares

(11) 4007-2613

Recebe ligações de celulares

De segunda-feira a sexta-feira das 9h00 às 19h00



Canais de Comunicação e acesso ao cidadão

Carta de Serviços

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) apresenta sua Carta de Serviços ao Cidadão. Este documento visa informar quais são os serviços disponibilizados pelo Conselho e quais as formas de acesso, requisitos e compromissos para o atendimento que são adotados pela instituição pública, tendo como premissas o foco no cidadão, a qualidade no atendimento e transparência da informação.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) foram criados pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que também regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. O CAU, uma autarquia federal uniprofissional dotada de personalidade jurídica de direito público, presta serviço público federal, e foi criado para cumprir as finalidades de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, zela pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional e defende o aperfeiçoamento do seu exercício, visando a melhoria da qualidade de vida, a defesa do meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural e histórico nacional.

O CAU tem como missão “promover Arquitetura e Urbanismo para todos”. Clique aqui e veja o mapa estratégico do Conselho para o período 2013-2023.

Na presente Carta de Serviços ao Cidadão, a sociedade tem acesso a informações detalhadas sobre os principais serviços oferecidos, os canais de comunicação e os padrões de atendimento da autarquia, para que alcance a plenitude dos seus direitos e deveres no que diz respeito a atividades de Arquitetura e Urbanismo em território nacional, seja enquanto profissional, contratante ou cidadão interessado.

A Carta de Serviços ao Cidadão do CAU está estruturada em dez capítulos, além desta apresentação. Nos nove primeiros, estão elencados em categorias os quarenta principais serviços oferecidos pelo Conselho ao profissional e à sociedade, incluindo requisitos e prazos para acessá-los.

O décimo e último capítulo aborda as formas de comunicação com o arquiteto e urbanista e qualquer membro da sociedade que eventualmente venha requerer um dos serviços prestados pelo Conselho. Nele estão ainda listados os endereços das sedes regionais e do CAU/SP, bem como seus respectivos números de telefone e horários de atendimento ao público.

1. Autenticidade de Registros, Documentos e Resoluções

1.1 [Busca de registro de profissional ou empresa de Arquitetura e Urbanismo](#)

1.2 [Verificação de autenticidade de documento](#)

1.3 [Consulta a resoluções](#)

2. Denúncias e Fiscalização

2.1 [Cadastro de denúncia](#)

2.2 [Acompanhamento de denúncia](#)

2.3 [Defesa de auto de infração](#)

2.4 [Defesa em processo ético-disciplinar](#)

3. Pagamentos e Ressarcimentos

3.1 [Emissão de boleto de anuidade](#)

3.2 [Refinanciamento de débitos \(Refis\)](#)

3.3 [Ressarcimento de valores](#)

4. Tabela de Honorários

4.1 [Cálculo de honorários profissionais](#)

5. Registro no CAU e Carteira de Identidade Profissional

5.1 [Registro provisório de profissional diplomado no Brasil](#)

5.2 [Registro definitivo de profissional diplomado no Brasil](#)

5.3 [Registro temporário de profissional diplomado no exterior](#)

5.4 [Registro definitivo de profissional diplomado no exterior](#)

5.5 [Emissão de primeira via de carteira de identidade profissional](#)

5.6 [Emissão de segunda via de carteira de identidade profissional](#)

5.7 [Anotação de título de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho](#)

5.8 [Registro de pessoa jurídica](#)

5.9 [Baixa de Registro de pessoa jurídica](#)

5.10 [Interrupção de registro](#)

6. Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)

6.1 [Emissão de RRT simples](#)

6.2 [Emissão de RRT derivado](#)

6.3 [Emissão de RRT mínimo](#)

6.4 [Emissão de RRT múltiplo mensal](#)

6.5 [Emissão de RRT de atividade no exterior](#)

6.6 [Emissão de RRT fora do prazo \(RRT Extemporâneo\)](#)

6.7 [Baixa de RRT](#)

6.8 [Retificação de RRT \(RRT Retificador\)](#)

6.9 [Cancelamento de RRT](#)

6.10 [Declaração de nulidade de RRT](#)

7. Registro de Direitos Autorais (RDA)

7.1 [Emissão de Registro de Direitos Autorais \(RDA\)](#)

8. Certidões e Declarações

8.1 [Emissão de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física ou Jurídica \(CRQ\)](#)

8.2 [Emissão de Certidão Negativa de Débitos Pessoa Física ou Jurídica \(CND\)](#)

8.3 [Emissão de Declaração Negativa de Antecedentes Éticos](#)

8.4 [Emissão de Certidão de Acervo Técnico \(CAT\)](#)

8.5 [Emissão de Certidão de Acervo Técnico com Atestado \(CAT-A\)](#)

9. Acesso a Informações Públicas e Dados Sobre a Profissão

9.1 [Acesso ao Sistema de Inteligência Geográfica \(Igeo\)](#)

9.2 [Acesso a dados e pesquisas sobre o exercício profissional](#)

9.3 [Serviço de Informações ao Cidadão \(SIC\)](#)

10. Canais de Atendimento e Contatos

10.1 [Atendimento CAU/SP – Sede e Regionais](#)

10.2 [Ouvidoria](#)

10.3 [Atendimento à imprensa](#)

10.4 [Telefones, e-mails, endereços e horários de atendimento](#)

Ambiente Externo

A pandemia de covid-19, que infectou milhões e matou outros milhares de brasileiros, sepultando as esperanças que ainda restavam de uma recuperação da economia, marcou decisivamente o ano de 2020. Investimentos foram cancelados, empresas fecharam e empregos foram perdidos em proporções históricas.

Mesmo antes da pandemia, o País vinha

fechando mais empresas do que abria. Porém, em 2020, o processo se intensificou. De acordo com a pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em junho, o Brasil tinha cerca de 4 milhões de empresas, sendo 2,7 milhões (67,4%) em funcionamento total ou parcial; 610,3 mil (15,0%) fechadas temporariamente; e 716,4 mil (17,6%) encerradas em definiti-

vo. Estima-se que até o fim do ano, o número dessas últimas tenha chegado a um milhão.

O custo da pandemia é mundial e tem sido estimado em pelo menos 8,8 trilhões de dólares. Custo proporcionalmente parecido com o que deve ser cobrado do Produto Interno Bruto brasileiro. Embora as previsões tenham melhorado em relação ao que era esperado no começo da pandemia, o tombo ainda continua enorme, com a previsão de retração em torno dos 5%. Já a taxa de desemprego terminou o ano com média de 13,5%, o que significa que 13,4 milhões de brasileiros estavam na fila pelo emprego.

Apesar de graves, esses números ainda não são capazes de revelar a exata dimensão da crise. A necessidade de controlar a propagação do vírus e o distanciamento social paralisaram temporariamente diversas atividades econômicas. No fim do primeiro semestre, o IBGE estimava que 170,1 milhões de pessoas estavam em idade para trabalhar no Brasil. Porém, 82,5 mi-

lhões encontravam-se ocupadas. Até o fim do ano, esse número aumentou e chegou a 86,1 milhões, mesmo assim um número que corresponde apenas a 49,4%, ou seja, menos da metade da força de trabalho do País.

Esse cenário teve reflexos diretos na atividade de arquitetura e urbanismo. Mesmo com a dilatação do vencimento da anuidade e a ampliação do refinanciamento de débitos, a inadimplência das pessoas físicas aumentou de 23% para 27%. Já a emissão de RRTs sofreu uma queda de 35,6% nos três primeiros meses da pandemia em São Paulo.

Considerado atividade essencial e recebendo incentivos governamentais, o mercado da construção registrou notável aquecimento a partir de junho. O mesmo aquecimento se verificou no exercício da arquitetura e urbanismo, com crescente aumento na emissão de RRTs. Porém, esse aquecimento, embora registre uma recuperação um pouco superior aos patamares de 2019, ainda está longe do

que se previa inicialmente no começo de 2020.

Com isso, 2021 se torna um grande desafio. Por um lado, há incertezas, uma vez que a vacinação no Brasil demora a engrenar e a segunda onda da doença para inevitável. Por outro, os melhores resultados do segundo semestre fazem com que o Ministério da Economia projete um crescimento do PIB na casa dos 3,2%, puxado pelo otimismo principalmente para com a construção civil. O que definirá qual cenário prevalecerá será o quanto governo e iniciativa privada estarão dispostos a investir.

Mesmo assim, cada vez mais há um clamor pela arquitetura e urbanismo para todos. Enquanto tratamentos e curas para a covid-19 não chegam, a atuação dos profissionais da área se apresenta como a melhor solução para aumentar a qualidade de vida nas grandes cidades e fazer valer o tão pedido distanciamento que a sociedade precisa..

Força	Fraqueza	Oportunidade	Ameaça
Lei 12.378/2010 Geografia do Estado Vocação Social Demanda Contínuo PIB de SP e parque tecnológico Oferta de vagas no ensino Comunicação eficiente	Falta de poder de influência na gestão pública Legislação brasileira Concentração geográfica dos profissionais no Estado Qualidade do banco de dados (IES, formandos, arquitetos, empresas) Qualidade no ensino em geral Marca não consolidada do CAU/SP Entidades fragilizadas Comunicação externa e interna	Nova imagem do arquiteto Fomento no ensino de qualidade com acreditação dos cursos Fortalecimento de instituições de apoio ao profissional Aprovação do projeto de lei da arquitetura como carreira de Estado Cadastramento de arquitetos nos escritórios de São Paulo Fortalecimentos nos escritórios de AU Mercado de trabalho diversificado Alta demanda da sociedade	Reserva técnica Informalidade do arquiteto devido à burocratização Falta de qualidade no ensino Não existência da arquitetura como carreira no Estado Falta de valorização dos profissionais Intervenção governamental Concorrência externa Sombreamento das profissões PEC 108



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

02

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é um processo sistêmico que permite definir o melhor caminho a ser seguido por uma organização para atingir um ou mais objetivos estratégicos, dentro de um contexto previamente analisado dos cenários, definindo-se metas e ações que permitirão chegar onde se deseja. A Identidade Organizacional do conjunto autárquico CAU é composta pela Missão, Visão e Valores; bem como por Objetivos Estratégicos Nacionais e Locais estabelecidos para um período de dez anos. O Planejamento Estratégico CAU 2013 - 2023 sedimenta as bases de um Conselho com excelência organizacional, transparente, inovador e financeiramente sustentável, para servir à sociedade, assegurando eficácia no atendimento aos **61.253 profissionais e às 7.514 empresas** do setor no estado, comprometido com a qualidade e a modernidade em 2020.

O mapa estratégico em 2020 tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do CAU e relaciona os 14 objetivos estratégicos.

O infográfico a seguir demonstra os limites estratégicos mínimos e máximos estabelecidos pelas diretrizes do CAU/BR na 1ª Reprogramação 2020 do CAU/SP. Importante destacar que em decorrência da pandemia, os limites mínimos e máximos para atingimento dos objetivos estratégicos, foram flexibilizados, com exceção do objetivo de fiscalização, mantendo-se o percentual mínimo o a ser atingido de 15% sobre a Receita de Arrecadação Líquida.

Além dos valores estabelecidos e relacionados ao RAL (Receita de Arrecadação Líquida), o CAU/SP ampliou esses valores com os recursos de capital e acrescentado esses valores chegou-se a:

Fiscalização: R\$ 12.075.213,82

Objetivos Locais: R\$ 24.688.371,50

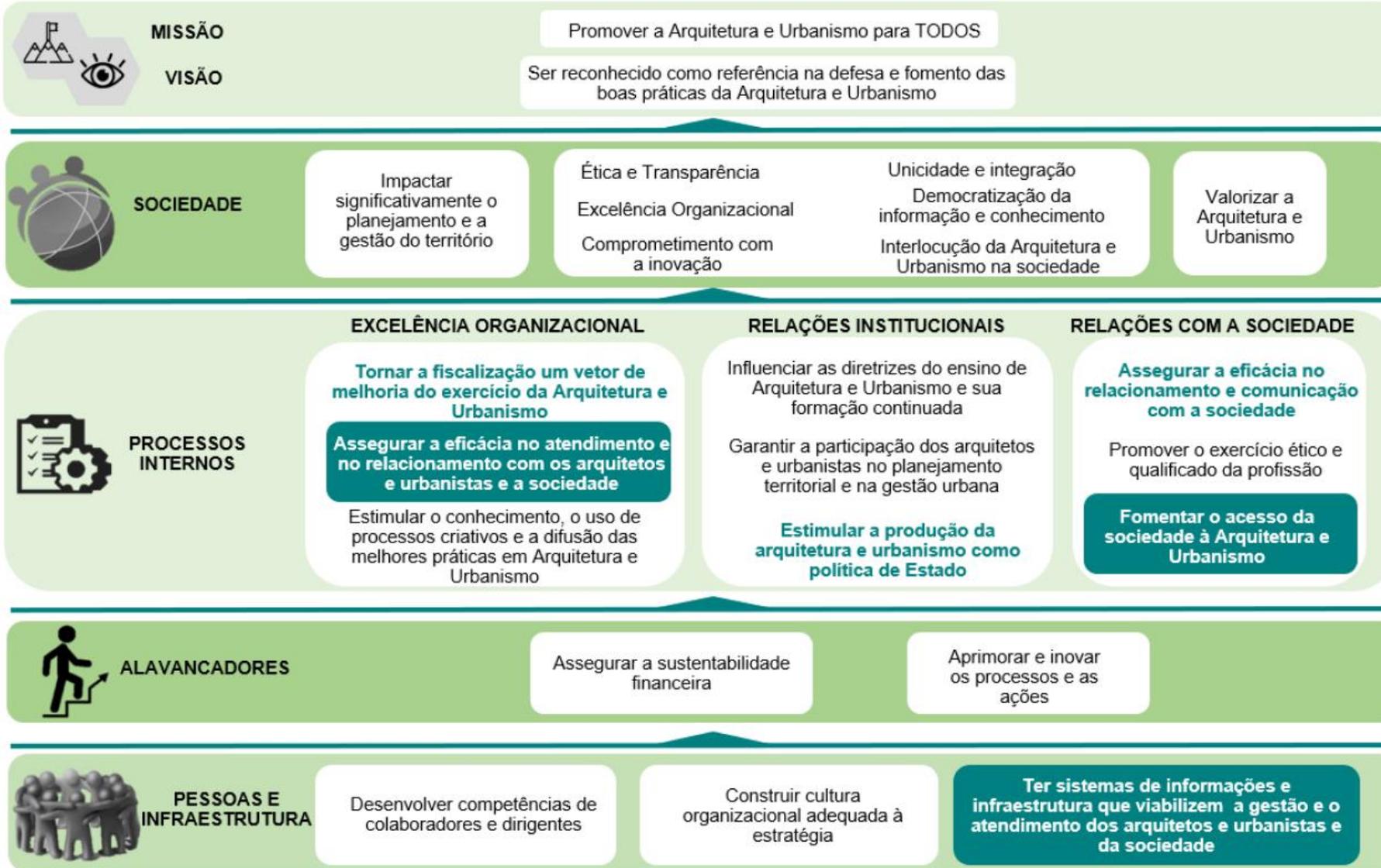
Visão									
Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo									
Limites Estratégicos	Nacional		Locais			Comunicação	Patrocínio	Capacitação	ATHIS
	Fiscalização (mínimo de 15% da RAL)	Atendimento (mínimo de 10% da RAL)	(Mínimo de 6% da RAL)			(mínimo de 3% da RAL)	(máximo de 5% da RAL)	(mínimo de 2% e máximo de 4% de Pessoal + Encargos)	(mínimo de 2% do total da RAL)
Objetivos Principais	Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade	Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade	Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade	Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo	Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo	Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores	Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo
Iniciativas Estratégicas	9	5	5	5	8	2	2	1	8
Projetado Reformulação	11.755.214 * 12.075.214 **	4.501.395	10.408.796,50 * 24.688.371,50 **			1.664.618	2.150.000	142.406	733.740,27 * 6.733.830,27 **
% de execução em relação ao RAL ***	24,8%	11,8%	22,9%			2,5%	5,25%	0,6%	0,98%
Demais Objetivos	Assegurar a sustentabilidade financeira	Garantir a participação dos Arquitetos e Urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana	Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada	Estimular a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado	Promover o exercício ético e qualificado da profissão	Aprimorar e inovar os processos e as ações	Construir cultura organizacional adequada à estratégia		
Iniciativas Estratégicas	4	10	5	2	5	3	1		
Projetado Reformulação	6.178.640	767.196	1.405.591	4.915.412	372.029	241.188	8.425		
% de execução em relação ao RAL ***	11,85%	0,68%	2,87%	13,54%	0,62%	0,44%	0,02%		

* Valores Sem Capital

** Valores Com Capital

*** Os percentuais de execução em relação a RAL estão considerando valores Com Capital

Objetivos Estratégicos



Valores Previstos

Fiscalização

R\$ 11.755.214

*R\$ 12.075.214

* valores com os recursos de capital

Atendimento

R\$ 4.501.395

Comunicação

R\$ 1.664.618

Patrocínio

R\$ 2.150.000

Objetivos Locais

R\$ 10.408.796

*R\$ 24.688.372

* valores com os recursos de capital

Capacitação

R\$ 142.406

ATHIS

R\$ 733.740

*R\$ 6.733.830

Os objetivos de âmbito nacional, são os que constam com a fonte verde, e os objetivos locais são os que se encontram com a caixa verde.

* Os valores correspondentes à capital são respectivamente, fiscalização R\$ 320.000, nos três objetivos locais a soma de R\$ 14.279.576 e ATHIS R\$ 6.000.090 (Projeto Específico)

** Por meio das deliberações DPAEBR N° 0004-01/2020 e DPESP N° 0343-06/2020, o superávit R\$ 6.000.0090,00 poderá ser utilizado como despesa corrente na presente reprogramação

Fonte: Planilha de Mapa Estratégico e ODS

<https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/1-Reformulacao-do-Plano-de-Acao-e-Orcamento-do-CAUSP-Mapa-Estrategico-e-ODS.pdf>

Apoio da estrutura de governança no acompanhamento da

Como o CAU/SP planejou a realização da sua missão e dos principais objetivos estratégicos

O CAU/SP aprovou seu Plano de Ação com Orçamento e Planejamento Estratégico para o ano de 2020 no mês de agosto de 2020, após várias reuniões com a colaboração de todos os conselheiros em suas Comissões, Conselho Diretor, vice-presidente e presidente, capitaneado pela CPFi. Conseguindo instituir todos os objetivos estratégicos para o ano, com a finalidade de atingir sua missão e sua visão. Além de deixar a perspectiva de continuidade para o ano de 2021.

Planejamento de recursos necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos

A arrecadação prevista para possibilitar atingir os objetivos, projetos e processos planejados para o ano conta com a indicação do crescimento histórico, mas impulsionada pelo excelente trabalho de recuperação de créditos, garantindo a Sustentabilidade Financeira, um dos objetivos estratégicos estabelecidos.



Principais programas, projetos e iniciativas

Destacam-se entre os objetivos estratégicos a estruturação da nova Sede do CAU/SP. A Gestão encara com muito afinco essa atividade, de forma a garantir um espaço aos Arquitetos e Urbanistas que contribuem e acompanham os trabalhos do Conselho. Mais do que isso, uma casa para o atendimento à sociedade como um todo, referência na arquitetura nacional e paulista, com um edifício acessível no Centro de São Paulo. Há outros projetos, programas e iniciativas a serem implantados pelo Conselho e de grande importância. Vamos tratar deles ao longo deste relatório.

Avaliação sobre como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos

A Governança se preocupa em dar todo o suporte necessário às iniciativas para atingir os objetivos estratégicos traçados. Estando sempre disponível e atenta a essas necessidades, deverá apoiar e conduzir a reestruturação do Organograma, de forma a garantir o aperfeiçoamento da estrutura, para propiciar melhores condições de controle interno, gestão de riscos e supervisões. Há previsão de criação de vários cargos de supervisão neste organograma, assim como cargos essenciais para garantir a gestão de riscos e ampliação do atendimento à sociedade como um todo.

Mecanismos, ações e atividades a serem implementadas e determinadas pela alta administração para garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos da organização

A Gestão apoia e solicitará as adaptações necessárias para o procedimento sistemático de melhorias, com a finalidade de propiciar a economicidade em todos os atos da instituição, assim como a legalidade, solicitando análise pelo Departamento Jurídico de todas as compras realizadas. A eficiência, a efetividade e a eficácia vêm sendo estudadas, e uma proposta da Gerência Financeira de acompanhamento sistemático deve ser implantada até o ano que vem, assim como a controladoria interna, para dar mais segurança e acompanhamento em todos os processos.

Manifestação da Alta Administração e medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados

A Alta Administração solicitará o aprimoramento dos indicadores de acompanhamento. O CAU/BR realizou no início de 2020 o Seminário de Planejamento e Prestação de Contas e apresentou novas propostas de indicadores. Estes indicadores foram incluídos no SGI para que a partir do próximo ano, a indicação das metas e o monitoramento possa ser realizado diretamente através dessa plataforma.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

03

Gestão de riscos e controles internos

Em outubro de 2016 a Controladoria do CAU/BR realizou um levantamento junto a todos os CAU/UF e ao CAU/BR por meio de um "Questionário de Avaliação de Controles Internos e Gestão de Riscos (QACI) visando avaliar o nível de maturidade institucional nestes quesitos.

Não obstante, em 2020 o CAU/BR não tenha implementado política de gestão de riscos, tal deficiência será debelada em 2021, conjuntamente com as ações do grupo de trabalho criado para atuar nas ações de estruturação e implantação dentre outros, de Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, cujos trabalhos se iniciarão em março, com prazo conclusivo estimado para junho de 2021. O resultado dos trabalhos serão disseminados a todos os CAU/UF que poderão implementar as adequações do modelo do CAU/BR julgadas necessárias a cada realidade.

Atuação da unidade de Auditoria Interna

Apesar de não existir uma unidade específica de Auditoria Interna, a Comissão de Planejamento e Finanças (CPF) cumpriu esse papel, efetuando vistas, observações, sugestões, recomendações e apontamentos sobre todas as contas (balancetes de janeiro a novembro e balanço de 2020), orçamento anual, Plano de Ação, transposições e execução orçamentária (desempenho da arrecadação e gastos por unidade de contas, projeto/atividade), bem como, em relação aos processos de compras, conforme a lei 8.666/93.

Também analisando e aprovando o Relatório de Gestão Integrado anual e semestral, prestações de contas mensais e trimestrais.

Quadro de Relação de Processos Ativos: <https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Processos-Judiciais-Ativos-2020.xlsx>

A partir de meados de novembro de 2016, foi implantada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo a vaga de Auditor Interno, dada a necessidade do conhecimento e do estudo dos procedimentos implantados nas áreas, conhecimento das funcionalidades e segregações de funções, conforme o Organograma Funcional atual do CAU/SP. Começa a ser delineado Plano de Auditoria Interna, Processo nº 001/2017, para execução no CAU/SP. Porém, em maio de 2017, o CAU deixou de contar com esse funcionário, num trágico falecimento, não sendo possível contratar outro até o presente momento. Portanto, a CPF continua desempenhando esse papel.

No ano de 2019, no mês de junho, foi ratificada a área de Auditoria no novo organograma aprovado. Está agora em fase de implantação, com análise de currículos, para que um funcionário de possa assumir a vaga e estruturar a área nos moldes de compliance ou controladoria. Em 2020 ainda não foi possível o preenchimento dessa vaga. A perspectiva é de que ocorra em 2021.

Informações da empresa de auditoria independente contratada

A Auditoria independente foi contratada para fazer a auditoria anual e realizará o processo no início de 2021.

O CAU/SP é auditado em suas prestações de contas financeiras, contábeis e patrimoniais pelo CAU/BR e sua assessoria externa, a qual aprovou a Prestação de Contas mensalmente e trimestralmente, o que compreende os meses de janeiro a

dezembro de 2020, assim como a Prestação de Contas de do ano, com a análise da apresentação do Balanço de 2020.

- ❑ Relatório Contábil CAU/BR nº 88/2020 – 1º Trimestre de 2020 Empresa ATA Contabilidade e Auditoria CRC – DF 485
- ❑ Relatório Contábil CAU/BR nº 89/2020 – 2º Trimestre de 2020 Empresa ATA Contabilidade e Auditoria CRC – DF 485
- ❑ Relatório Contábil CAU/BR nº 102/2020 – 3º Trimestre de 2020 Empresa ATA Contabilidade e Auditoria CRC – DF 485
- ❑ Homologação de Prestação de Contas – Exercício 2020 Auditoria CAU/BR
- ❑ Relatório da Auditoria Externa Independente BDO – Exercício 2020 (a ser realizada início de 2021)

<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/CAU-SP-Relatorio-Contabil.pdf>

Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

No caso do CAU/SP, está prevista como "modus operandi" a instituição de comissões de apuração para o caso deste tipo de ocorrência. Até o momento não houve eventos que viessem a trazer prejuízos ao Conselho.

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

No CAU/SP a Comissão Ordinária de Planejamento e Finanças (CPF) acompanha mensalmente o fechamento dos balancetes de receita e despesa, e apura qualquer irregularidade ou dano que possa ter ocorrido. Não consta na Autarquia qualquer ocorrência de dano ao erário.

Três Linhas de Defesa

A Gestão de Riscos e Controles Internos no âmbito do CAU/SP abrange questões estratégicas, riscos e ameaças, com acompanhamento da execução do Plano de Ação e abordagem como a das *Três Linhas de Defesa* (IIA, 2013). Desta forma o CAU/SP conta com os seguintes grupos de responsáveis envolvidos com o gerenciamento de riscos:



RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

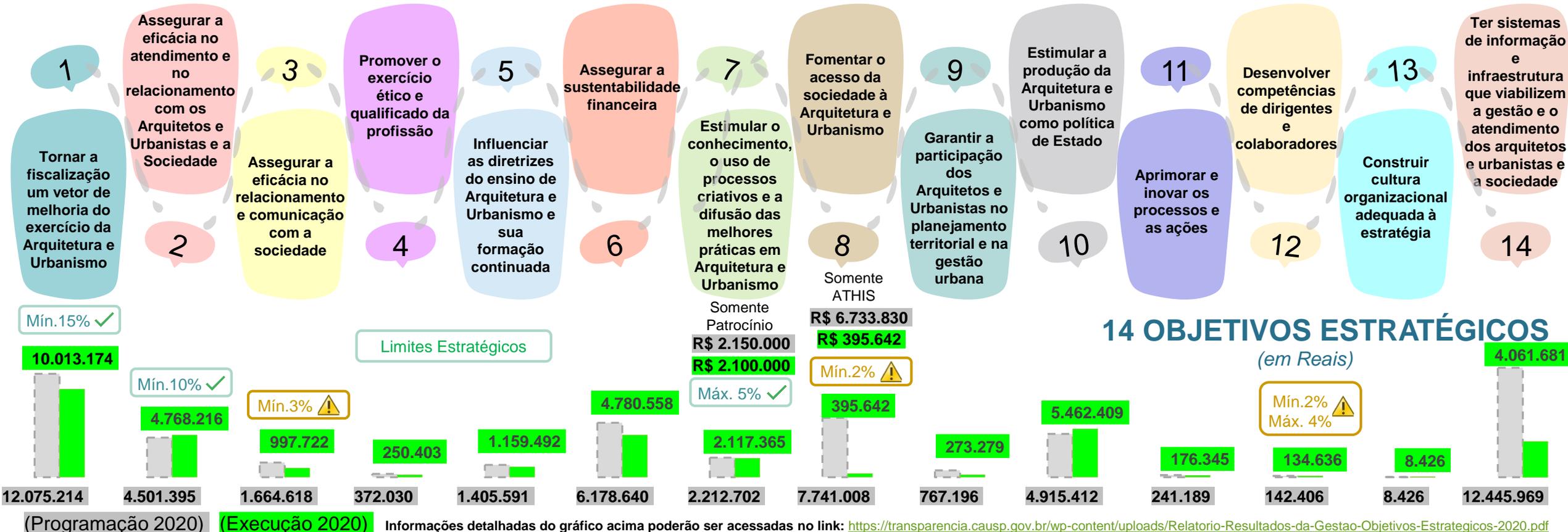
04

Resultados da Gestão

Abaixo estão demonstrados de forma simplificada todos os objetivos estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico do CAU e os valores projetados no orçamento de 2020. No gráfico abaixo, temos a informação do projetado para 2020 na coluna cinza pontilhada. Na coluna em verde claro, temos o realizado em 2020 e com base comparativa, na coluna verde escuro, a execução do ano anterior. As informações de cada um dos Objetivos Estratégicos poderão ser visualizadas no decorrer deste capítulo, com o detalhamento do comparativo entre programação e execução 2020,

principais realizações e desafios e perspectivas para 2021. Considerando o cenário mundial em decorrência da pandemia (COVID-19), e com a queda da arrecadação, todos os projetos e atividades foram revistos em um esforço conjunto de todo o Conselho para o equilíbrio das contas. A redução alcançada nesse esforço conjunto para o contingenciamento foi de 25,5%, porém não baseando-se na premissa indicada na DPAEBR N° 004-01/2020, ou seja, desconsiderou-se de despesas, a Reserva de Contingência, por não se tratar de uma despesa propriamente dita e também

o valor aportado para projeto específico, pois mesmo que será utilizado como despesa corrente, não se trata de uma despesa corrente de funcionamento e custeio efetivo do CAU/SP. Em se tratando de limites estratégicos estabelecidos pelas Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento, fica inobservado a aplicação do percentual mínimo de 15% sobre a Receita Líquida de Arrecadação nas atividades de Fiscalização. Para os demais limites, houve a flexibilização nestes percentuais, sendo os objetivos relacionado a ATHIS, Comunicação e Capacitação os únicos não alcançados e serão detalhados nos próximos capítulos.



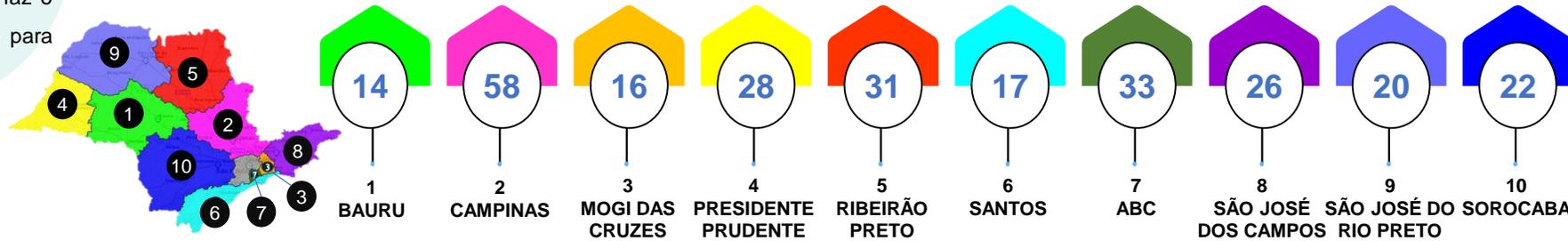
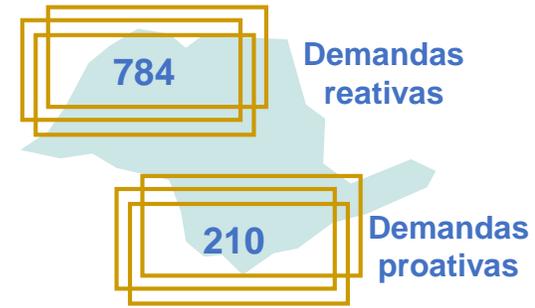
Resultados da área fim e seus indicadores

Fiscalização

Para cumprir a finalidade de zelar pela orientação e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo, o CAU/SP conta com a área de Fiscalização e a Comissão de Fiscalização.

A Comissão é responsável pelo plano de fiscalização do CAU/SP, e por propor alterações na legislação de fiscalização junto ao CAU/BR. Ela também realiza ações preventivas e educativas institucionais para apoiar a fiscalização. A área de fiscalização, como área técnica faz o trabalho fiscalizatório mesmo, que só os fiscais tem atribuição para fazer

O CAU/SP teve 994 demandas cadastradas, divididas em 784 demandas reativas e 210 demandas proativas no ano de 2020, representando respectivamente 79% e 21% das ações. As demandas reativas são realizadas de forma a oferecer respostas à solicitações realizadas pela sociedade através de denúncias e atendendo a diligências de outros órgãos públicos ou mesmo de Conselheiros, solicitadas durante o rito de análise de processos. Já as demandas proativas são aquelas derivadas de um planejamento elaborado pelo próprio setor com o objetivo de fiscalizar e orientar. Das 994 demandas cadastradas durante o Exercício 2020, 207 foram em São Paulo, 22 não estavam ligadas a uma cidade e as demais nas regionais, distribuídas da seguinte forma:

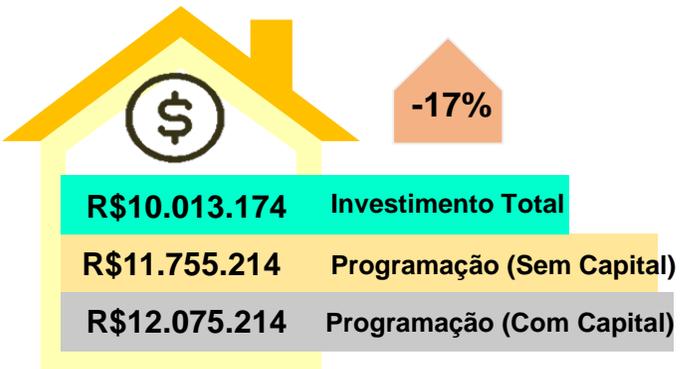


Ao analisar o total das demandas por classificação, temos:



As 52 demandas classificadas como “Sem referência à fiscalização” são denúncias registradas como atividades fora da área de atuação da fiscalização do CAU/SP. Por exemplo: solicitação para embargar obras, solicitação de emissão de carteirinha, pedido de fiscalização em outro Estado etc.

As 220 demandas classificadas como “Outros” são casos que não se encaixam em nenhuma das classificações anteriores. Por exemplo: demandas administrativas de correção de trâmites e demandas decorrentes de Planos de Ação (feiras e condomínios).



OBJETIVO ESTRATÉGICO
Tornar a FISCALIZAÇÃO um VETOR de MELHORIA do exercício da Arquitetura e Urbanismo

Resultados da área fim e seus indicadores

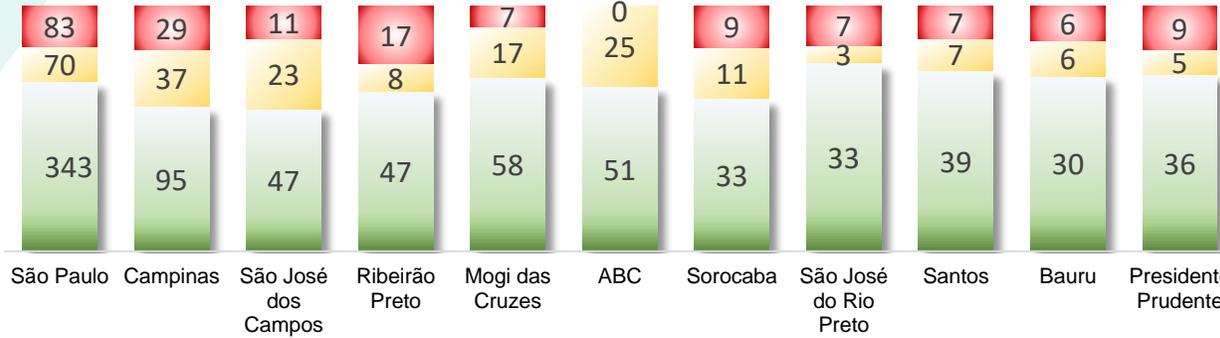
Fiscalização

Os prazos do setor foram quantificados, e o passivo de demandas foi eliminado. A ideia é gerar uma fiscalização com respostas mais rápidas para a sociedade, respeitando os prazos estabelecidos pelo setor.



O tempo médio de apuração de demandas atualmente é de:

Abaixo, apresentamos um gráfico que demonstra a abrangência da atuação da Fiscalização no Estado de São Paulo em 2020, e a distribuição nas regionais. Com a adoção do teletrabalho desde março em virtude da pandemia, às ações de fiscalização foram bastante afetadas, apresentando uma baixa abrangência no Estado e nas regionais no ano de 2020. Das 645 cidades, foram possíveis fiscalizar apenas 30 cidades.



Detalhamento de multas de fiscalização: <http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Autos-de-infracao-emittedos-em-2020.xlsx>

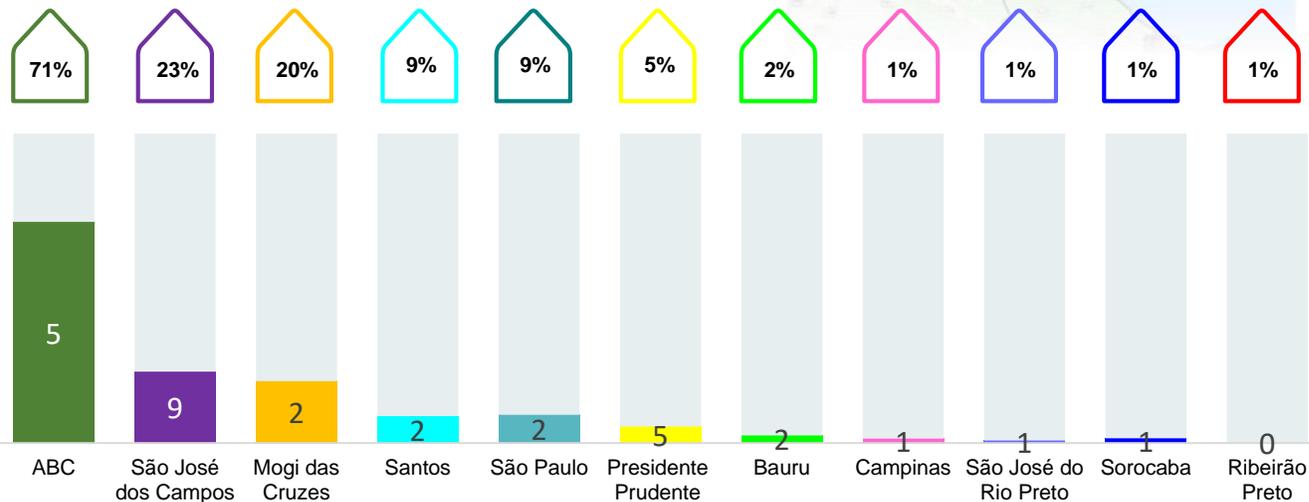
Projetos

Projeto Fiscalizar e orientar

Nesse projeto é desenvolvida uma ação chamada "Síndico Consciente", voltada a orientar e capacitar síndicos sobre a necessidade e a importância do acompanhamento das obras em andamento em seus condomínios, por meio de reuniões e palestras, para que eles se tornem multiplicadores do projeto. Em 2020, 9 condomínios foram orientados presencialmente e 28 obras foram fiscalizadas dentro dos condomínios. Em função da pandemia de COVID-19, também foram orientados 30 condomínios de forma remota.

Projeto Fiscalização em foco

O objetivo deste projeto, também chamado de "Espaço Responsável", é orientar e fiscalizar expositores, organizadores, promotoras, montadoras de feiras, mostras e eventos, e profissionais da arquitetura, quanto ao cumprimento da legislação referente ao setor. Em 2020, foram fiscalizadas 4 feiras e mostras, 122 estandes e ambientes, e 5 organizadoras foram orientadas. Nessa ação de fiscalização, foram detectadas 31 irregularidades em projetos, 33 em execução e 40 relacionadas a registro de empresas.



Resultados da área fim e seus indicadores

Fiscalização

Desafios e Perspectivas 2021

O ano de 2020 trouxe inesperados desafios à sociedade brasileira como um todo, e as ações da Fiscalização e da Comissão de Fiscalização do CAU/SP, como não poderia deixar de ser, foram profundamente impactadas por este contexto.

Com o estado de calamidade gerado pela pandemia de Covid-19, e a adoção do teletrabalho desde março, às ações de fiscalização foram bastante afetadas, os prazos processuais nos processos punitivos do CAU/BR e dos CAU/UF foram suspensos desde maio com a promulgação da **Deliberação Plenária CAU/BR DPEBR nº 0007-06/2020**, o que acarretou no representamento de processos no setor, as atividades “in loco” ficaram prejudicadas, e o envio de pastas éticas e de exercício teve que ser revisto considerando a impossibilidade da tramitação física dos documentos.



O gráfico acima, demonstra os percentuais de execução do objetivo de fiscalização em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor mínimo de 15% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de fiscalização ultrapassou o limite mínimo do CAU/BR, com 24,8% sobre a RAL. No entanto ficou abaixo em 9,4 pontos percentuais na comparação com a programação estipulada pelo CAU/SP.

¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Os projetos do Plano de Ação da Comissão de Fiscalização também foram afetados, as palestras presenciais em universidade parte da ação “Profissão Arquiteto” tiveram que ser suspensas, reuniões institucionais e palestras dos projetos Município 100%, Síndico Consciente e Espaço Responsável também foram em sua maioria canceladas.

Acrescentamos a este cenário o ataque malicioso sofrido pelo SICCAU em 08 de julho, que deixou o sistema indisponível por alguns dias e cujas informações só foram completamente restauradas semanas depois. No entanto, o ano de 2020 também demonstrou sobremaneira o esforço empregado na adaptação e na preservação das atividades do setor.

Tanto a CF, quanto o setor de fiscalização aproveitaram o período de suspensão das atividades presenciais para se dedicarem ao planejamento e estruturação de suas atividades, a Fiscalização deu início a revisão do Manual de Fiscalização, documento que norteia as atividades do setor, e também deu início a elaboração de seu planejamento estratégico, em uma iniciativa inédita no Conselho, sinistros continuaram a ser fiscalizados, o conteúdo do setor no site do CAU/SP foi revisto e diversos procedimentos internos foram criados e revisados.

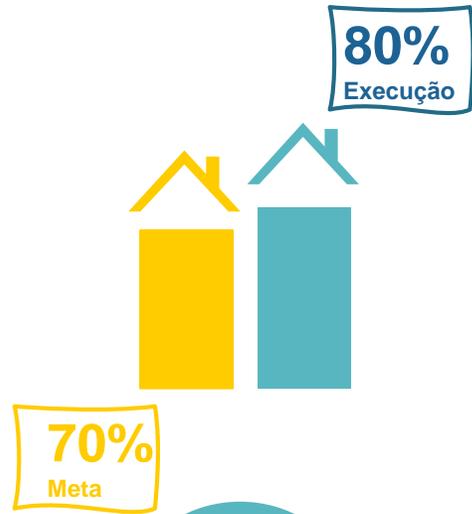
A Comissão de Fiscalização iniciou suas reuniões virtuais, concentrou seus esforços na análise da nova Resolução de Fiscalização, participou de dois do Projeto Síndico Consciente a distância, e adaptou a palestra do projeto Profissão Arquiteto para o formato remoto, também foi desenvolvida a ferramenta “Modelo Lógico” para cada um dos projetos. A partir do Modelo Lógico foi desenvolvida a Carteira de Projetos da Comissão de Fiscalização 2018-2020, um guia detalhado sobre cada uma das ações da Comissão com seus respectivos desafios, aprendizados e perspectivas.

Diante deste cenário, esperamos que o próximo ano, mediante a volta da normalidade no país, traga não apenas a retomada dos projetos e atividades, mas também que sua execução transcorra de forma mais estruturada e com melhores dados de monitoramento e resultados através das metas e indicadores criados.

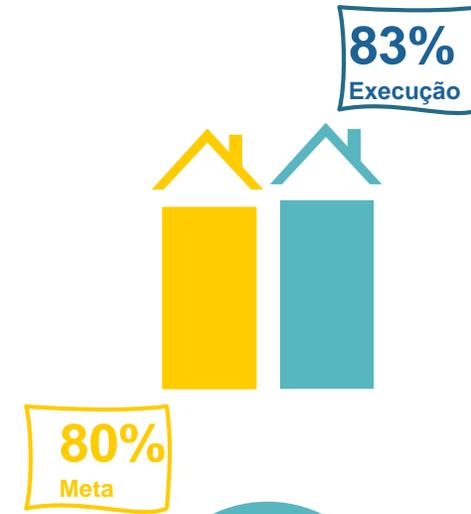
Resultados da área fim e seus indicadores

Fiscalização

Mede se a fiscalização está melhorando o exercício profissional da arquitetura e urbanismo. Se esse índice aumentar, significa que os profissionais em cada Estado estão tendo melhor entendimento de suas respectivas responsabilidades e deveres, com maior nível de registro de seus serviços.



Para tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo é preciso concluir os processos de fiscalização em um tempo razoável. Dessa forma é possível dar resposta à sociedade sobre as questões julgadas e buscar o reconhecimento do trabalho sendo realizado.



Mede as quantidades de auditorias técnicas realizadas sobre as RRTs emitidas no ano. A auditoria foi realizada entre os dias 01/01/2020 e 31/12/2020.

RRTs sem baixa	RRTs auditados
171.486	10.706
	7.709
	Em conformidade
	2.403
	Com irregularidade sanável
	594
	Com irregularidade insanável



INDICADORES

ÍNDICE DE RRT POR MÊS POR PROFISSIONAL ATIVO

0,41
Execução



ÍNDICE DE ORIENTAÇÕES GERAIS REALIZADAS

Mede a capacidade de se orientar os graduandos em Arquitetura e Urbanismo, profissionais do ramo, empresas, órgãos públicos e a sociedade em geral sobre legislação, prática e exercício da arquitetura e urbanismo, por meio de visitas técnicas (síncronas, feiras, mostras e outros).



ÍNDICE DE EFICIÊNCIA NA CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

ÍNDICE DE CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE DENÚNCIA

Mede se os CAU/UF possuem a capacidade necessária para a fiscalização do atendimento das denúncias. Compara a quantidade de denúncias atendidas/fiscalizadas com a quantidade de denúncias recebidas.



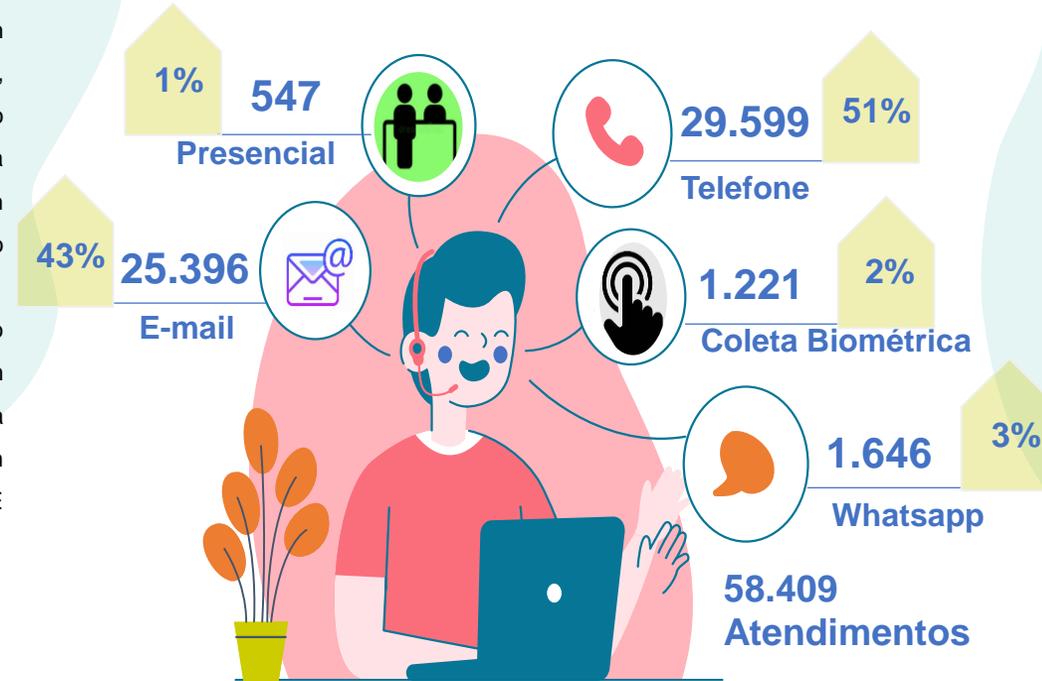
INDICADOR DE AUDITORIA

Resultados da área fim e seus indicadores

Atendimento

Buscando cumprir com uma das competências do CAU/SP, em conformidade com a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, com o Regimento Geral do CAU e com o Regimento Interno do CAU/SP, no âmbito de sua jurisdição, o CAU/SP conta com a Coordenadoria Técnica de Atendimento, com foco em zelar por um atendimento de qualidade e eficaz ao arquiteto e urbanista e ao cidadão.

A área de Atendimento conta com um sistema específico para o cadastramento dos atendimentos – CRM 4U - desde 2019, e assim são feitos as classificações dos atendimentos de uma forma padronizada, e unificado aos profissionais de todo o País, em consonância com a Resolução N° 126, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

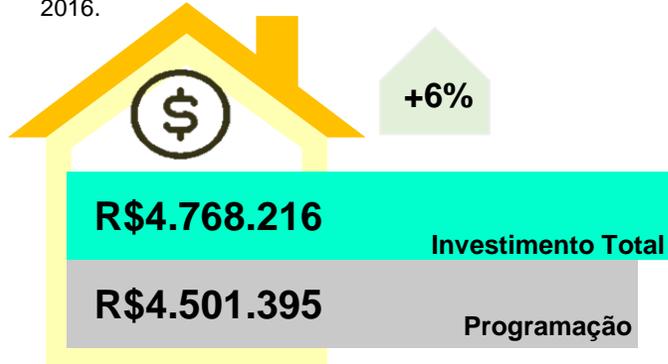


Em 2020 foram realizados 58.409 atendimentos distribuídos em 5 canais.

Do total de 58.409 de atendimentos, 51% foram através do telefone, seguido do atendimento por e-mail, com 43%.

Em decorrência da pandemia, o CAU/SP também adotou mais uma modalidade de canal, o whatsapp. Vale destacar que a partir de novembro, devido a importância desse canal, já com 3% em apenas 2 meses de aferição, esse canal foi inserido como modalidade oficial no sistema CRM 4U para acompanhamento.

Todos os atendimentos foram realizados com tempo inferior a 30 dias, atendendo a 100% do índice de atendimento. O número de usuários satisfeitos com a solução da demanda foi de 57.454, o que significa que apenas 955, foram atendimentos relacionados a um tipo de reclamação que são contabilizados junto a área da Ouvidoria e Reclame Aqui.



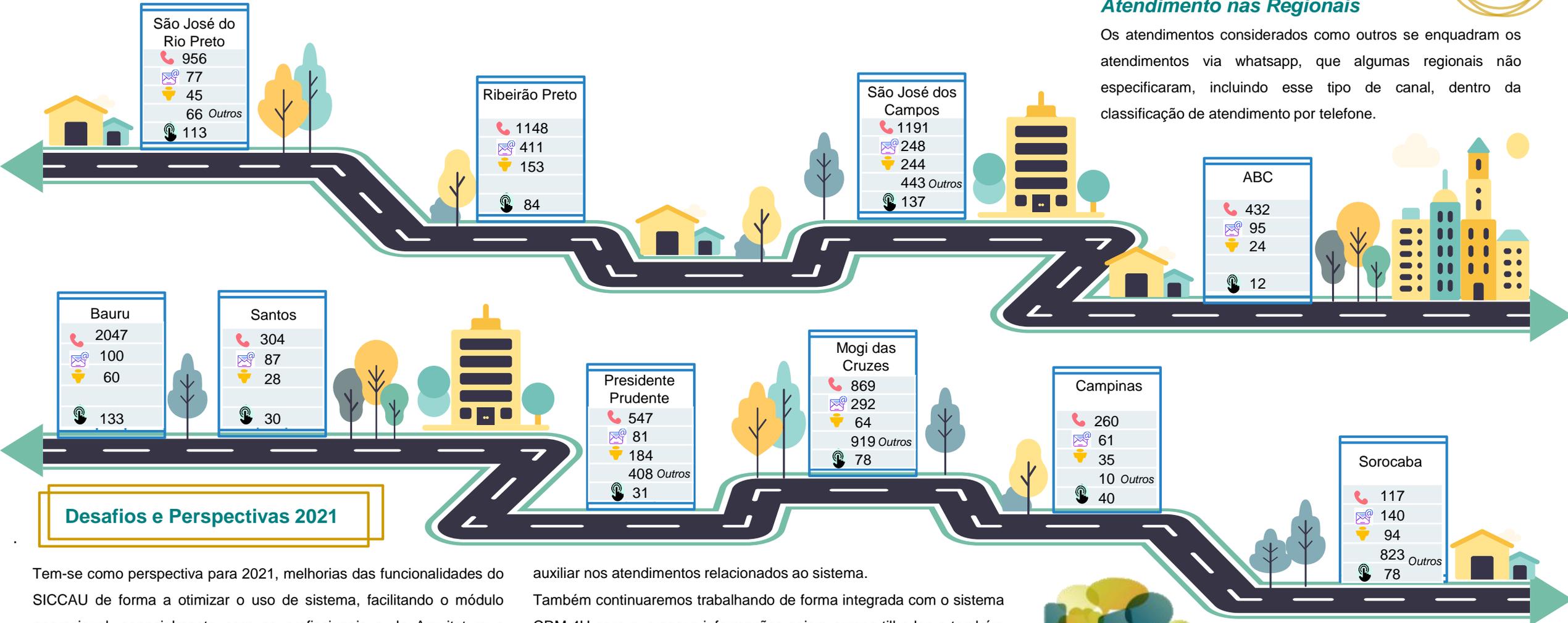
OBJETIVO ESTRATÉGICO
Assegurar a eficácia no ATENDIMENTO e no RELACIONAMENTO com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade



O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de atendimento em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor mínimo de 10% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de atendimento ultrapassou o limite mínimo do CAUBR, com 11,8% sobre a RAL. No entanto ficou abaixo em 1.3 pontos percentuais na comparação com a programação estipulada pelo CAU/SP, mesmo a execução em valores, sendo 6% acima do valor programado.

¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Resultados da área fim e seus indicadores



Atendimento nas Regionais

Os atendimentos considerados como outros se enquadram os atendimentos via whatsapp, que algumas regionais não especificaram, incluindo esse tipo de canal, dentro da classificação de atendimento por telefone.

Desafios e Perspectivas 2021

Tem-se como perspectiva para 2021, melhorias das funcionalidades do SICCAU de forma a otimizar o uso de sistema, facilitando o módulo operacional, especialmente para os profissionais e de Arquitetura e Urbanismo, diminuindo os impactos e erros que possam surgir quando na implantação de novas funcionalidades. Também para 2021, esperamos melhorar a comunicação junto ao CAU/BR, visando antecipação de informações importantes a equipe de atendimento, permitindo que a equipe esteja mais preparada para

auxiliar nos atendimentos relacionados ao sistema.

Também continuaremos trabalhando de forma integrada com o sistema CRM 4U para que essas informações sejam compartilhadas e também possam ser utilizadas de forma estratégica junto com o SICCAU para o compartilhamento de comunicados e informativos, visando assim a contínua agilidade e qualidade no atendimento em conjunto com ferramentas de gestão dos sistemas já utilizados.



Resultados da área fim e seus indicadores

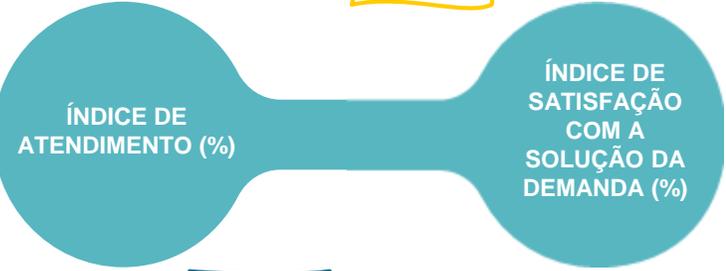
Atendimento

Permite acompanhar a capacidade de atendimento dos CAU/UF.

86%
Meta



98,4%
Execução



Mede se, na média, os profissionais estão satisfeitos com o tratamento dado às suas demandas.

100%
Execução



93%
Meta



INDICADORES



Resultados da área fim e seus indicadores

Ouvidoria

A ouvidoria do CAU/SP foi implementada no final de 2014 e tem a missão de garantir os direitos dos profissionais e cidadãos, recebendo reclamações, pedidos de informação, solicitações, sugestões, elogios ou denúncias sobre o atendimento e quanto a ações de responsabilidade do Conselho, de seus conselheiros e empregados públicos. Qualquer cidadão pode registrar sua manifestação e acompanhá-la eletronicamente por meio do Canal da Ouvidoria (<https://www.caubr.gov.br/ouvidoria>). É possível fazer o envio como pessoa física, pessoa jurídica ou de forma anônima. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) conta também com a Ouvidoria-Geral, regulamentada através da [Deliberação Plenária DPOBR 0054-07, de 19 de maio de 2016](#), como intermediária das manifestações dirigidas ao CAU/BR e aos CAU dos estados (ou do DF), atuando no encaminhamento das demandas às áreas competentes e na busca de soluções para os conflitos e dúvidas.

A Ouvidoria do CAU/SP, recebeu e atendeu a **464 (quatrocentos e sessenta e quatro)** manifestações e esperamos ter colaborado no encontro da melhor solução, sempre que possível, para cada um dos assuntos apresentados (vide gráficos com essas informações). Das demandas recebidas em 2020 (de 01 de janeiro a 31 de dezembro), próprias da UF de São Paulo, todas foram atendidas e respondidas.

Desse total, os canais mais utilizados foram:



No que diz respeito às demandas atendidas nesses 12 meses, a maior no período foi em decorrência das reclamações e solicitações referentes aos erros e falhas sistêmicas que aconteceram no 2º semestre. Primeiramente em julho, por conta do *cyber* ataque aos servidores do Conselho no dia 7, que necessitou retirar diversos sites do ar. Em seguida, e em impacto expressivamente maior e mais prolongado, após manutenção no SICCAU no dia 07/09, que visava implementação de novo módulo para preenchimento de RRT, sistema ficou diversos dias inoperantes. Sendo que até o final do ano ainda é recorrente reclamações de profissionais sobre erros diversos. A Ouvidoria atuou, além de se desculpar e orientar os profissionais quanto a possíveis soluções paliativas,



repassar os casos aos setores técnicos para providenciar as devidas correções, e à Direção do Conselho para ciência da situação.

Desafios e Perspectivas 2021

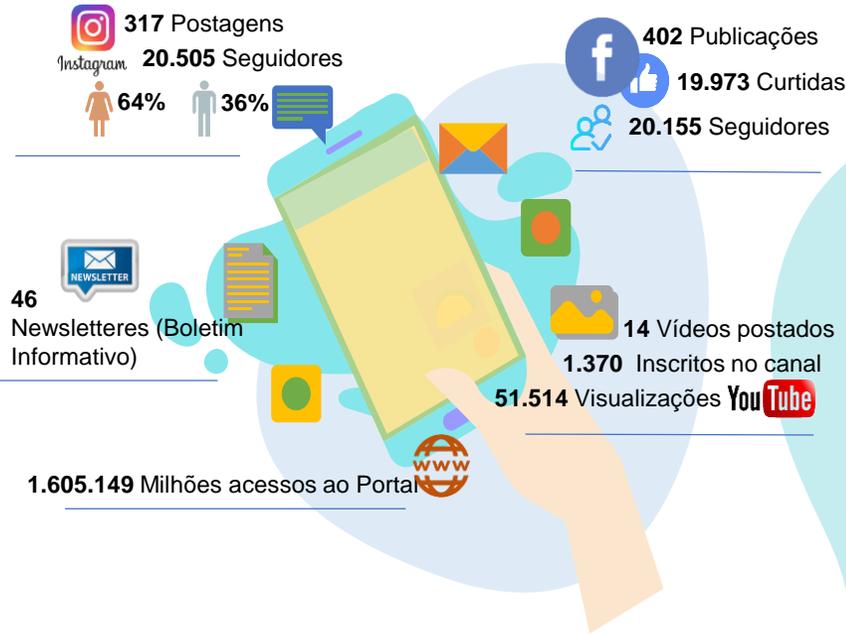
Para 2021 temos uma perspectiva de maior celeridade, ou eficiência na condução dos trabalhos da Ouvidoria. Enquanto ano passado se mostrou um período de transição e adaptação para uma nova rotina de trabalho, este já se inicia com métodos mais estabelecidos e claros sobre como dar um bom andamento as demandas que recebemos. Principalmente tendo em vista a projeção de continuidade dos trabalhos remotos, tendo em vista a continuidade da pandemia no país e as questões relativas à adequação e uso da nova sede do CAU/SP. Em complemento, já está em desenvolvimento conjunto com a instância federal ações visando uma maior colaboração e efetividade da atuação da Ouvidoria do Conselho como um todo.

Resultados da área fim e seus indicadores

Comunicação

A Área de Comunicação é responsável por realizar a divulgação das ações e atividades do CAU/SP, publicações, e ampliar a comunicação do Conselho com os arquitetos e urbanistas, funcionários e a sociedade, por meio do Site, Revista, Jornal e mídias eletrônicas, mailing. Para isso, desenvolve trabalhos em conjunto com agência de comunicação integrada, agência de assessoria de imprensa, empresas de serviços gráficos e correios para manuseio e distribuição de revistas. Também apoia a realização de eventos, reuniões plenárias e ações institucionais do

CAU/SP. A execução ficou abaixo do esperado, em especial nas despesas relacionadas à assessoria de comunicação, que em decorrência das restrições da pandemia teve a maioria dos seus recursos previstos não sendo realizados, como a elaboração de livro sobre a nova sede, não se utilizando o valor previsto para projetos gráficos e diagramação; a edição de somente uma edição da revista Móbile no segundo semestre, onde havia se previsto duas, e por fim a não utilização do recurso destinado a produção e finalização de vídeos referentes ao Congresso UIA 2020, que fora postergado para 2021.



Desafios e Perspectivas

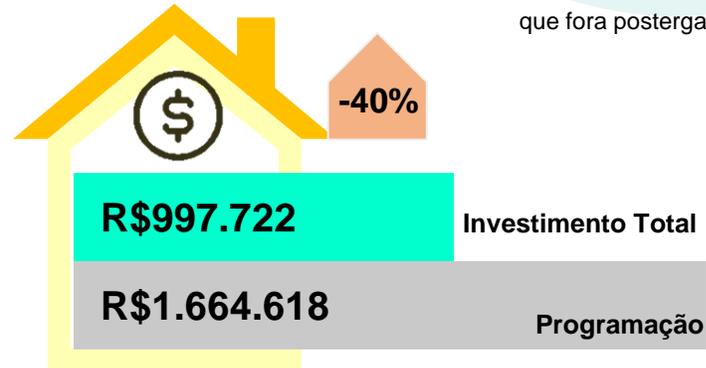
Para traçar uma perspectiva de atuação para a Comunicação do CAU/SP para o ano de 2021 é preciso destacarmos, sobretudo, os desafios vivenciados em 2020, em função da pandemia que assolou o planeta e que, ao que tudo indica, ainda perdurará por mais algum tempo. É imprescindível que tenhamos, pois, como um dos principais focos de trabalho a aproximação ainda mais efetiva do Conselho com os profissionais, uma vez que as relações em ambientes de trabalho e nos demais eixos sociais necessitam, mais do que nunca, de atenção e novos olhares. A promoção e o aprimoramento da Arquitetura e Urbanismo em todo o Estado de São Paulo seguem como prioridades e a comunicação pode e deve atuar no sentido de levar a importância desta profissão para a recuperação social e econômica que, certamente, o país enfrentará.

O aprimoramento, portanto, da Comunicação interna e externa do Conselho, a partir dos veículos e meios institucionais de informação mantidos pelo CAU/SP, será uma diretriz fundamental, com foco ainda mais intenso nas atividades relacionadas aos meios digitais.

O gráfico abaixo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de comunicação em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor mínimo de 10% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de comunicação ficou abaixo do limite mínimo do CAUBR, com 2,5% sobre a RAL.



¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a eficácia no relacionamento e **COMUNICAÇÃO** com a sociedade

Resultados da área fim e seus indicadores

Comunicação

Mede o quanto a sociedade está acessando o site dos CAU/UF para buscar informações sobre o CAU ou sobre Arquitetura e Urbanismo.

ACESSOS À PÁGINA DO CAU (QTD.)

1.605.149
Execução

INDICADORES

399.000
Meta



O destaque da aquisição da sede própria do CAU/SP, um imóvel histórico, projetado pelo arquiteto e urbanista Ramos de Azevedo e localizado no Triângulo Histórico da capital paulista.

Mais detalhes e outros temas desta **edição n°20** no link:

<https://www.causp.gov.br/?p=4906>

6



A abordagem de como a Arquitetura e Urbanismo impactou a vida das pessoas no período de isolamento social.

Mais detalhes e outros temas desta **edição n°21** no link:

<https://www.causp.gov.br/?p=49863>



A discussão das questões mais importantes na concepção de hospitais, laboratórios, clínicas e outros espaços dedicados aos cuidados com a saúde.

Mais detalhes e outros temas desta **edição n°22** no link:

<https://www.causp.gov.br/?p=51108>

Resultados da área fim e seus indicadores

Ética e Disciplina

A Comissão de Ética e Disciplina representa um dos principais pilares do Conselho. Dentre as principais competências dessa Comissão, estão propor, apreciar e deliberar sobre processos de infração ético-disciplinares, em que há apuração de irregularidades sob o aspecto de ética profissional, além de apreciar medidas para o aprimoramento do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. (...), considerando que por enquanto há apenas discussões sobre o conteúdo do Código para que em momento oportuno possa-se tomar as medidas necessárias para seu aprimoramento. A Comissão e a equipe técnica que a auxilia em 2020 deu continuidade aos trabalhos para desenvolvimento de ferramenta para tramitação de processos éticos por um Sistema de Gestão Integrado (SGI) realizando os primeiros testes no sistema.

Esse projeto está sendo realizado em conjunto com o CAU/RS buscando padronizar um fluxo igualitário em todos os CAU/UF e tornar o procedimento da análise, tramitação e julgamento de processos mais ágil por um sistema eletrônico. O cenário de pandemia ocasionada pelo COVID-19, vivenciado em 2020, impactou nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão quanto às reuniões do grupo, realizações de audiências, participação em seminários, palestras e em demais eventos que habitualmente ocorriam.

Contudo, considerando as medidas de segurança e de distanciamento social, a Comissão nesse ano focou seu trabalho nas análises das denúncias recebidas e na conclusão dos processos instaurados, os quais foram discutidos em sua maioria em reuniões virtuais, dando celeridade às apurações, vendo-se como desafio estruturar uma nova forma de se reunir em audiências com as partes interessadas que ocorrem para instruir os processos e para dirimir conflitos por meio das tentativas de conciliações.

Fonte: Comissão de Ética e Disciplina



Desafios e Perspectivas

Em 2020, buscou-se dar continuidade às apurações de denúncias e concluir os processos que foram instaurados, visando celeridade na tramitação e justiça.

Foram realizados os primeiros testes no Sistema de Gestão Integrado (SGI) – Processo Ético, que está sendo desenvolvido para possibilitar a implantação do processo eletrônico.

Esse projeto reuniu conselheiros da área e equipes técnicas do CAU/SP, do CAU/RS e do CAU/BR para alinhar procedimentos e para chegar a um procedimento único e consistente.

A perspectiva é que se consiga ter um padrão na forma de conduzir os processos éticos, um formato único em todos os CAU/UF, totalmente eletrônico, tornando todos os procedimentos de análise e julgamento mais ágil e transparente, garantindo a lisura dos processos e dos resultados.

Os relatores poderão realizar as análises das denúncias em qualquer equipamento com acesso a internet.

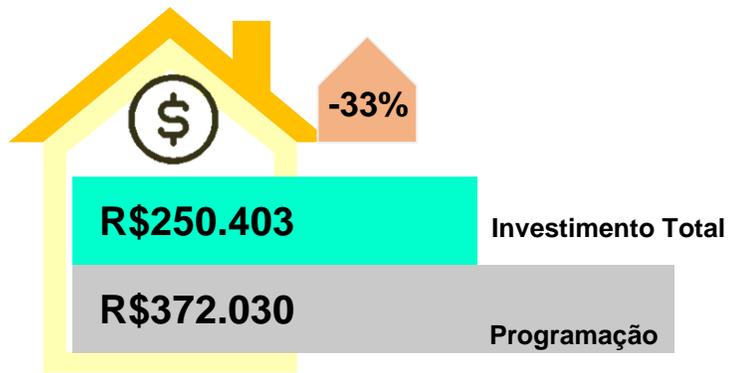
Os despachos e pareceres serão emitidos através do sistema e assinados com certificado digital.

A implementação do sistema contribuirá para a redução da utilização de papéis uma vez que serão extintos os processos físicos.

A implantação dessa ferramenta tecnológica é um grande desafio, pois se trata de uma inovação na forma de tramitar os processos e apurar as denúncias registradas no Conselho.

A perspectiva é obter ganhos consideráveis de tempo e que seja possível aumentar o número de casos analisados, além de facilitar o acesso de informações relacionadas aos processos.

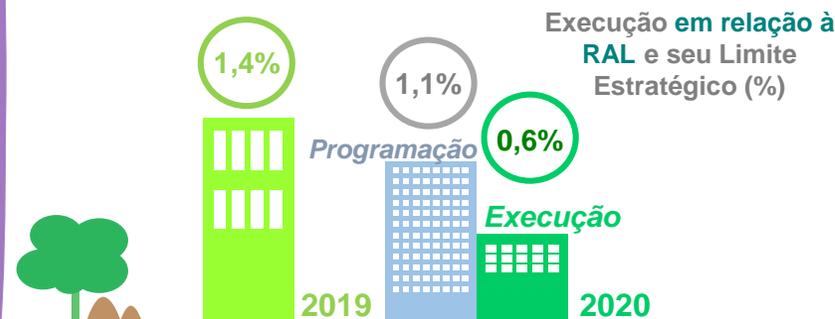
Em 2021, pretende-se dar início aos pilotos de processos eletrônicos, momento que possibilitará verificar o funcionamento efetivo do sistema que foi desenvolvido.



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover o exercício ÉTICO e qualificado da profissão

O gráfico abaixo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de ética e disciplina em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL1). Não existe para este objetivo a estipulação de um limite mínimo de investimento definido pelo CAU/BR. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, a execução do objetivo de ética e disciplina se deu em 0,6% sobre a RAL.



¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Resultados da área fim e seus indicadores

Formação Profissional

Para cumprir a finalidade de zelar pelo aperfeiçoamento da formação em Arquitetura e Urbanismo, dentro da estrutura do CAU/SP possuímos a área de Ensino e Formação e a Comissão de Ensino e Formação.

A Comissão de Ensino e Formação é responsável por:

- Apreciar e deliberar sobre as solicitações de registros profissionais de diplomados no Brasil e no exterior;
- Apreciar e deliberar sobre as solicitações de anotações de pós-graduações;
- Relatar processos (diplomados no exterior e anotações de pós-graduação);
- Propor, apreciar e deliberar sobre o aprimoramento de atos normativos do CAU/BR referentes ao ensino e formação;
- Propor ao CAU/BR ações que estimulem as Instituições de Ensino Superior de Arquitetura e Urbanismo a tratar de ensino e formação relacionados às atribuições profissionais definidas no Art. 2º da Lei nº12.378, de 2010;
- Propor, apreciar e deliberar sobre apuração de irregularidades e responsabilidades relacionadas aos aspectos de ensino e formação, no âmbito de sua competência;
- Promover ações para estreitamento das relações do CAU/SP com as Instituições de Ensino Superior de São Paulo;

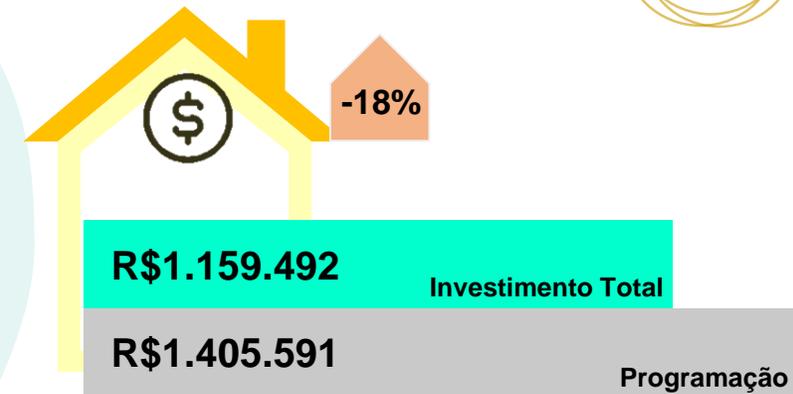
h. Propor, apreciar e deliberar sobre indicadores estratégicos de caráter educacional e de formação para subsidiar a revisão do Planejamento Estratégico do CAU, a serem encaminhados ao CAU/BR;

i. Articular-se com o CAU/BR por intermédio do conselheiro federal titular representante das instituições de ensino superior, nos termos do Art. 61 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

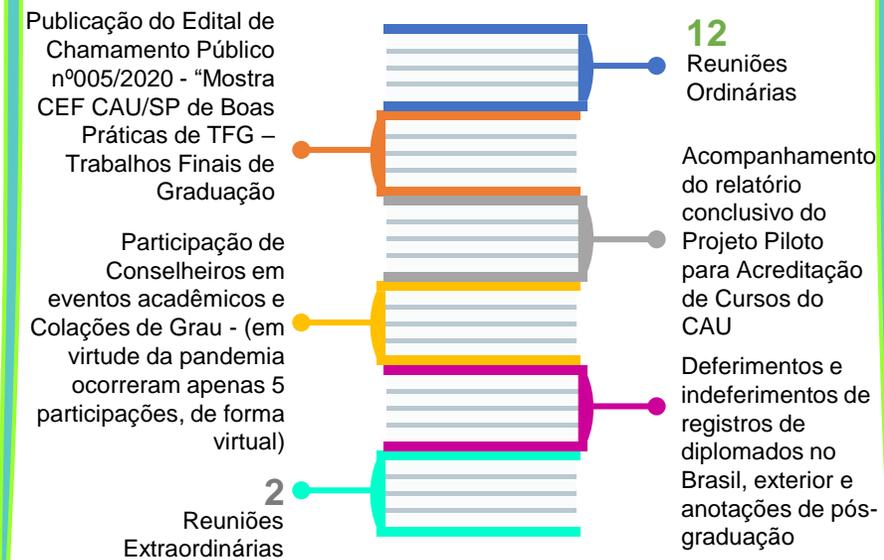
A Comissão ainda apresenta 3 grandes importantes Projetos de: Eventos Acadêmicos e Colação de Grau; CAU nas Universidades e Acreditação de Cursos.

E a área de Ensino, por:

- Receber, instruir e analisar documentação de pedidos de registros profissionais de arquitetos e urbanistas diplomados no Brasil e no exterior, além de anotações de pós-graduações (Engenharia de Segurança do Trabalho/ lato e stricto sensu), apresentando processo completo à CEFCAU/SP para apreciação;
- Orientar solicitantes de registros profissionais e de anotações de pós-graduações;
- Acompanhar a abertura dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e apresentar à CEFCAU/SP;
- Orientar os coordenadores de cursos de Arquitetura e Urbanismo para cadastramento de egressos no SICCAU;
- Acompanhar os projetos e deliberações da CEF CAU/SP para encaminhamentos, organização e auxílio em suas execuções (Palestras, Colações de Grau, outros);
- Encaminhar sugestões de melhorias SICCAU e normativos vigentes que tratam de registro profissional à CEF CAU/SP;
- Receber denúncias sobre os cursos de Arquitetura e Urbanismo oferecidos no Estado de São Paulo.



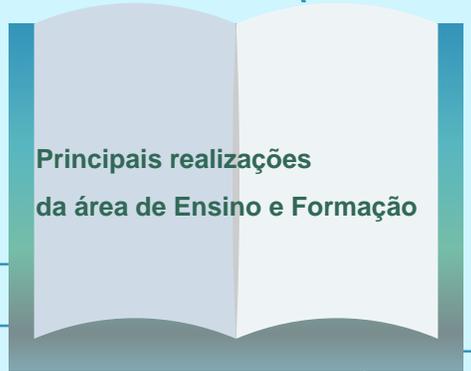
Principais realizações da Comissão de Ensino e Formação



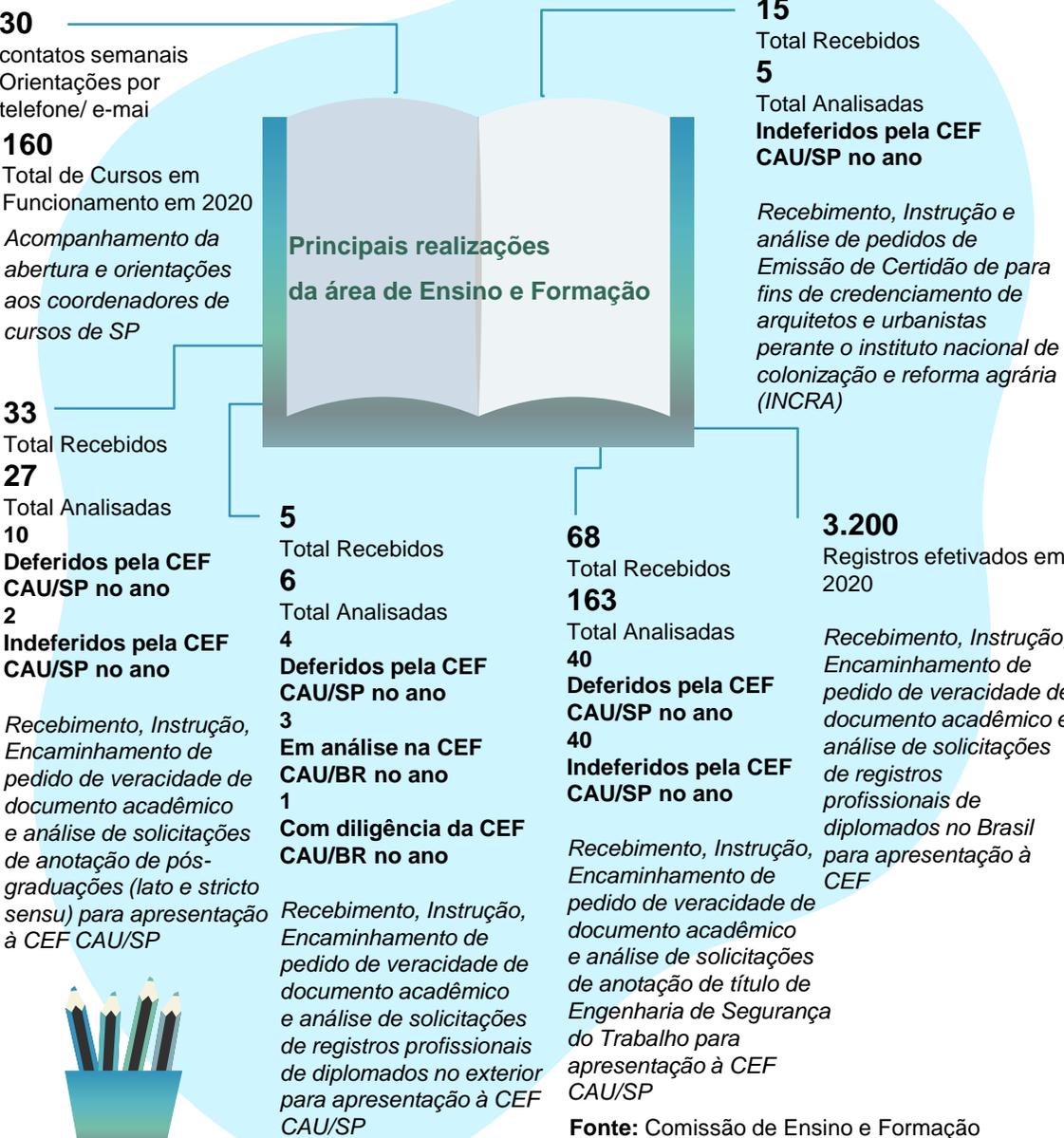
OBJETIVO ESTRATÉGICO
Influenciar as diretrizes do ENSINO de
Arquitetura e Urbanismo e sua
FORMAÇÃO CONTINUADA

Resultados da área fim e seus indicadores

Formação Profissional



Principais realizações da área de Ensino e Formação



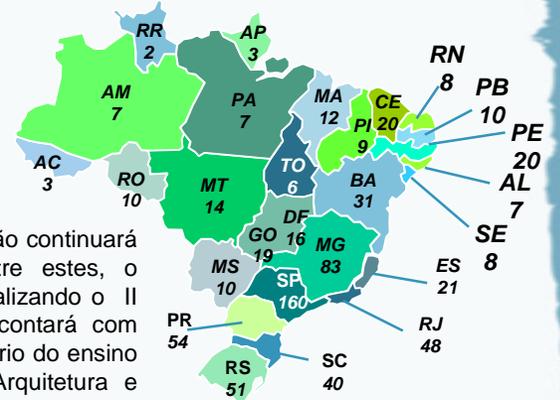
Desafios e Perspectivas 2021

O Mapa ao lado demonstra o quantitativo de cursos no Brasil em 2020, sendo a maior concentração em São Paulo, com 160 cursos. Em 2021, serão 123 cursos de Arquitetura e Urbanismo em funcionamento, com 27.196 vagas autorizadas (cursos presenciais) e 13.199 vagas autorizadas (cursos EaD) pelo Ministério da Educação (EMEC).

O CAU/SP, por meio de sua Comissão de Ensino e Formação continuará a promover debates sobre temas atuais da área, entre estes, o supracitado (ensino na modalidade Ead), organizando e realizando o II Seminário Internacional Qualidade de Ensino, que contará com palestrantes nacionais e internacionais apresentando o cenário do ensino em seus países, e terá coordenadores de cursos de Arquitetura e Urbanismo, docentes, discentes e coordenadores das CEF CAU/UF como convidados; repetindo assim, o sucesso do evento ocorrido em 2019.

A CEF CAU/SP dará continuidade ao apoio do Projeto Piloto de Acreditação de Cursos do CAU/BR para desenvolvimento do relatório conclusivo, sendo seu acompanhamento realizado pelo CEPPA (Comitê Executivo para desenvolvimento do Projeto Piloto de Acreditação do CAU), formado por membros da CEF e técnicos.

Promoverá, ainda, a Arquitetura e Urbanismo para todos, fomentando as boas práticas acadêmicas desenvolvidas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, por meio de Editais de Chamamento Público para seleções de Boas Práticas de: Ensino, Extensão e TFG.



Execução em relação à RAL e seu Limite Estratégico (%)



O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de ensino e formação em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL1). Não existe para este objetivo a estipulação de um limite mínimo de investimento definido pelo CAU/BR. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de ensino e formação fechou com 2,9% sobre a RAL ficou abaixo do na comparação com o programado de 4,1%.

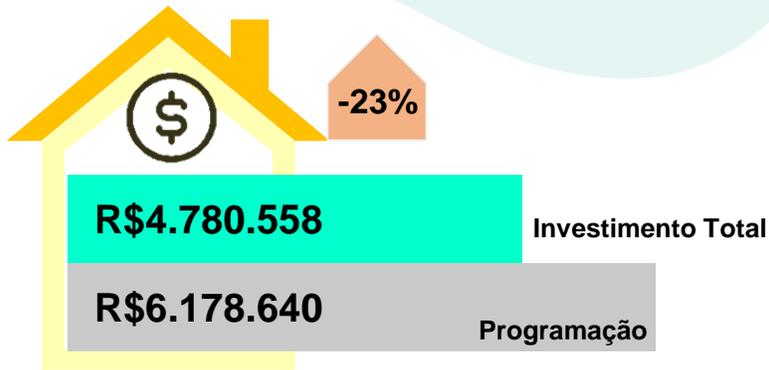
1. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Demais objetivos estratégicos

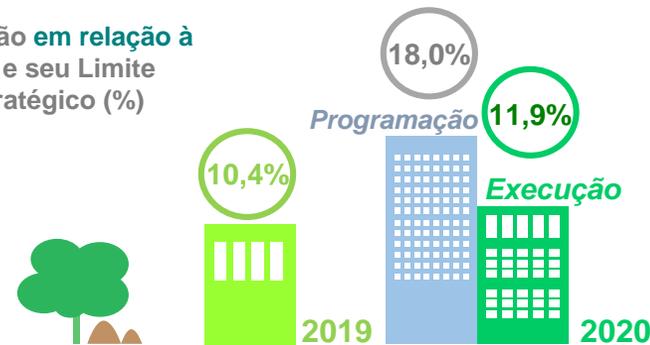
Sustentabilidade Financeira

Para cumprir a finalidade de zelar pelo planejamento e pelo equilíbrio econômico, financeiro e contábil do CAU/SP, respeitado o disposto nos artigos 24, 33 e 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, o CAU/SP possui em sua estrutura a Comissão de Planejamento e Finanças. Dentre suas responsabilidades está o acompanhamento do planejamento estratégico, em conjunto com todos os setores e comissões do Conselho, além de propor, apreciar e deliberar sobre os planos de ação e orçamento e suas reformulações em conjunto com as diretrizes para elaboração dos planos de ação e orçamento. Também faz o

monitoramento o comportamento das receitas e despesas, propõe, aprecia e delibera sobre processos de cobrança de anuidades, taxas e multas e sobre a prestação de contas do CAU/SP. Para o desenvolvimento e a elaboração de relatórios, dashboards de monitoramento de todas as informações que vão dar subsídios às apreciações da Comissão de Planejamento e Finanças, o CAU/SP conta com o apoio da Gerência Financeira, que é subdividida em 4 importantes áreas: Contabilidade, Planejamento, Contas a Pagar e Contas a Receber.



Execução em relação à RAL e seu Limite Estratégico (%)



¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de sustentabilidade financeira em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). Não existe para este objetivo a estipulação de um limite mínimo de investimento definido pelo CAU/BR. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de sustentabilidade financeira fechou com 11,9% sobre a RAL e ficou abaixo do na comparação com o programado de 18,0%.

Demais objetivos estratégicos

Sustentabilidade Financeira

26,8%
Execução768
Execução

Acompanha a liquidez corrente comparando a situação do ativo circulante com o passivo circulante.

41%
Meta

Para a sustentabilidade é importante acompanhar o nível de inadimplência, comparando a quantidade de empresas inadimplentes com o total de empresas ativas.

641
Meta (Mínimo por arquiteto e urbanista registrado)

Para que haja orçamento suficiente para os investimentos de crescimento, o custo de pessoal deve ser limitado para não ultrapassar um determinado percentual de receita corrente.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA PESSOA FÍSICA (%)

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA PESSOA JURÍDICA (%)

ÍNDICE DE RECEITA POR ARQUITETO E URBANISTA

RELAÇÃO RECEITA/CUSTO DE PESSOAL (%)



INDICADORES

14,65
Execução

Para a sustentabilidade financeira é importante acompanhar o nível de inadimplência, comparando a quantidade de profissionais com o total de profissionais inadimplentes e o total de profissionais ativos.

40,4%
Execução

Mede se a receita corrente de cada estado está aumentando para um mesmo número de arquitetos e urbanistas. Isso mostrará maior eficiência na arrecadação e o quanto o CAU/UF está melhorando sua sustentabilidade financeira.

46,4%
Execução7,20
Meta (não ficar abaixo)51%
Meta54,7%
Meta (Não ultrapassar)

Demais objetivos estratégicos

Inadimplência

O ano de 2020 foi completamente atípico quando comparado aos anteriores. A pandemia de COVID-19 afetou substancialmente a receita de arrecadação do CAU/SP, que de R\$ 50 milhões previstos inicialmente, foi revisto para R\$ 40 milhões, e terminou com R\$ 47 milhões.

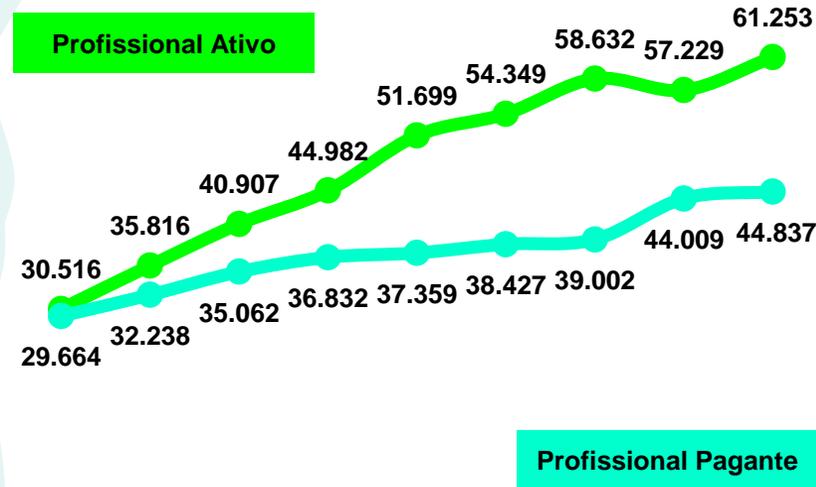
Tais resultados não seriam possíveis sem o trabalho de recuperação de créditos. Desse montante, R\$ 6,94 milhões, quase 100% do acréscimo na arrecadação, vieram com anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica de anos anteriores e multas e taxas, reflexo do trabalho realizado pela equipe financeira na recuperação das anuidades em atraso e regularidade dos profissionais e das empresas.

A arrecadação da anuidade de pessoa física de anos anteriores foi de R\$ 4,073 milhões, superando em 38% o programado para o ano (R\$ 2,95 milhões). Já a receita da anuidade de pessoa jurídica de anos anteriores ficou em R\$ 551 mil, 31% acima do que foi previsto (R\$ 421 mil). O trabalho também se fez sentir no valor de multas e taxas - R\$ 1,555 milhões, 9% a mais do que o estimado para o período (1,42 milhão).

Mais do que o impacto nas finanças, a importância dos resultados está no combate à inadimplência e no retorno dos arquitetos e urbanistas e de empresas e escritórios ao mercado. Mesmo com a pandemia e a grave crise econômica, a

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

(3%) (10%) (14%) (18%) (28%) (29%) (33%) (23%) (27%)



2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020

▲ (+17%) (+14%) (+10%) (+15%) (+5%) (+8%) (-2%) (+7%)

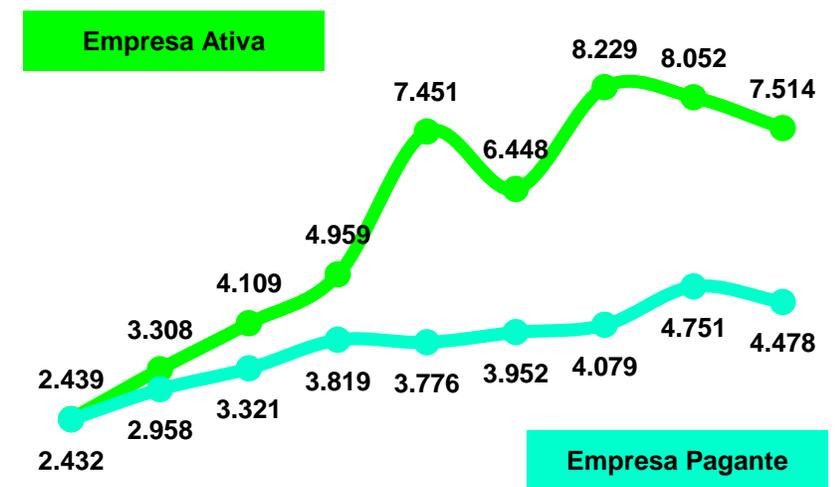
▲ (+9%) (+9%) (+5%) (+1%) (+3%) (+1%) (+13%) (+2%)

Fonte: Setor de Inadimplência e Dashboard Arrecadação de Receita CAU/BR

inadimplência das pessoas físicas ficou em 26,8%, menos de 4 pontos percentuais maior que no exercício anterior. Em relação às pessoas jurídicas, caiu em relação a 2019, passando de 41% para 40,4%.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

(0%) (11%) (19%) (23%) (49%) (39%) (50%) (41%) (40%)



2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020

▲ (+36%) (+24%) (+21%) (+50%) (-13%) (+28%) (-2%) (-7%)

▲ (+22%) (+12%) (+15%) (-1%) (+5%) (+3%) (+16%) (-6%)

Desafios e Perspectivas

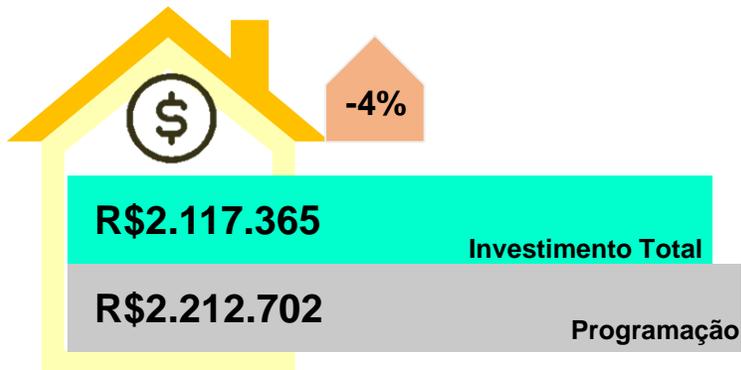
Para 2021, o trabalho de recuperação deve ser intensificado, tendo como apoio os benefícios e descontos trazidos pela Resolução CAU/BR nº 193/2020, que entra em vigor no começo do ano, e o programa de Refinanciamento de Débitos (REFIS), renovado até junho.

Demais objetivos estratégicos

Patrocínio

O CAU/SP realizou 98% do programado em 2020 e está buscando formas de melhorar a aplicação qualitativamente dos recursos, tendo em vista as dificuldades das organizações da sociedade civil no que diz respeito ao atendimento das exigências e regulamentações dos órgãos públicos.

Dentro desse objetivo se enquadra o Patrocínio, que conforme o estabelece as Diretrizes do CAU/BR, o limite máximo para investimento é um máximo de 5% sobre a Receita de Arrecadação Líquida. Em 2020 Executou-se 5,2%, o equivalente a 2,1 milhão, 48% a mais em relação ao executado em 2019 – R\$ 1,4 milhão.

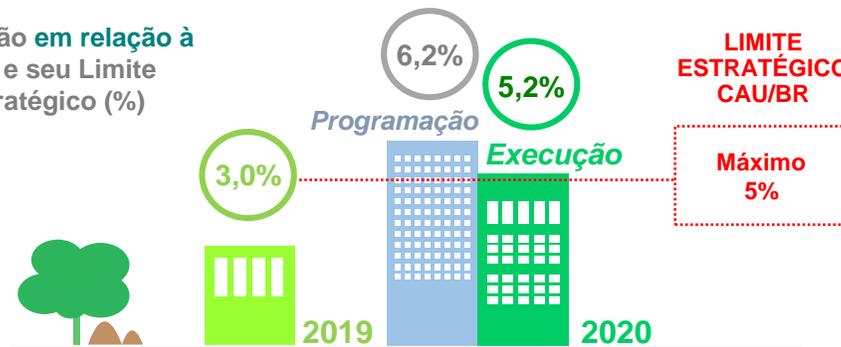


OBJETIVO ESTRATÉGICO

Estimular o **CONHECIMENTO**, o uso de **PROCESSOS CRIATIVOS** e a **DIFUSÃO DAS MELHORES PRÁTICAS** em **Arquitetura e Urbanismo**



Execução em relação à RAL e seu Limite Estratégico (%)



1. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de Patrocínio em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor máximo de 5% sobre a RAL, é o limite estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de Patrocínio ficou 0.2 pontos percentuais acima do limite mínimo do CAUBR, com 5,2% sobre a RAL.

Demais objetivos estratégicos

Patrocínio

Para medir quanto do orçamento total os CAU/UF's estão alocando em atividades relacionadas a patrocínios.

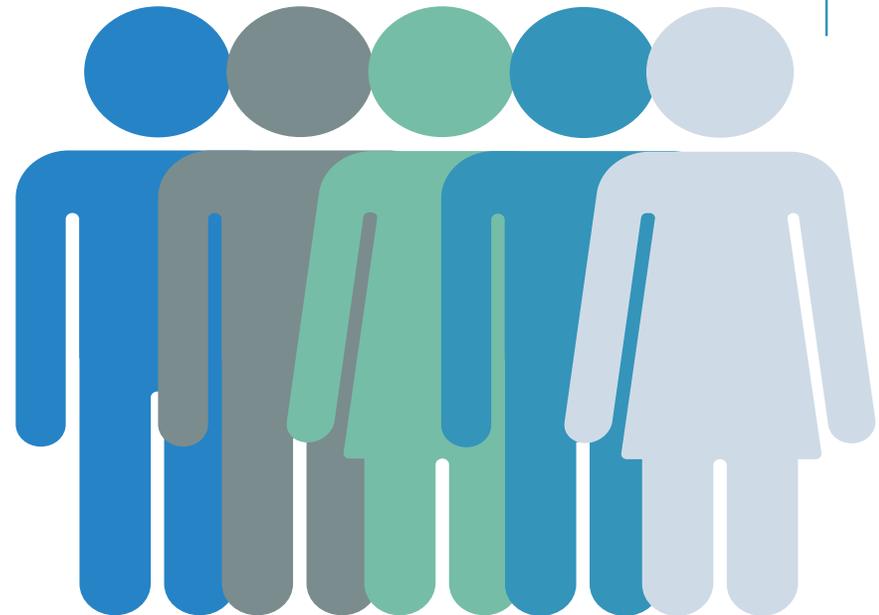
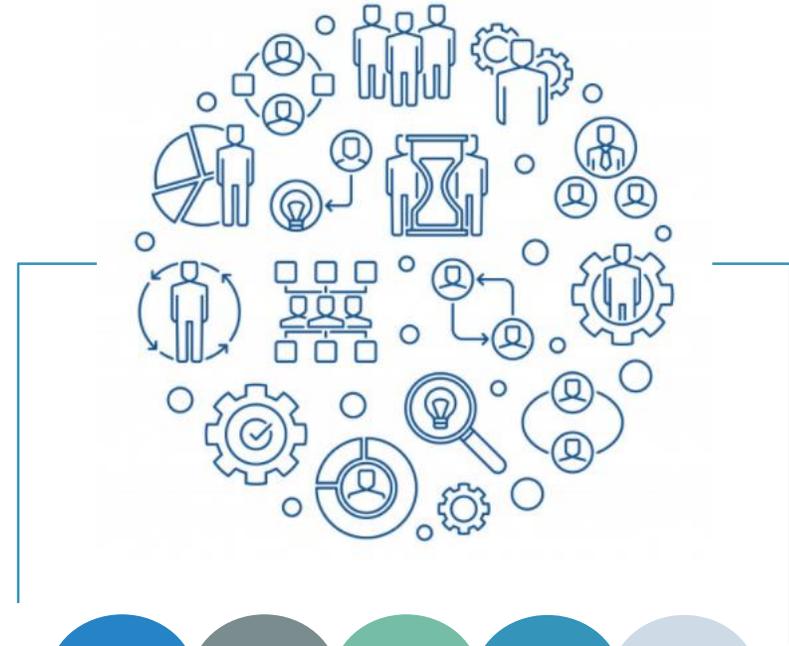
98%
Execução



100%
Meta (Atingir)

ÍNDICE DA INTENÇÃO (PLANO) DE INVESTIMENTO EM PATROCÍNIOS (%)

ÍNDICE DA CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM PATROCÍNIOS (%)



INDICADORES

6,1
Execução

Para medir se o valor alocado no orçamento pelos CAU/UF para patrocínios está sendo executado conforme planejado.



3,9
Meta (Mínimo)

Demais objetivos estratégicos

ATHIS

Em 2020, para o Objetivo Estratégico de ATHIS, foram orçados R\$ 1.740.917,63. Desse total, 73% destinam-se à ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS), representando R\$ 733.740,27.

O valor realizado no ano de 2020 em ATHIS foi de R\$ 251.807,43. O valor executado deste ano são provenientes do edital de chamamento público nº 006/2019, que em 2019 foi alocado como Restos a Pagar, divididos em 2 lotes, das quais do total de 4 propostas apresentadas, 3 foram desqualificadas por não atingir a nota

mínima exigida para o edital. Apenas 1 proposta foi qualificada no valor de R\$ 196.530,00. Por esta razão, a execução ficou abaixo do limite mínimo de 2% sobre a Receita Líquida de Arrecadação estabelecido pelas Diretrizes para investimento mínimo em ATHIS.

Em 29 de Junho, foi regulamentado os procedimentos e normas para a utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior, em projetos específicos de natureza de despesa corrente, com posterior inclusão diretamente no art.9º do Capítulo IV da Resolução nº 200, que dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis e de prestação de contas a serem adotados pelo



R\$ 196.530,00

Projeto: Oficinas de formação em ATHIS-Rural e Encontro Estadual de ATHIS-Rural



R\$ 55.277,43

Projeto: Athis em regularização fundiária e urbanização de assentamentos precários – um plano popular para as favelas vila da paz e miguel inácio curi.

R\$ 251.807
REALIZADO

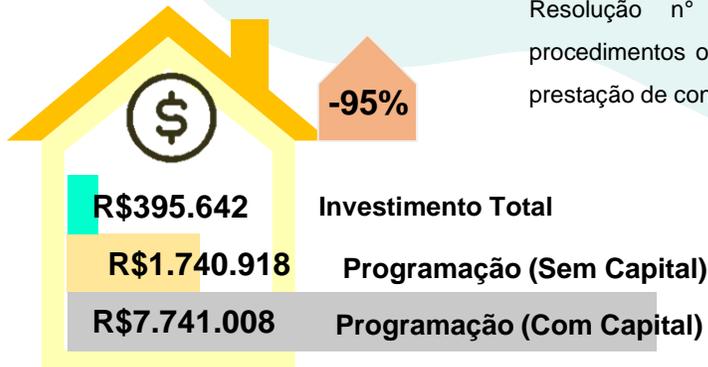
-66%

R\$ 733.740
PROGRAMADO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF).

Seguindo aos critérios de caráter não continuado, não configurado como atividade, em ações cuja realização seja suportada por despesas de natureza corrente, foi criado o

Projeto Específico de Assistência Técnica para Enfrentamento da Pandemia da COVID-19 com aporte estimado em R\$ 6.000.090,00. Devido a problemas no cronograma, não foi possível finalizar os contratos em 2020 e, por este motivo o edital destinado a esse projeto foi encerrado, e deverá ser retomado no ano de 2021.



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fomentar o ACESSO da SOCIEDADE à
Arquitetura e Urbanismo

Execução em relação à
RAL e seu Limite
Estratégico (%)



¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de ATHIS em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor mínimo de 2% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, o objetivo de ATHIS ficou abaixo do limite mínimo do CAUBR, com 0,6% sobre a RAL, pois não existiram propostas válidas em conformidade com os requisitos dos Editais.

Demais objetivos estratégicos

ATHIS



Capacitação BIM Building Information Modeling / Modelagem da Informação da Construção



Chamamento Público **003/2019**
Processo Administrativo **037/2019**
Termo de Fomento **007/2019 - Lote 04**

ATHIS na Baixada

Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social na Baixada Santista



MAIS CONHECIMENTO

Capacitações para Profissionais de Arquitetura e Urbanismo



CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DE CAPACITAÇÕES 2020

A BitSocial, em Parceria de Fomento com o CAU/SP, desenvolveu um calendário semestral de capacitações gratuitas para profissionais de Arquitetura e Urbanismo inscritos no CAU/SP em várias cidades do interior de São Paulo. Os conteúdos estão impensáveis, inscreva-se e venha aprender, agregar conhecimento e melhorar os resultados do seu negócio com a gente. Confira cronograma completo das cidades abaixo.



Desafios e Perspectivas

Com as decisões governamentais e as recomendações das autoridades responsáveis pela saúde pública, preocupados em deter a propagação do Novo Coronavírus, a sociedade brasileira passou a ter a rotina de isolamento social total, mantendo-se distante de atividades de educação, cultura, lazer, esportes e até contato familiar.

As possíveis intervenções físicas de melhorias para estas famílias carecem da atuação de um profissional que detenha o conhecimento técnico das adequações espaciais na edificação e na escala urbana.

Os arquitetos e urbanistas são os profissionais qualificados para esta demanda, pois de forma inteligível e competente, sua formação pressupõe o compromisso e a responsabilidade social, ambiental, funcional, construtiva e legal.

Buscando mecanismos para o efetivo desempenho do seu papel institucional no

aperfeiçoamento do exercício profissional, no âmbito de suas competências, o CAU/SP continuará a promover Chamamentos Públicos para a celebração de Parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, por meio de Termos de Fomento para a execução de projetos de interesse da Arquitetura e Urbanismo visando à valorização da categoria profissional dos arquitetos e urbanistas por meio da difusão de conhecimento técnico, científico e cultural, sendo sua operacionalização um novo desafio visto a necessidade da execução das ações presenciais para as ações híbridas e online devido à pandemia e a criação das estruturas e metodologias para a execução dessas ações junto à sociedade.

Tal proposta se enquadra ainda no planejamento estratégico do CAU/SP, aprovado pelas Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU, prevendo um aumento nas verbas para apoio às iniciativas em Athis (habitação social) e às atividades de fiscalização.

Para 2021, foram orçados R\$ 896mil para suportar iniciativas em Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social. Este valor é 22,1% superior ao montante orçado para 2020, conforme o “Plano de Ação e Orçamento com Planejamento Estratégico do CAU/SP 2021”.

Em relação às ações de fiscalização, o orçamento do Conselho aponta o valor de R\$ 15,076 milhões para o ano de 2021, com um incremento de 25% sobre o valor orçado de 2020, de R\$ 12,075 milhões.

Entre outros objetivos, trata-se de valorizar as boas práticas do exercício profissional, consolidar as atividades da Fiscalização em todo o Estado, promover ações de caráter orientativo e preventivo e combater o exercício ilegal do ofício de arquiteto e urbanista.

Para 2021, continuaremos a consolidar o fortalecimento de uma rede física e digital (plataforma/portal), para viabilizar ainda mais ações de ATHIS em regularização fundiária, melhorias habitacionais, habitação social e desenvolvimento profissional e comunitário. O desafio ainda em 2021 é a disseminação massiva dos aspectos para sua implementação nos municípios do estado.



A FÉBRIL PROGRAMAS EQUIPE PARCEROS CONTATO PROJETOS RECURSOS REDS TELA

ATHIS-RURAL PRODUÇÃO DO ESPAÇO | ESTADO DE SÃO PAULO | 2020



No projeto "Oficina de formação em Arquitetura e Urbanismo Local de Athis Rural", realizado em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e o Movimento de Agricultores por Reforma - MAP, serão produzidas intervenções em 12 comunidades de referência agindo em todo do país.

Parceria de Fomento: CAU/SP Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Realização: PROCOMUN, ATHIS NA BAIXADA, CAU/SP

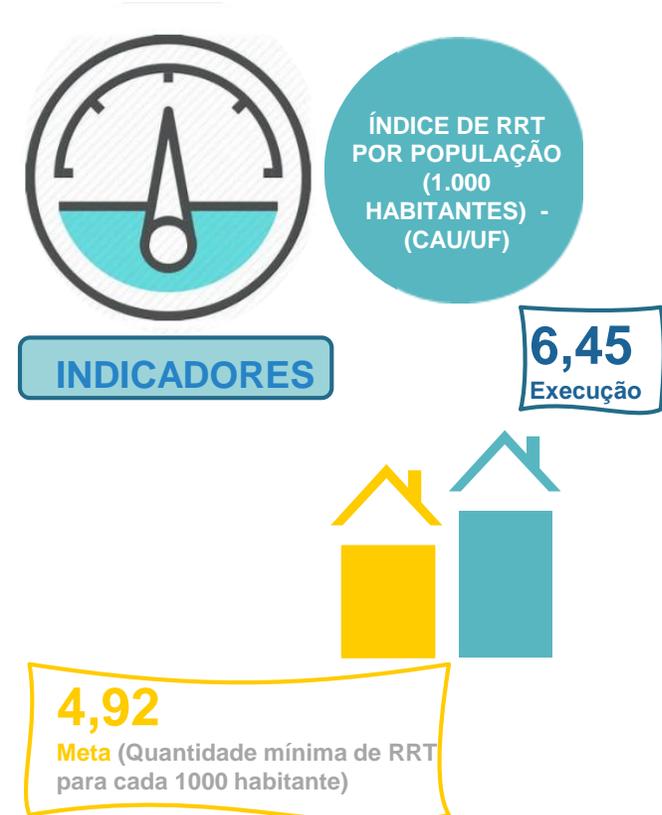
FICHA TÉCNICA

- instituição: Peabiru, CAU, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e Movimento de Agricultores por Reforma - MAP
- projeto: Athis Rural - Oficina de Formação em Arquitetura e Urbanismo Local

Demais objetivos estratégicos

ATHIS

Mede se a população de cada Estado está usando mais serviços de Arquitetura e Urbanismo por meio do aumento do total de RRT no Estado em comparação com sua população.



Demais objetivos estratégicos

Planejamento Territorial e Urbano

Os trabalhos da Comissão Especial de Política Urbana, Territorial e Ambiental (CPUAT) do CAU/SP em 2020 foi bastante prejudicada pela interrupção dos trabalhos devido à pandemia (entre março e maio) e, ainda, pela licença do coordenador entre agosto e novembro, período em que a coordenadoria adjunta da CPUAT foi convocou a Comissão.

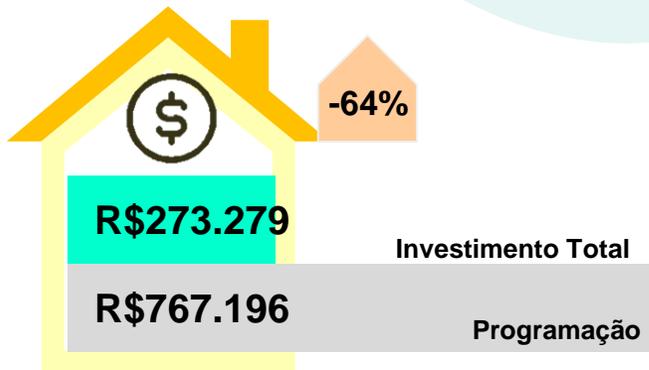
Malgrado esses contratemplos, em 2020 a CPUAT atuou em várias frentes, buscando cumprir sua missão pois a sua área de atuação deve ser uma das prioridades para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. A gestão de políticas urbanas, ambientais e territoriais é um setor que tem uma expressiva presença de profissionais, atuantes no que podemos denominar arquitetura e urbanispúblicos e sociais e cabe a Comissão

se posicionar para sinalizar à sociedade e ao poder público o pensamento da categoria e garantir as condições de trabalho para os profissionais que atuam nesse campo.

Questões como as mudanças e a emergência climática, a exaustão de recursos naturais, a desigualdade de renda e a necessidade de inclusão urbana e territorial são essenciais e o CAU precisa apoiar e estimular a atuação dos arquitetos e urbanistas nesses campos profissionais assim como apontar para a sociedade diretrizes para as programas públicas urbanas, ambientais e territoriais.

Particularmente em 2020, a pandemia explicitou as desigualdades urbanas

no país e a necessidade de criação de programas emergenciais, sobretudo de habitação e saneamento, para enfrentar a grave crise sanitária e social que afetou e afeta o país. Por essa razão, a CPUAT elaborou uma contribuição para a proposta de criação de um Programa Especial e Emergencial de Assistência Técnica, visando financiar projetos de ATHIS voltados a apoiar ações, na área da arquitetura e urbanismo, relacionadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a **PARTICIPAÇÃO** dos Arquitetos e Urbanistas no **PLANEJAMENTO TERRITORIAL E NA GESTÃO URBANA**

Ações relacionadas à política urbana e ambiental em nível nacional

As ações relacionadas com a pauta nacional da Política Urbana, Ambiental e Territorial foi tratada com conjunto com a CPUA (Comissão de Política Urbana e Ambiental) do CAU-BR. A principal contribuição deu-se no seminário promovido pelo CAU-BR em março de 2020, quando a CPUAT da CAU-SP apresentou suas propostas da Agenda de políticas públicas urbanas, ambientais e territoriais como uma contribuição para a construção da [Carta-Aberta à Sociedade e aos \(às\) Candidatos \(as\) nas Eleições Municipais de 2020 – Um projeto de cidades pós-pandemia](#)”, que foi lançada pelo CAU-BR em conjunto com as entidades de arquitetura e urbanismo.

Elaboração de uma Agenda de políticas públicas urbanas do CAU-SP tendo em vista as eleições municipais

A CPUAT aprovou um documento básico com a Agenda de políticas públicas urbanas do CAU-SP tendo em vista as eleições municipais, para ser apresentada aos candidatos a prefeitos e vereadores no Estado de São Paulo. (Del. 63)



Demais objetivos estratégicos

Planejamento Territorial e Urbano

Deliberações relacionadas à política urbana e ambiental em níveis estadual e municipais.

- A CPUAT aprovou uma série de Deliberações relacionadas com a política urbana, ambiental e territorial do estado de São Paulo e do município de São Paulo, entre as quais podemos citar:
- Se manifestou contra o PL 522 do Governo do Estado de São Paulo que entre outras propostas, extinguiu a CDHU e a EMTU, empresas diretamente ligadas a questão urbana, e várias fundações ambientais, além de retirar verbas das universidades e da FAPESP;
- Debateu e se manifestou em relação ao Projeto de Intervenção Urbana da Área Central, apresentando sugestões de alterações;

- Se manifestou contrariamente ao PL 233/2019, que altera a Lei Específica de Proteção e Recuperação da Bacia da Represa Guarapiranga. (Del. 48º);
- Se manifestou favoravelmente a criação do Parque do Bixiga e à sanção do Projeto de Lei que aprovou sua criação. (Del. 58º).
- Analisou e fez sugestões sobre o Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias na Cidade de São Paulo (Del. 62);
- Solicitou que toda e qualquer proposta de concessão de áreas pública seja submetido a amplo debate, com grande divulgação nos meios de comunicação, publicização das audiências e consultas públicas, antes da sua aprovação legal. (Del. 64);
- Se manifestou contrariamente as alterações promovidas no Plano Diretor Estratégico de São Paulo pelo Projeto de Lei 513/2019,

que alteraram a destinação de recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, especialmente na vinculação de recursos para habitação social na área central e transporte coletivo e mobilidade ativa. (Del. 50º).

- Se manifestou contra a maneira como o Governo do Estado de São Paulo vem tratando o Complexo Desportivo Constâncio Vaz Guimarães. Defendeu a necessidade do Condephaat e do Condephaat abrirem o processo de tombamento do Complexo Constâncio Vaz Guimarães. Solicitou à Assembleia Legislativa a revogação da Lei 17.009/2019 que aprovou a concessão do Complexo Constâncio Vaz Guimarães ao setor privado, visto sua nulidade devido a propriedade da área ser do município de São Paulo. (Del. 64).

Em conjunto com a Comissão de Fiscalização e a Comissão Temporária Parlamentar, a CPUAT, que havia se posicionado contrariamente ao Projeto de Lei 171/2019, referente à regularização de edificações no município de SP, que possibilita a regularização de imóveis irregulares sem condições de habitabilidade e sem exigência de responsabilidade profissional, reiterou essa posição e se manifestou contra a Lei 17.202/2019 e contra o Decreto 59.164/2019, que regulamentou essa lei. Nessa perspectiva, propôs que o CAU-SP, em conjunto com outras entidades, formulasse uma representação ao Ministério Público de São Paulo solicitando a suspensão da referida Lei.

Em decorrência da gravidade da pandemia de Covid 19 e de sua relação com as questões urbanas, a CPUAT aprovou a Deliberação 61º com as seguintes propostas:

Contribuições da CPUAT-CAU/SP em relação ao enfrentamento da pandemia de Covid 19

1 – Propor um conjunto de ações relativas às questões urbanas (habitação, mobilidade, saneamento) a serem implementadas visando minimizar a propagação do Covid-19 particularmente nas áreas de moradia da população vulnerável apresentadas a seguir.

a) Aplicação de testes do Covid-19, em massa, na população vulnerável para o imediato isolamento dos casos confirmados, preferencialmente, fora da moradia;

b) Requisição da rede hoteleira e outras unidades habitacionais desocupadas durante a pandemia para isolar temporariamente as pessoas contaminadas, e para abrigar pessoas que vivem em situação de super adensamento. A rede hoteleira dispõe, no país, de cerca de um milhão de quartos com cerca de 2,4 milhões de leitos. No estado de São Paulo a rede hoteleira dispõe de 215 mil quartos com 507 mil leitos;

c) Suspensão dos processos de despejo para evitar o agravamento das condições habitacionais da população vulnerável;

Deliberações relativas a Lei de Regularização de Edificações no Município de São Paulo

Demais objetivos estratégicos

Planejamento Territorial e Urbano

- d) Suspensão das ações de reintegração de posse de terrenos e prédios ocupados pela população vulnerável;
- e) Suspensão dos cortes de água e luz em domicílios ocupados pela população vulnerável;
- f) Programa de iniciativa pública e /ou em parceria com entidades do terceiro setor para a implementação de melhorias sanitárias em áreas privadas e comuns de assentamentos precários, favelas e cortiços, com assistência técnica gratuita;
- g) Garantir o acesso público e gratuito à internet para a população moradora em assentamentos precários com a implantação de antenas que permitam o sinal gratuito a toda a comunidade;

- h) Distribuição gratuita de produtos essenciais para garantir a higiene da população vulnerável, como sabonete, álcool gel, papel higiênico, máscaras de proteção, etc.;
- i) Manutenção em circulação das frotas de ônibus, metrô e trens, possibilitando uma redução do número de passageiros por veículo;
- j) Garantia de uma renda básica emergencial para a população em vulnerabilidade social, com procedimentos simplificados;

Contribuição para a criação do Programa Especial e Emergencial de Assistência Técnica

-
- Considerando a necessidade de se enfrentar os efeitos sobre os profissionais de arquitetura e urbanismo, que tem forte incidência no país e no Estado de São Paulo e, ainda, a criação pelo CAU/SP da Comissão Temporária de Ações Emergenciais Frente à Crise da Covid-19 – CTAE-CAU/SP, a CPUAT elaborou uma proposta, aprovada na Deliberação 59º para contribuir na proposta do CAU-SP:
-
- • Criar o Fundo Especial de Emergência voltado ao enfrentamento das questões arquitetônicas, urbanas, habitacionais e socioambientais;
-

- Propor ao CAU/SP realizar forte empenho junto aos órgãos públicos e empresas privadas, com o objetivo de captar recursos para ampliar o Fundo Especial de Emergência formado inicialmente com o superávit financeiro do CAU/SP;
- Em relação Programa Especial Emergencial de Assessoria Técnica (PEE-ATHIS) propôs alteração do nome para Programa Especial Emergencial de Assessoria Técnica em Arquitetura, Habitação e Urbanismo, visando possibilitar maior abrangência do programa, considerando as áreas de competência dos Arquitetos e Urbanistas;
- Em relação as modalidades previstas no programa, sugere:
 - ✓ Intervenção nos bairros centrais com maior quantidade de cortiços, onde se verifica a maior incidência relativa dos casos de infectados e óbitos pela Covid-19;
 - ✓ Melhorias habitacionais, urbanas e ambientais em assentamentos precários, tais como instalação de equipamentos sanitários (banheiros, caixas d'água, lavatórios de mãos, e outros que se fizerem necessários, incluindo eventuais adequações das áreas habitacionais visando melhores condições sanitárias e ambientais);
 - ✓ Identificação e mapeamento dos domicílios que apresentem condições de insalubridade extrema e alto risco frente a atual pandemia, visando o remanejamento de famílias para alternativas seguras;
 - ✓ Identificação de soluções habitacionais disponíveis e ociosas, tais como hotéis, motéis, pousadas, casas e apartamentos de locação temporária, para alojar temporariamente as famílias
- ✓ Projetos de adaptação dos espaços de reunião públicos (escolas, teatros, ginásios esportivos, etc.) visando garantir maior distanciamento físico para o período de flexibilização de acordo com as recomendações dos órgãos de saúde;
- ✓ Projetos de adaptação e ou orientação para usos de espaços livres públicos, tais como sistema viário, calçadas, parques, praças, praias e balneários;
- ✓ Elaboração de manuais, cartilhas, vídeos etc. de orientação, visando alterações comportamentais na utilização dos espaços arquitetônicos e urbanos.

Demais objetivos estratégicos

Planejamento Territorial e Urbano

Desafios e Perspectivas

As perspectivas para 2021 são de muito trabalho para enfrentar a desorganização dos três níveis governo na política urbana, ambiental e territorial.

Está ocorrendo de forma acelerada um desmonte das políticas públicas no país, que é visível na extinção de empresas, secretarias e órgãos ligados ao campo de atuação da CPUAT. Nos dois últimos anos vimos a extinção do Ministério das Cidades, a nível federal, da Emplasa, da CDHU, da EMTU e mais de dez empresas e fundações ligadas à política urbana e ambiental, a nível estadual e de várias empresas e autarquias do município de São Paulo, sendo que se anunciou a extinção da própria secretaria de Desenvolvimento Urbano para 2021.

Além disso, são inúmeras as iniciativas de concessão de equipamentos e serviços públicos, em um processo de terceirização que requer uma controle social rígido.

Nesse contexto, a necessidade de uma intervenção mais incisiva do CAU, através da CPUAT é ainda mais importante, pois várias das diretrizes estabelecidas, como o direito à cidade e a função social da propriedade e, ainda das nossas campanhas, como a luta pela Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, terão dificuldades para serem implementadas.

Na área ambiental, a situação é ainda pior. O país está totalmente à deriva nessa área, uma vez que o Governo e o próprio Ministério do Meio Ambiente têm como prioridade apoiar atividades econômicas e que geram a devastação ambiental, como o garimpo ilegal, o desmatamento, as queimadas, a ocupação de terras indígenas etc. A legislação ambiental está sendo desmontada nas famosas boiadas que foram anunciadas. O corpo técnico do MMA, composto por inúmeros profissionais de diversas áreas, inclusive arquitetos e urbanistas, está completamente alijado de qualquer poder de decisão e sequer pode exercer seu papel de zelar pela defesa do meio ambiente.

Nesse contexto, os principais desafios da área para o ano de 2021 são:

- Estabelecer uma interlocução com o poder público nos três níveis de governo, para articular a ação profissional com a implementação de políticas públicas urbanas. Para tanto seria necessário:
 - Concentrar o núcleo central das atividades da CPUAT nas questões da esfera estadual, considerando a área de abrangência do CAU-SP ser o Estado de São Paulo.
 - Definir uma subcomissão no âmbito da CPUAT para se responsabilizar da interlocução com a CPUA do CAU-BR, encarregando-a de tratar das questões de caráter nacional.
 - Criar grupos de trabalho regionais na CPUAT em cada gerencia regional do CAU-SP, mobilizando profissionais da área de abrangência de cada regional para se encarregar dos assuntos relacionados com os respectivos municípios.
- Rediscutir e atualizar a agenda urbana, ambiental e territorial, que foi estabelecida em 2018 pela CPUAT e aprovada na Plenária do CAU-SP, em vários seminários realizados pela CPUAT, para orientar os trabalhos da CPUAT de 2021-2023.
- Defender a reestruturação e fortalecimento do Estado nas áreas ligadas às políticas urbana e ambiental, reforçando o papel social dos arquitetos e urbanistas como servidores, essencial nesse setores governamentais, buscando reverter o esvaziamento das áreas de política urbana, ambiental e territorial atualmente em curso.
- Exigir processo participativos nas revisões dos planos diretores municipais que deverão ser feitos nesse período e atuar efetivamente para garantir a implementação da agenda urbana, ambiental e territorial do CAU-SP.



O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de garantir a participação dos arquitetos e urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). Não existe para este objetivo a estipulação de um limite mínimo de investimento definido pelo CAU/BR. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2020, este objetivo ficou abaixo do programado, em 0,8%.

¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Demais objetivos estratégicos

Os outros 3 objetivos estratégicos locais

Conforme Diretrizes para a Elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU em 2020, elencou 3 objetivos estratégicos de âmbito nacional, a saber: (i) Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo, (ii) Estimular a produção da arquitetura como política de Estado e por fim, (iii) Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade.

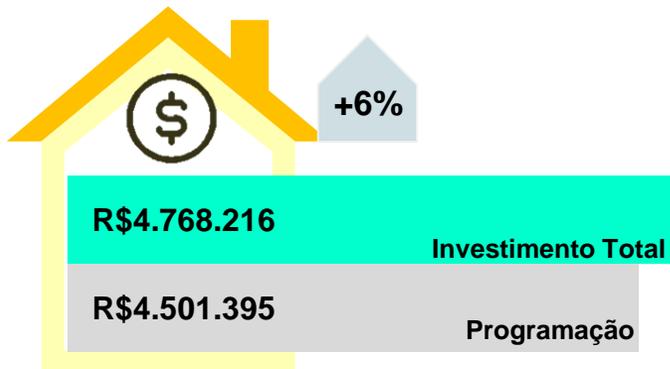
Além dos objetivos estratégicos nacionais, em 2020, o CAU/SP colocou como prioridade os objetivos estratégicos (i) Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade; (ii) Fomentar o acesso da sociedade à arquitetura e urbanismo

e (iii) Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade.

A proposta para as metas dos indicadores dos objetivos estratégicos locais selecionados pelos CAU/UF e CAU/BR tem como base as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico dos CAU/UF e do CAU/BR.

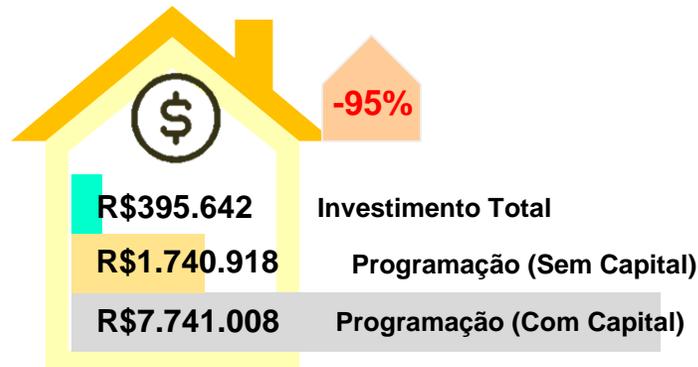
Todos os objetivos locais estão detalhados no decorrer do Relatório.

O limite mínimo estabelecido pelas Diretrizes para investimento dos 3 objetivos locais são de 6% sobre a Receita de Arrecadação Líquida. Os 3 objetivos locais apresentaram execução de 37,4%.



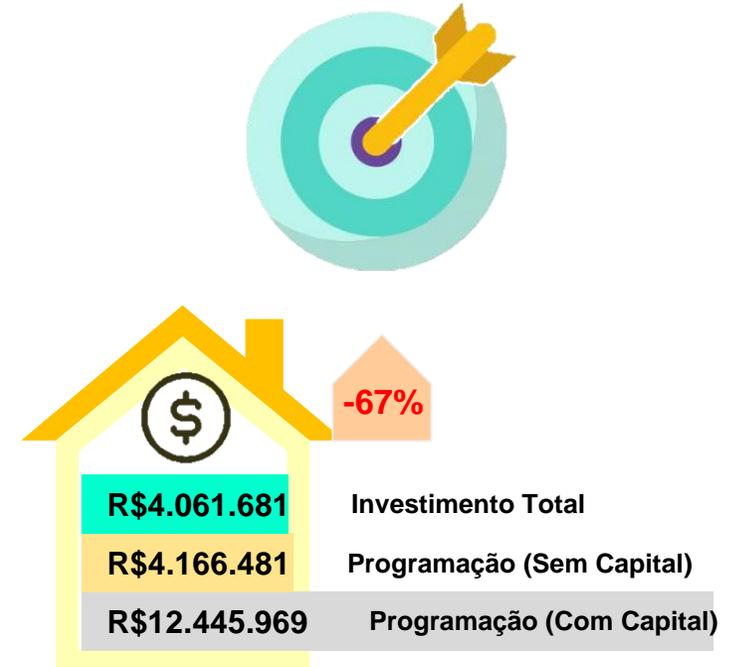
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a eficácia no **ATENDIMENTO** e no **RELACIONAMENTO** com os arquitetos e urbanistas e a sociedade



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fomentar o **ACESSO** da **SOCIEDADE** à arquitetura e urbanismo



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ter **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO** e **INFRAESTRUTURA** que viabilizem a gestão e o atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade



Gestão Orçamentária e financeira

Arrecadação



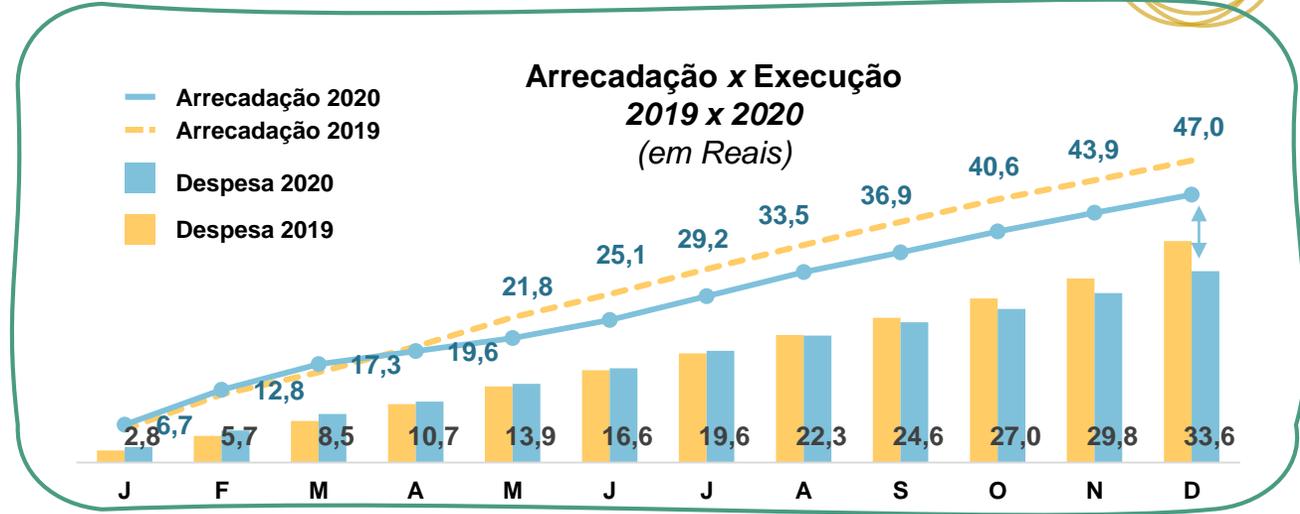
O orçamento previsto para 2020 foi estimado em R\$ 40.072.219,90, 15% inferior ao orçado em 2019, sendo este orçamento subdividido em objetivos estratégicos, projetos e atividades.

Em 2020, o CAU/SP arrecadou R\$ 47.047.479,73, fechando acima em 17% na comparação com o orçamento previsto.

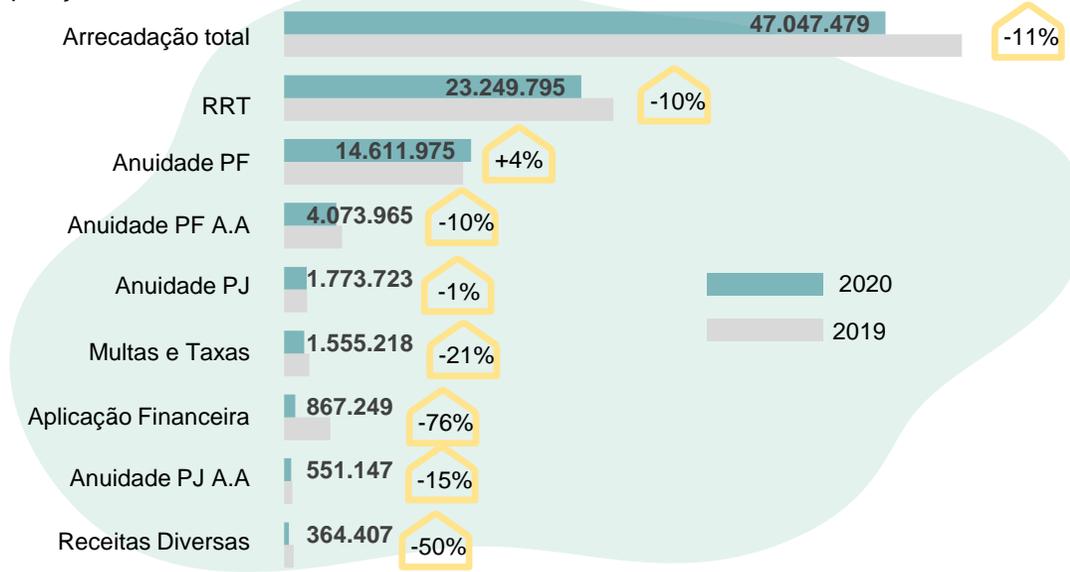
A execução financeira encerrou 2020 com R\$ 33.607.488,43, valor este equivalente a 71% do valor arrecadado de R\$ 47.047.479,73.

O resultado orçamentário em 2020 (receita corrente – despesa corrente) foi de R\$ 13.439.990,80. Deste total, 52%, representando R\$ 6.975.259,33, vêm de uma arrecadação acima do valor programado para 2020, reflexo principalmente oriunda da arrecadação com o RRT superior em R\$ 5,168 milhões na comparação com a programação, onde estimava-se arrecadar R\$ 18,080 milhões neste período.

A arrecadação de 2020 é composta pelas rubricas detalhadas abaixo com suas respectivas participações do total da arrecadação:



Na comparação da arrecadação com o ano anterior, a arrecadação sofreu uma redução em 11%, decorrente especialmente pela queda na arrecadação de RRT, Anuidades Pessoa Física A.A e Aplicação Financeira.



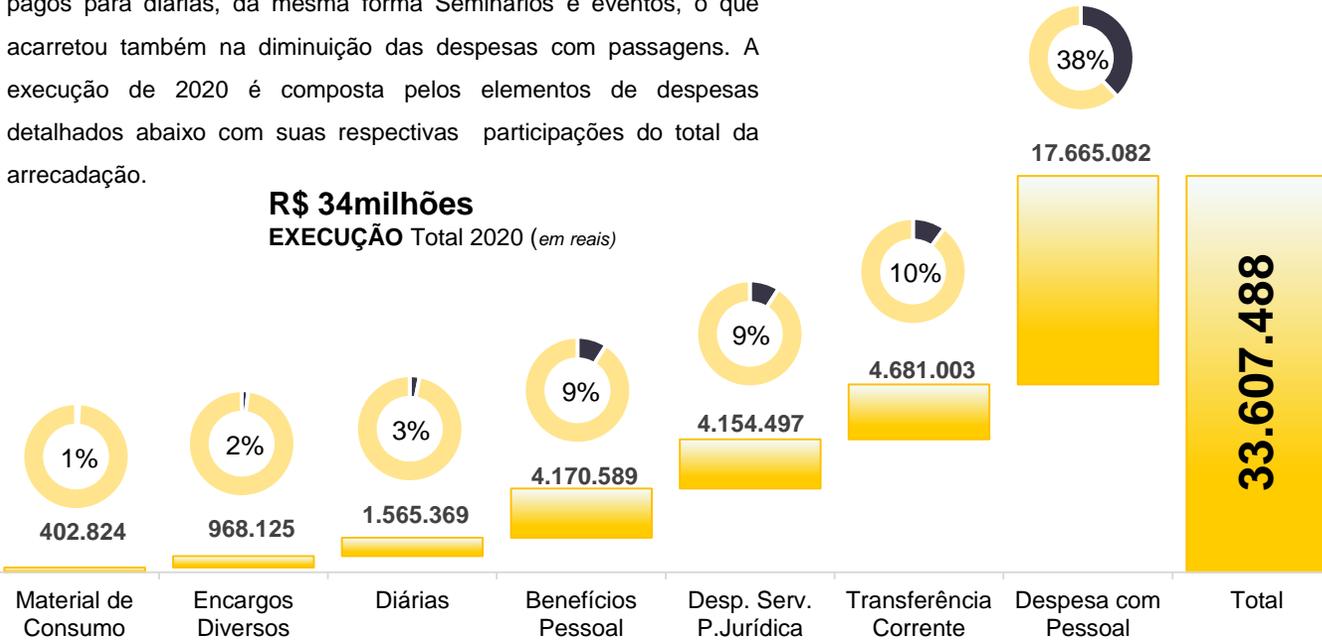
Fonte: <http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-Integrado-Exercicio-2020-Quadro-de-Receitas.pdf>

Gestão Orçamentária e financeira

Despesa

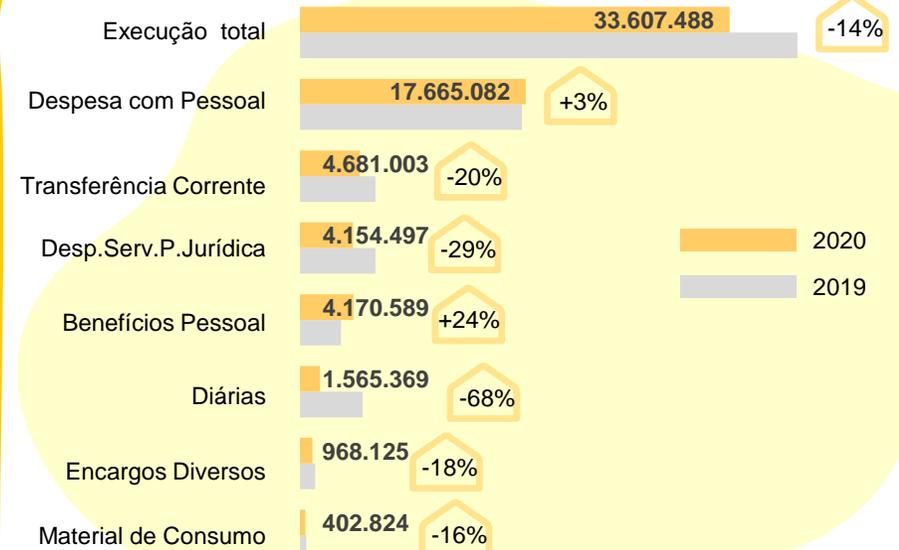
A execução financeira encerrou 2020 com R\$ 33.607.488,43 (despesa corrente), valor este equivalente a 71% do valor arrecadado de R\$ 47.047.479,73.

Do total do resultado orçamentário em 2020 (receita corrente – despesa corrente) no valor de R\$ 13.439.990,80, 48%, representando R\$ 6.464.731,47, vêm de uma execução menor do que o valor programado para 2020, reflexo das ações que não puderam ser executadas em virtude da pandemia, oriunda da redução dos gastos relacionados a Transferência Corrente, especificamente da despesa sobre Convênios e Parcerias. Vale ressaltar que a maioria das reuniões ocorreram de forma virtual impactando na redução de valores pagos para diárias, da mesma forma Seminários e eventos, o que acarretou também na diminuição das despesas com passagens. A execução de 2020 é composta pelos elementos de despesas detalhados abaixo com suas respectivas participações do total da arrecadação.



Reserva de Contingência não utilizada de R\$ 394.440,00

Na comparação da arrecadação com o ano anterior, a execução sofreu uma redução em 14%, decorrente especialmente pela queda na execução de Transferência Corrente, Despesa de Serviços de Pessoa Jurídica e Diárias.



A despesa de Serviços de Pessoa Jurídica desmembram-se nas seguintes despesas:

Nome	Execução	Programação	Arrecadação x Programação
Serviços de Consultoria	277.088,95	612.304,45	335.215,50
Serviços de Divulgação	45.000,00	65.000,00	20.000,00
Manutenção de Sistemas Informatizados	16.440,30	14.465,36	1.974,94
Serviços Prestados	3.755.877,61	5.370.923,48	1.615.045,87
Passagens	60.089,85	355.625,50	295.535,65
TOTAL	4.154.497	6.418.319	2.263.822

Em virtude da pandemia, os valores pagos para diárias e passagens apresentaram significativa redução já que as reuniões foram realizadas de forma virtual. Muitos Seminários e eventos foram cancelados, postergados ou realizados de forma virtual, contribuindo não somente para a queda nos valores relacionados às diárias, mas também de passagens, locação de bens imóveis e serviços de apoio administrativo e operacional, estas duas últimas despesas, compondo as despesas acerca de serviços prestados.

Gestão Orçamentária e financeira

Declaração do Gerente de Gestão Financeira

“A Gestão Financeira do CAU/SP vem constantemente demonstrando ser efetiva, eficiente e eficaz, como apontado nos resultados alcançados e demonstrados neste Relatório de Gestão Integrado. Assim como nos relatórios dos anos anteriores, há grande assertividade nas projeções das receitas, que se mostram constantes e positivas, seja em relação às aplicações financeiras acompanhadas por esta gerência, seja com o trabalho de recuperação de crédito, realizado por nossa equipe, em busca da diminuição nas taxas de inadimplência. Sempre com apresentação e implantação de diversos projetos e processos ou na busca da exigência dos cumprimentos das normas e legislações pertinentes, com checagens constantes e controles dos gastos.”

Roberto Munuera Reyes – Gerente Financeiro

Declaração da Coordenadora de Planejamento Orçamentário

“Em 2020, demos continuidade nos aprimoramentos do acompanhamento do Planejamento Estratégico e do monitoramento das ações estabelecidas nos Planos das Ações do CAU/SP, especialmente para garantirmos o equilíbrio orçamentário frente à pandemia e incertezas econômicas. Apesar dos desafios, nos reorganizamos internamente em todos os sentidos, para prosseguir com os trabalhos com foco em gerar valor à sociedade, que neste Relato, procuramos demonstrar o resultado e o desempenho da gestão, em conformidade com DN n° 187/2020 e IN n° 84/2020 do Tribunal de Contas da União, através de uma visão mais clara e concisa.”

Vanessa Barbosa Enju – Coordenadora de Planejamento Orçamentário

Projeções das Receitas de Arrecadação

Após análise dos índices de indexação de preços previstos pelos órgãos do Governo e de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o CAU/BR adotou inicialmente a média estabelecida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), de **4,20%**, para corrigir os valores de anuidades, RRT e demais taxas que foram cobradas pelo Conselho no exercício de 2019; atualizado posteriormente para **3,37%** na reprogramação de 2020.

	ANUIDADES	RRT
2020	R\$ 571,41	R\$ 97,95
2019	R\$ 552,78	R\$ 94,76

COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO CAU/SP

RECEITA CORRENTE



Anuidade Pessoa Física



Anuidade Pessoa Jurídica



Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)



Multas e Juros



Outras Receitas como emolumentos, restituições, multas de infração, doação em espécie



Receitas de Aplicações Financeiras

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO

RECEITA DE CAPITAL

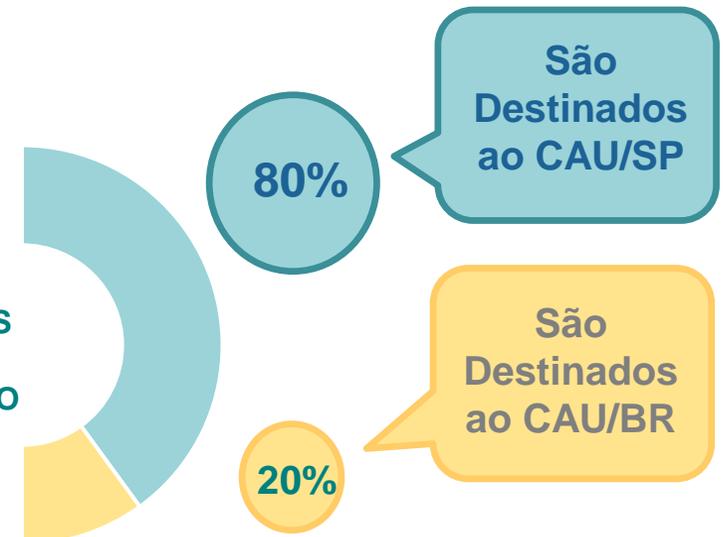


Receitas de exercícios anteriores (superávit financeiro)



Outras receitas de capital, como doação de bens imóveis, móveis

DO TOTAL DAS RECEITAS DE ARRECADAÇÃO



Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

O CAU/SP, no âmbito de sua autonomia, prevista na Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no exercício das suas competências, visando o aperfeiçoamento de sua estrutura e funcionamento, a prestação de serviços de modo amplo e uniforme e ao atendimento do interesse público, elaborou e aprovou a revisão de seu Regimento Interno em sua 7ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017.

A conformidade legal é fundamentada conforme Art. 7º deste Regimento que enuncia que “Os empregados públicos efetivos do CAU/SP serão contratados mediante aprovação em concurso público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. “

Em se tratando de empregos públicos de livre provimento e demissão do CAU/SP, conforme é retratado no Art. 8º, os mesmos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelos atos normativos próprios do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), os quais, respeitando a legislação aplicável, fixam os casos, condições e percentuais mínimos a serem preenchidos por empregados do quadro efetivo. (DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0067-01/2017). Importante destacar que de acordo com o Art. 9º, os empregados públicos efetivos e os empregados públicos de livre provimento e demissão no CAU/SP estarão sujeitos ao código de conduta que trate de gestão de pessoas no CAU.

Avaliação da força de trabalho

O CAU/SP finalizou o ano de 2020 com 140 funcionários contratados pelo regime CLT. Do total de funcionários, 109 são cargos de carreira e 31 contratados na modalidade de livre provimento de admissão e demissão. No quadro de estagiários, em 31 de dezembro, havia 8 estagiários registrados por meio de convênio com o CIEE.



OBJETIVO ESTRATÉGICO

DESENVOLVER COMPETÊNCIAS de dirigentes e colaboradores



Quadro funcional



Auxiliar



Assistente



Assistente Técnico



Analista I



Analista II



Analista III

109 cargos Efetivos



Estagiários

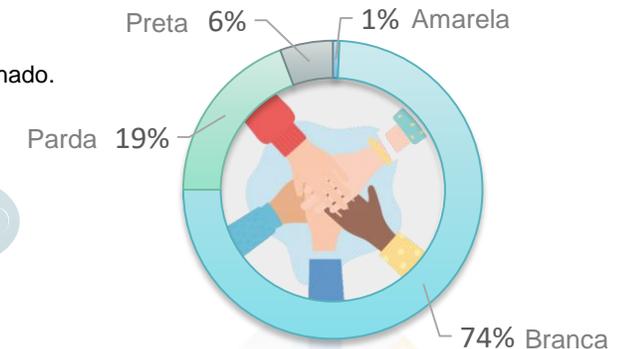


Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos: Do total de funcionários efetivos, 17 também ocupam cargo/função comissionada em 2020. Em 2019, eram 14. Os cargos efetivos dos funcionários designados para cargo comissionado ficam restritos, dessa forma os empregados nomeados ocupam dois postos de trabalho, efetivo e comissionado.

No total são 48 cargos de gestão, sendo 31 externos e 17 efetivos designados para ocupar cargo comissionado.



Distribuição por etnia



Gestão de Pessoas

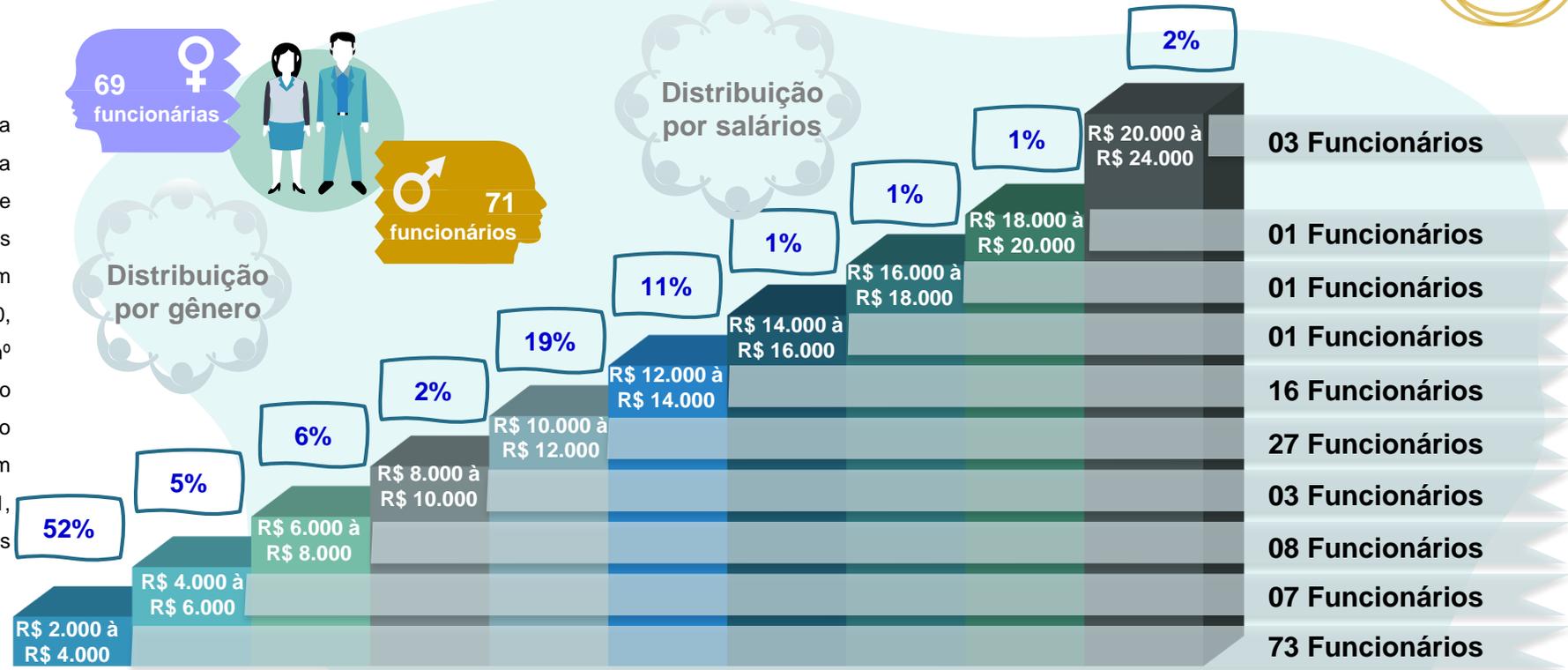
Estratégia de recrutamento e alocação

Em 21 de janeiro de 2020, o CAU/SP publicou o edital para realização do concurso público do CAU/SP, organizado pela Fundação VUNESP, para o preenchimento de vagas efetivas de cargos na Sede São Paulo e nos dez escritórios descentralizados. Em 19 de março, o concurso foi suspenso em decorrência do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, publicado pelo Governo do Estado de São Paulo e do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, publicado pelo Prefeito do Município de São Paulo, em função das medidas de combate ao coronavírus (COVID-19). O concurso permanece suspenso com previsão de retomada no primeiro trimestre de 2021, condicionado às permissões das autoridades para que as provas sejam realizadas nas 11 cidades onde ocorrerão as provas.

Avaliação de Desempenho

O Conselho realizou o 2º Ciclo da Avaliação de Desempenho de seus empregados em 2019. Os resultados apurados demonstraram a necessidade de revisão do instrumento de avaliação e desenvolvimento de competências. No início do ano, houve contato com 3 fundações, sem fins lucrativos, para apresentação de propostas de avaliação e reformulação do modelo de avaliação de desempenho e do plano de remuneração e carreira. O período de pandemia, com suas incertezas, não permitiu o avanço nos estudos para a implantação de um modelo de gestão por competências e resultados que privilegia a melhoria contínua e o crescimento profissional.

Em decorrência aos resultados da avaliação de desempenho, em pontuação obtida na média dos dois ciclos de avaliação, 28 funcionários tiveram seus salários avançados em um nível na tabela salarial.



Gratificação de desempenho: Não houve em 2020 pagamentos a título de gratificação de desempenho.

Progressão funcional: Em 2020, houve a aplicação de progressão salarial, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho. 28 funcionários tiveram seus salários evoluídos em um nível salarial nas suas correspondentes tabelas salariais.

Estágio probatório: Os contratos de trabalho com funcionários efetivos são elaborados por prazo de 3 meses, a título de experiência. Os empregados comissionados ingressam por contrato por prazo indeterminado, podendo a demissão ocorrer a qualquer momento sem prévio aviso.

Tabela de remuneração: https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Tabela-Salarial-2020-2021_V2.pdf

Detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC: No CAU/SP todos os empregados efetivos têm a possibilidade de promoção, considerando o princípio da isonomia. Além disso, respeitamos a meritocracia, conduta e conhecimentos acadêmicos dos empregados.

Gestão de Pessoas

Capacitação

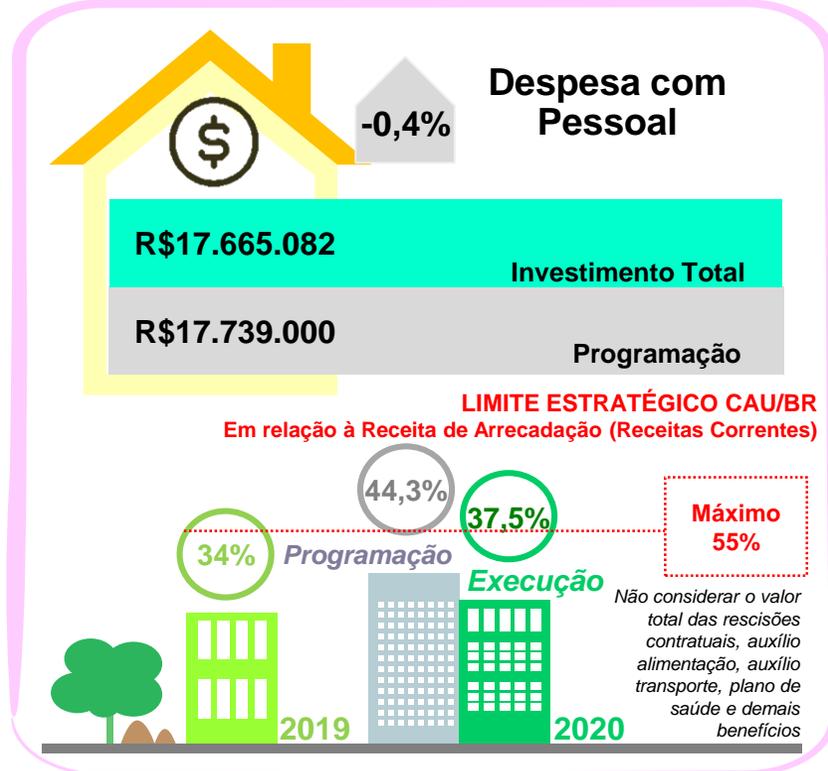
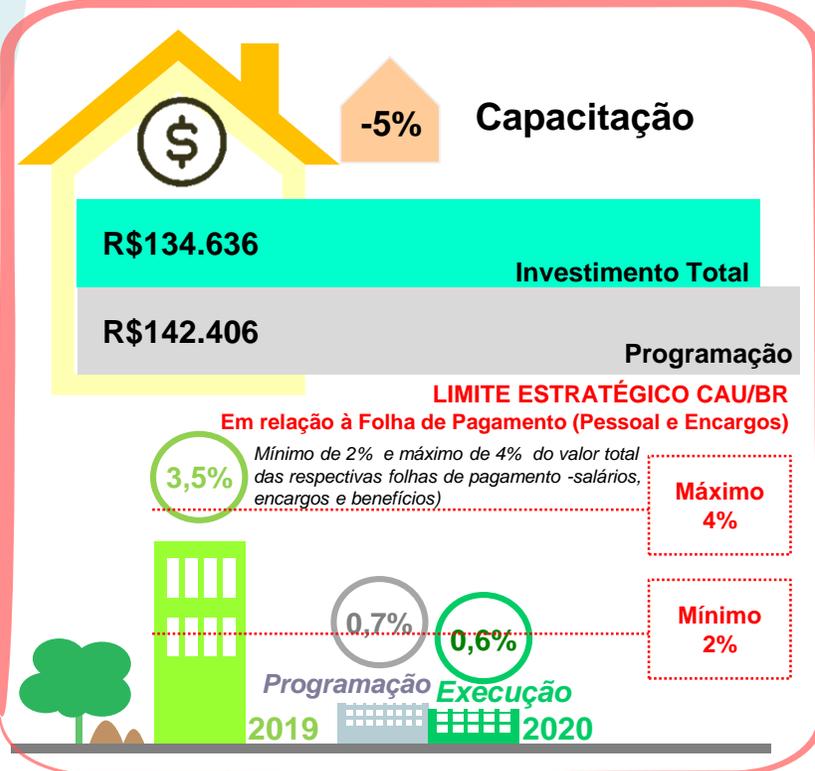
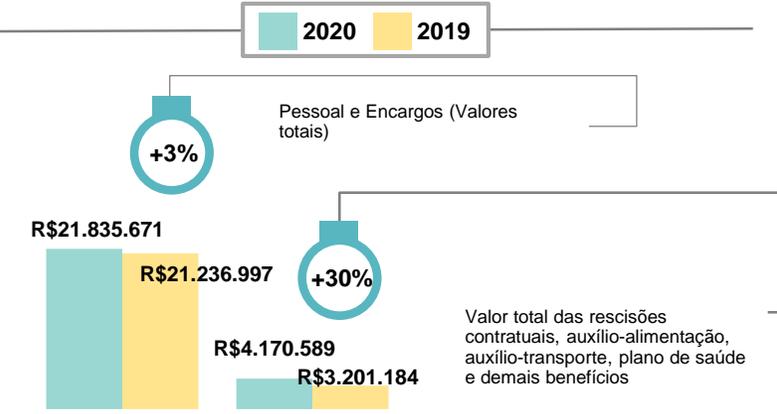


O orçamento previsto para ações de capacitação foi reduzido como uma das medidas de contenção de custos no Conselho. Do valor previsto na ordem de R\$ 757mil em 2019, o orçamento passou a ser R\$ 142mil em 2020, que devido ao contingenciamento realizado em decorrência da pandemia, não houve a previsão de realização de cursos presenciais, e com isso a própria programação foi reduzida abaixo do limite mínimo estratégico de 2% sobre a Receita de Arrecadação (0,7%). A execução no entanto, ficou próxima do programado. O custo total investido e realizado foi de R\$ 134mil reais. Embora houvesse a redução do orçamento, o ano de 2020 registrou o total de 7982 horas de treinamento. Houve 449 participações em cursos, workshops, oficinas e seminários.

O período de pandemia permitiu que a prática de ensino a distancia fosse difundida no cenário da educação corporativa. Foi desmistificada a dúvida sobre o nível de qualidade e absorção de conteúdo pela forma online.

No CAU/SP a adoção da prática permitiu a economia com passagens, diárias e auxílios deslocamentos, uma vez que muitos eventos presenciais ocorriam fora da grande São Paulo. O Conselho busca opções de eventos de capacitação que representem menores custos para o Órgão, optando por contratação de cursos promovidos por escolas do Governo ou entidades sem fins lucrativos. Também é prioritário que os eventos impliquem em menores deslocamentos, de modo a reduzir custos com diárias e passagens aéreas, tendo em vista a parcela orçamentária que essas verbas representam. Trata-se de uma diretriz, no entanto nem sempre é possível segui-la, tendo em vista muitos eventos ocorrem em outras regiões geográficas e sem possibilidade de eventos similares, como é o caso de congressos, seminários e workshops específicos.

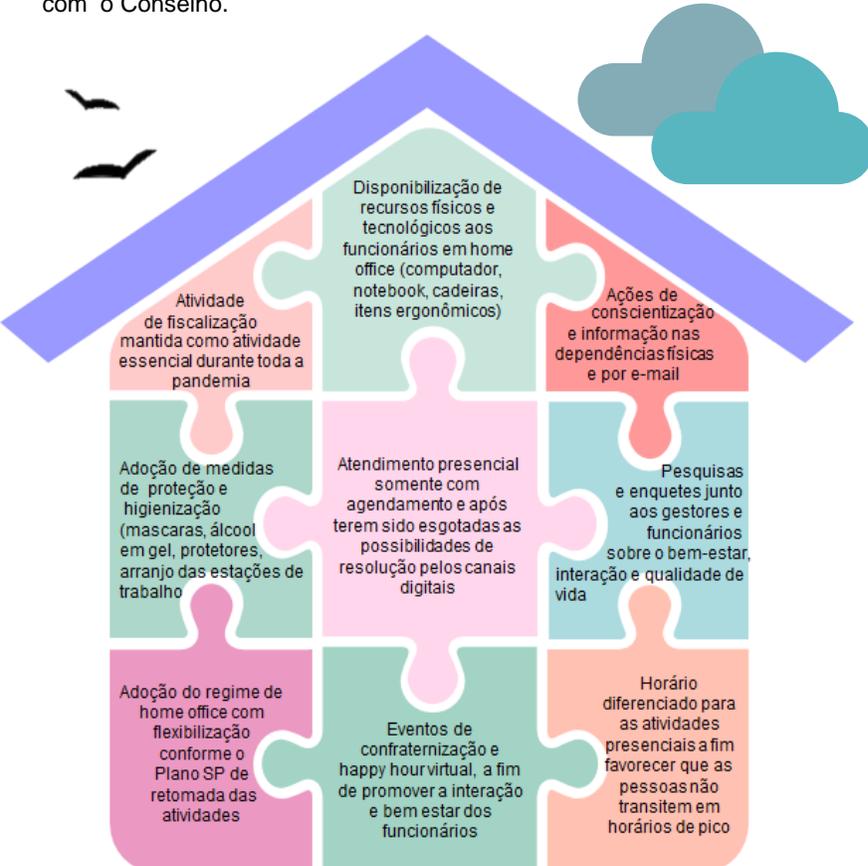
Detalhamento das despesas com pessoal



Gestão de Pessoas

Desafios e Perspectivas 2021

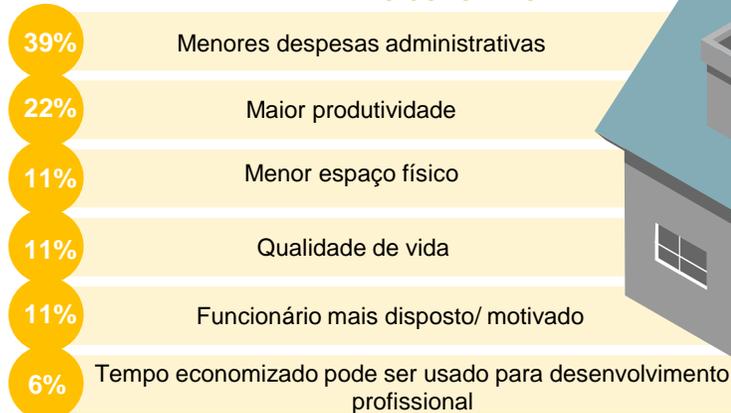
O estado de calamidade pública criada pela disseminação do coronavírus e a Covid-19, fez com que o Conselho adotasse algumas práticas internas e mudanças em seus processos e fluxos de trabalho, de modo a assegurar o pleno funcionamento da Autarquia e protegendo seus funcionários, estagiários, terceiros, conselheiros e arquitetos em contato com o Conselho.



A Gerencia Administrativa – Gestão de Pessoas procurou ouvir os gestores e funcionários sobre o dia a dia das atividades em home office, as dificuldades, desvantagens, necessidades, vantagens. Esse termômetro foi importante para adoção das medidas adotadas ao longo da pandemia. Abaixo são as atividades identificadas pela Gerência Administrativa que não são possíveis de realiza-las em home office, sendo assim a necessidade de se ir presencial pontualmente para atender essas demandas.



VANTAGENS DO HOME OFFICE PARA O CONSELHO



Não precisar deslocar-se ao trabalho 56%

Maior concentração e produtividade 22%

Redução de gastos com alimentação e transporte 11%

Maior objetividade com o uso de reuniões virtuais 5%

Maior integração familiar 6%

VANTAGENS DO HOME OFFICE PARA OS FUNCIONÁRIOS



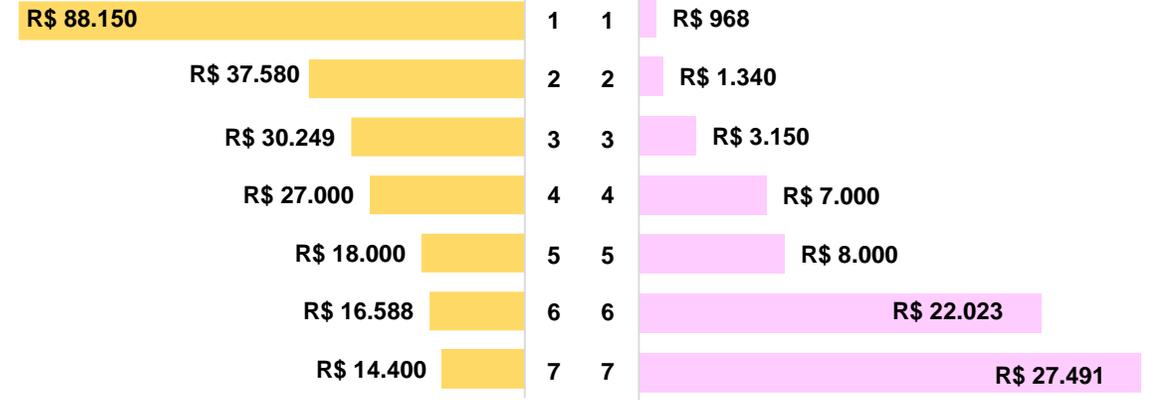
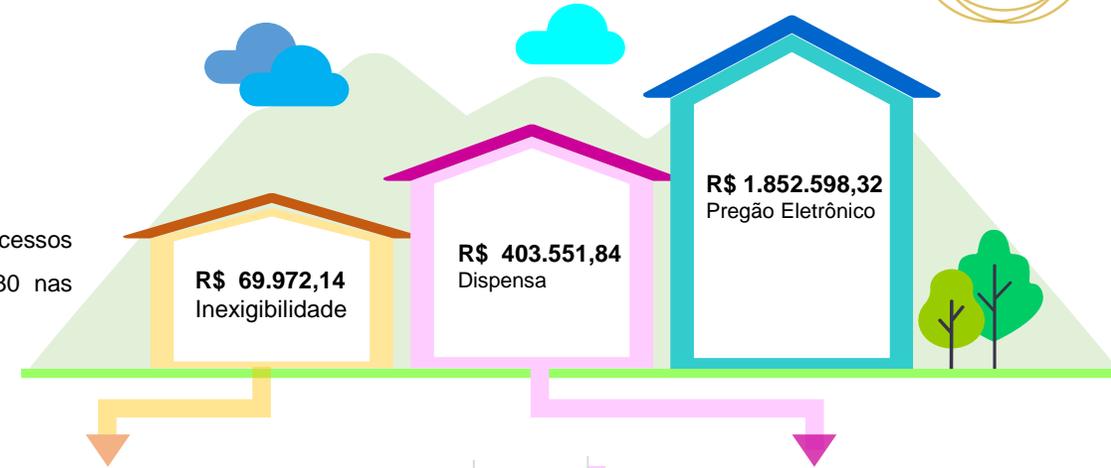
Gestão de licitações e contratos incluindo TI

Conformidade Legal

A área de Compras dentro do CAU/SP é responsável por realizar as licitações e contratos e segue as exigências regulamentadas do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências (Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993).

61 Processos Licitatórios R\$ 2,36 Milhões

No exercício 2020, o CAU/SP realizou 61 processos licitatórios, totalizando um valor de R\$ 2.326.122,30 nas seguintes modalidades:



Além disso, renovou outros 33 contratos, totalizando um valor de R\$ 9.319.803,65.

33 Renovações Contrato R\$ 9,32 Milhões

R\$ 1.012.242 Prestação de Serviços de Cobrança Bancária

R\$ 2.121.443 Plano de Saúde

R\$ 2.119.691 Auxílio Refeição e Alimentação

R\$ 734.751 Serviços de encomendas

R\$ 668.000 Serviços Terceirizados - Sede

R\$ 330.588 Agência de Comunicação

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ter SISTEMAS de informação e INFRAESTRUTURA que viabilizem a gestão e o atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade

1. Serviços de Engenharia - Sede XV de Novembro
2. Aquisição de NGFW (Next Generation Firewall)
3. Certificado Digital
4. Evento de Capacitação: 4ª Conferência Nacional dos Conselhos
5. Estacionamento Sprinter
6. Monitoramento Eletrônico
7. Workshop

1. Evento de Capacitação: Excel Avançado – ABC – SENAC
2. CIA de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
3. Evento de Capacitação: Excel - Criando Planilhas Interativas e Dashboard - SENAC
4. Evento de Capacitação: Power Point - Aperfeiçoando Apresentações – SENAC
5. SILP - Sistema Integrado de Licitações Públicas
6. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo AS
7. Evento de Capacitação: Excel 2019 Avançado – Sede – SENAC

Gestão de licitações e contratos incluindo TI

Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

A Coordenação de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) do CAU/SP é a unidade administrativa a quem, sob a gestão da Gerência Administrativa, compete promover e viabilizar o atendimento das demandas do Órgão, não só recorrendo à equipe de funcionários contratados, mas também por meio da terceirização de serviços de apoio, cuja gestão do processo permanece na unidade de TI e apenas o operacional é executado por empresa terceirizada.

A conformidade legal para a instituição e ações do departamento está fundamentada de acordo com os critérios a seguir:

Regimento do CAU/SP, aprovado conforme Deliberação Plenária DPESP no. 0014- 01/2017 (7ª Sessão Plenária Extraordinária de 2017) de 12 de dezembro de 2017;

IN SG/MP no. 05, de 2017

Reestruturação organizacional do CAU/SP, aprovada conforme Deliberação Plenária DPOSP no. 0264- 07/2019 (5ª Sessão Plenária Ordinária de 2019) de 30 de maio de 2019;

IN SGD/ME no. 1, de 2019

Demais manuais e recomendações de Boas Práticas desenvolvidos pelos órgãos competentes da Administração Pública Federal, aplicados conforme demanda;



Modelo de Governança

A Coordenação da Tecnologia da Informação é responsável por todas as atividades e ações relacionadas a infraestrutura de tecnologia, comunicação, segurança da informação e sistemas de apoio a todas as áreas do CAU/SP.

Como modelo de governança em 2020 a Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação do CAU/SP, optou por adotar como boa prática a utilização dos modelos de gestão e serviços de TIC, as metodologias ITIL e COBIT, tendo como objetivo, trazer melhor gerenciamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação e maior controle e eficiência operacional para os processos da área, incluindo o suporte ao cliente interno.

A adoção destas práticas de gestão permitirá a área de tecnologia da informação e comunicação do CAU/SP a otimizar processos, ganhar eficiência e eficácia na gestão dos recursos tecnológicos e prestação de serviços internos, contribuindo assim para maior estabilidade no ambiente corporativo, qualidade nos serviços prestados e visão gerencial para tomada de decisões estratégicas para o negócio.

O PETI/PDTI elaborado para 2021, já foi estruturado utilizando estes modelos como base, sendo assim, nossos próximos passos será focar na governança e implementação das metodologias a fim de cumprir nossa meta que é disponibilizar as áreas administrativas do Conselho a melhor infraestrutura de TI para se trabalhar.

Investimentos em Tecnologia da Informação

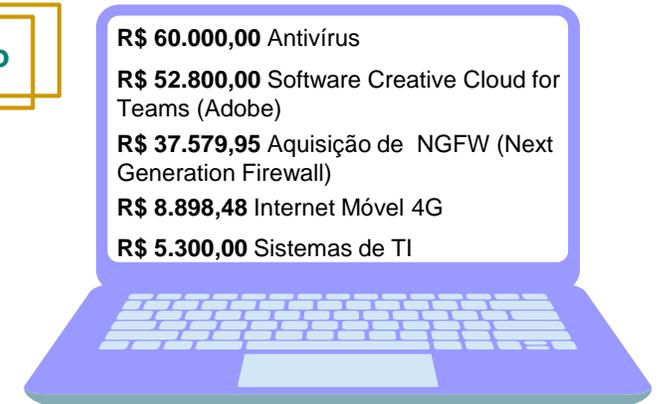
R\$ 60.000,00 Antivírus

R\$ 52.800,00 Software Creative Cloud for Teams (Adobe)

R\$ 37.579,95 Aquisição de NGFW (Next Generation Firewall)

R\$ 8.898,48 Internet Móvel 4G

R\$ 5.300,00 Sistemas de TI



Gestão de licitações e contratos incluindo TI

Gestão da Tecnologia da Informação

Segurança da Informação

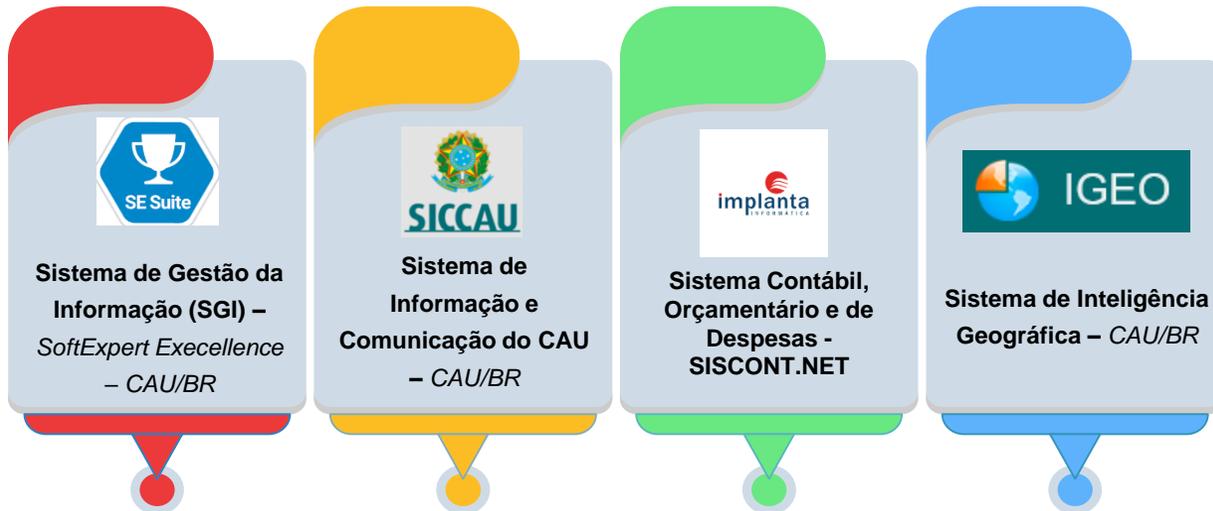
A política de segurança da informação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP se aplica a todos os funcionários, conselheiros, prestadores de serviços, sistemas e serviços, incluindo trabalhos executados externamente ou por visitantes e profissionais de arquitetura e urbanismo que utilizem o ambiente de processamento ou acesso às informações pertencentes ao Conselho.

A política é aplicada em todo o Estado de São Paulo e é relacionada aos recursos de TI do CAU/SP.

Tem como objetivo garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade, legalidade,

autenticidade e auditabilidade da informação necessária para a realização das atividades do Conselho.

A Política de Segurança da Informação encontra-se em fase de revisão para adequação a nova LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 com vigência a partir de Agosto/2020, para posterior aprovação pela autoridade competente, criação de instrução normativa interna e implementação em todo o CAU/SP, incluindo as regionais.



Principais Desafios e ações futuras

Criação de Cronograma e aprovação e início de execução do PETI/PDTI para os próximos anos;

Revisão e Adequação da Política de Segurança do CAU/SP a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais bem como sua aprovação e implementação no CAU/SP;

Reestruturação da área de TIC considerando as boas práticas ITIL e COBIT

Implantação na nova sede do Conselho;

Reestruturação Lógica e Física da Infraestrutura de rede, Servidores e telefonia do CAU/SP;

Implementação de Sistema de Backup em Cloud.

Gestão Patrimonial e infraestrutura

Conformidade Legal

A gestão patrimonial é efetuada cotidianamente em atendimento as demandas de funcionamento da infraestrutura: instalações, serviços terceirizados, suporte aos setores quanto aos serviços de correspondências e utilização de veículos pertencentes a frota do Conselho.

A cada aquisição e recebimento de Bem móvel, este é incorporado ao acervo patrimonial, através de registros em sistema de patrimônio "SISPAT" interligado ao sistema contábil "SISCONT", sob orientações do setor contábil do Conselho. Após o registro de cada bem, ocorre o empenhamento com o respectivo número de patrimônio e distribuição deste, com a alocação onde o mesmo será utilizado (Sede ou em algum Escritório Descentralizado).

Também são efetuadas as depreciações mensais via sistema SISPAT, de acordo com a NBCASP.

A prestação de serviços deste setor, em atendimento as demandas da Sede e dos 10 (dez) Escritórios Descentralizados) ocorre por meio de:

Gestão de contratos de serviços

Manutenção predial, seguro predial, extintores, dedetização, sistema de ar condicionado, monitoramento com alarme, fornecimento de água com coleta de esgoto, energia elétrica do prédio adquirido pelo Conselho, além da locação do imóvel da Sede e suas despesas com condomínio, energia elétrica e IPTU

Gestão da Frota de veículos

Logística da utilização dos veículos, controle de utilização, gestão dos contratos de abastecimento, lavagem, pedágio, seguro veicular, estacionamentos, manutenção/conservação veicular, documentação, licenciamento, multas, autorizações dos órgãos CET, ARTESP e, gestão da prestação dos serviços terceirizados do posto de motoristas.

Gestão dos Bens Patrimoniais

Recebimento, inserção/registro no acervo patrimonial do Conselho através de sistema de patrimônio (SISPAT) dos bens adquiridos, fixação de plaquinhas de patrimônio com o respectivo número correspondente ao registro, depreciação mensal dos bens, conforme parametrizado em sistema sob orientação do setor contábil do CAU/SP, controle de movimentação dos bens como saídas para conserto, empréstimos ou transferência, sob emissão de formulário/termos, além de inventários periódicos

Gestão dos serviços de Expedição

serviços externos, como banco para pagamentos de contas e/ou taxas, entrega e/ou retirada de documentos, cartórios – autenticações e/ou reconhecimento de firmas, protocolar documentos nos fóruns, controle do envio de correspondências com a gestão dos contratos com os Correios, recebimento de correspondências com a distribuição aos setores de destino, sob geração de protocolo no SICCAU, gestão da prestação dos serviços terceirizados do posto de recepcionistas

Gestão de contratos de fornecimento de materiais de consumo

(Gêneros alimentícios para serviços de copa, de limpeza e expediente) para reposição do estoque, com utilização dos sistemas de controle das movimentações desses produtos no almoxarifado (SIALM) e de contratos (Compras & Contratos);

Desfazimento de Ativos

A Comissão de Patrimônio foi instituída em 14 de agosto de 2018, pela Portaria Presidencial nº 061. Essa Comissão passou a se estruturar para atender a responsabilidade de (i) Inventários: conferência física e descritiva dos bens do CAU/SP e (ii) Avaliações: verificação do estado de conservação do bem (Bom, Ocioso, Recuperável, Antieconômico e Irrecuperável), sua vida útil e valor residual para depreciação e reavaliação do valor do bem quando necessário e (iii) Baixas: processo de baixa dos bens que estejam em processo de exclusão do acervo patrimonial.

Em 2019, houve a contratação de uma empresa para a avaliação dos bens patrimoniais do CAU/SP. Após a avaliação, a Comissão de Patrimônio analisará os respectivos bens para dar sequência ao desfazimento.

A previsão do primeiro desfazimento de ativos era de que fosse realizado em 2020, após a criação de uma Instrução Normativa, com um manual de patrimônio. Havia previsão de conclusão no início deste mesmo ano.

A Comissão de Patrimônio enviou em 2020 para análise do setor contábil do Conselho, o relatório de reavaliação dos bens, elaborado pela empresa contatada e aguarda retorno com orientações, em virtude do impacto em relação aos valores nos lançamentos contábeis. Com isso, a reavaliação de cada bem não foi lançada em sistema de patrimônio (SISPAT) e conseqüentemente o desfazimento não teve o devido encaminhamento.

Quanto a normativa do Manual do Patrimônio, esta foi criada, aprovada pela COA e, após análise do setor jurídico, retornou para comissão de patrimônio para ajustes finais, sob previsão de publicação em 2021.

Principais investimentos de capitais

Veículos
03 vans para atendimento dos profissionais para coleta biométrica
R\$ 1.375.300,00

Máquinas e Equipamentos

03 coletores de assinatura para Biometria
R\$ 926.270,15

Equipamentos de Processamento de Dados

18 notebooks e 01 equipamento de Firewall efetuados pelas equipes de T.I.C e Licitações
R\$ 544.142,32



Gestão Patrimonial e infraestrutura

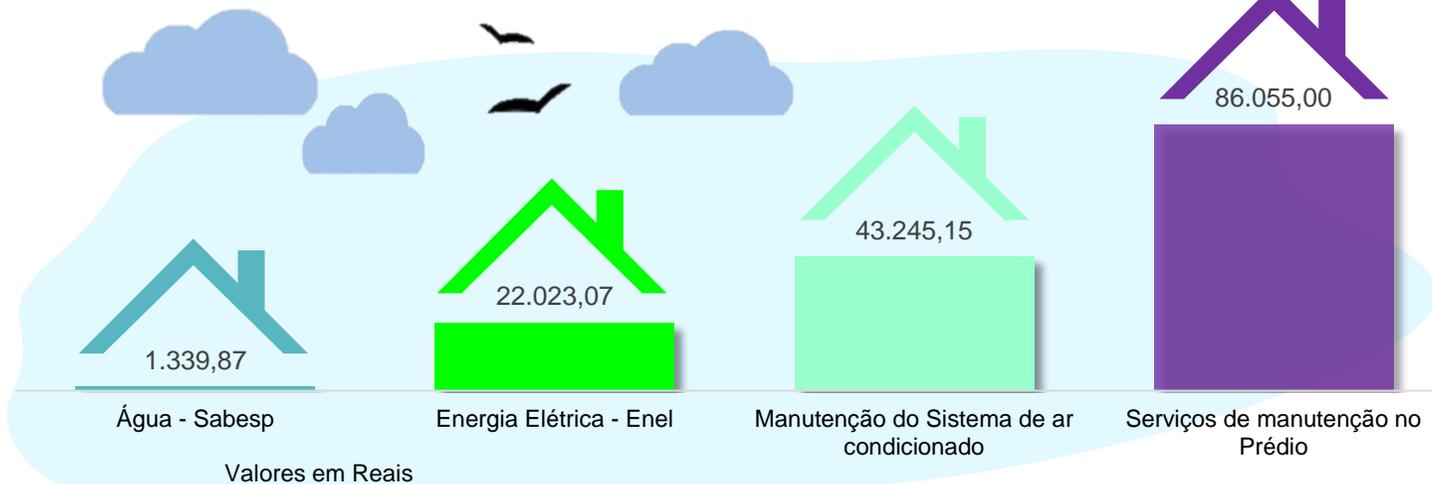
Administração Predial

Devido a pandemia pelo COVID 19 e trabalho em home office, houve redução mensal em algumas despesas e até negociação na redução do valor do aluguel durante alguns meses.

No dia 15 de Dezembro de 2020, data em que é comemorada o Dia do Arquiteto, é inaugurada a sede própria do CAU/SP. O Edifício onde será instalada a sede própria do Conselho foi adquirido em dezembro de 2019, após criterioso processo de compra. Situado à Rua XV de Novembro, 194 – Centro, o prédio de oito pavimentos, projetado pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo e tombado como patrimônio histórico, está localizado no chamado 'Triângulo Histórico' de São Paulo – onde estão situados os principais prédios históricos da cidade.



Portanto em 2020, passamos a administrar duas sedes até a migração total para a sede nova.



Desafios e Perspectivas 2021

Em virtude da pandemia pelo COVID 19, os desafios previstos para o exercício de 2020, foram substituídos pela adaptação deste novo normal, sob protocolos e trabalhos em home office.

Gestão de Custos

O CAU/SP adota a contabilização através da atribuição de registros de centros de custos, permitindo-se acompanhar a execução orçamentária das iniciativas estratégicas distribuídas em projetos e atividades de cada uma dessas unidades.

Uma das principais ferramentas que o CAU/SP utiliza para a gestão e o acompanhamento dos projetos e atividades é o PDCA, que orientando-se através do “planejar, fazer, verificar e agir”, é possível buscar melhorias e adequações de forma continuada para garantir o alcance dos objetivos estratégicos.

Esta metodologia é traduzida para os Planos de Ações, permitindo assim o controle das ações estabelecidas, o detalhamento das atividades executadas e o desmembramento dessas ações, para a verificação do alcance de seus resultados e a geração de valor ao arquiteto urbanista e à

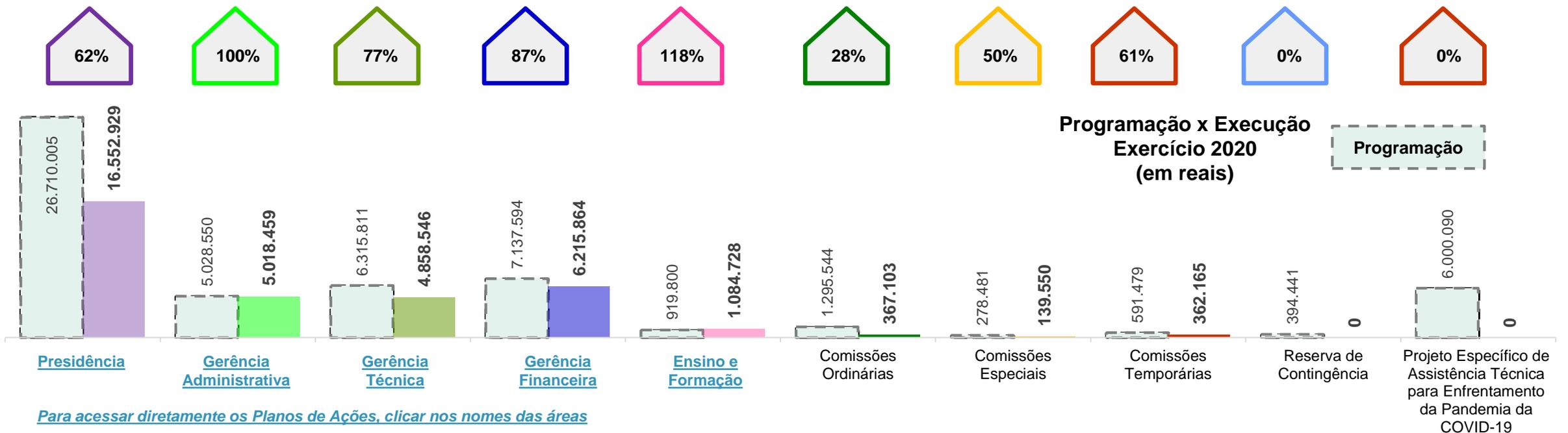
sociedade. Esse monitoramento contínuo permite a possibilidade da revisão de uma ação que não tem seu resultado esperado e a sua correção. Ou até mesmo, a proposição de uma nova ação.

Na busca constante em aprimoramento de processos, controles e monitoramentos, em 2019, o CAU adquiriu um novo sistema com tal finalidade, o SGI (Sistema de Gestão Integrado), para que assim possamos monitorar a evolução dos objetivos estratégicos também por meio de indicadores.

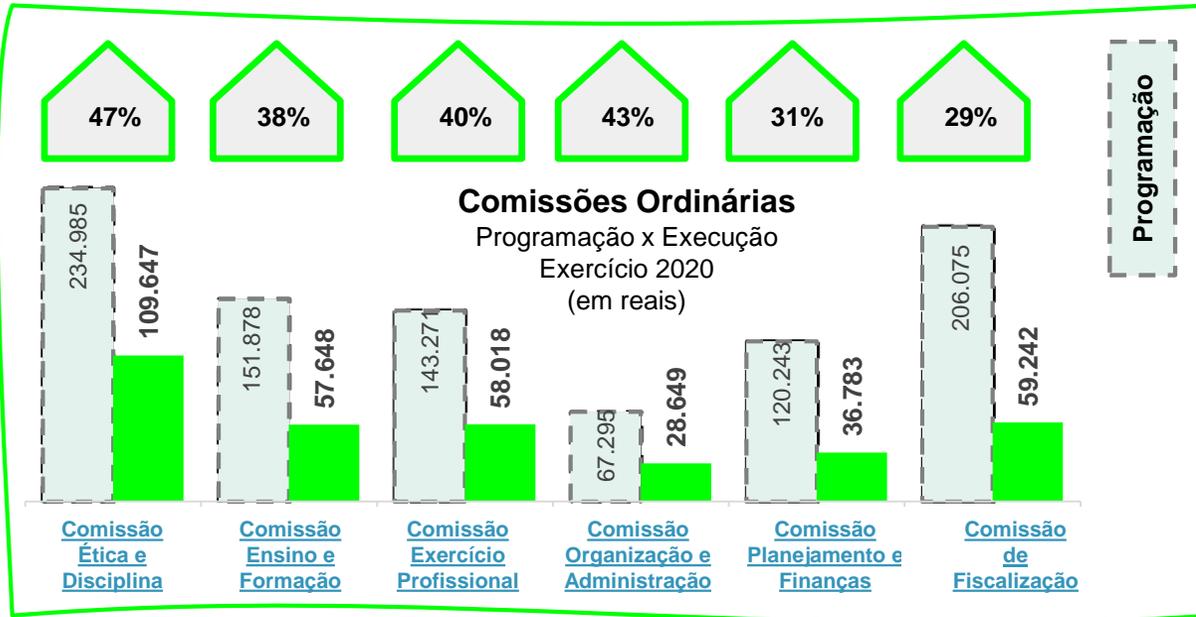
O módulo SGI está sendo desenvolvido e atualmente está na fase de testes. A perspectiva é de que no próximo ano, os testes sejam concluídos e o sistema implementado.

O gráfico abaixo demonstra a comparação entre a programação e a execução orçamentária e seu percentual de execução no exercício 2020.

As execuções orçamentárias das Comissões foram as mais impactadas com o advento da pandemia, não apenas pela impossibilidade de se realizar alguns dos seminários e da participação de seminários previstos, como também em decorrência das reuniões e seminários que foram realizadas de forma virtual, não havendo com isso, a despesa relacionada a pagamentos de diárias e deslocamentos. Os valores apresentados abaixo, apresentação execução considerando despesa de capital (R\$ 991.855,95, sendo R\$ 851.970,00 em veículos, R\$ 133.285,95 em equipamentos e processamento de dados e R\$ 6.600,00 em máquinas e equipamentos).

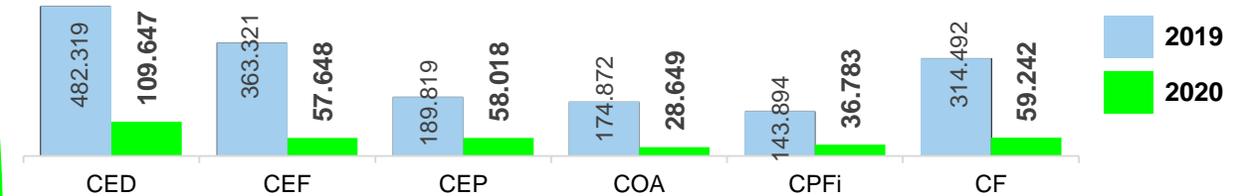


Gestão de Custos



O total da execução orçamentária das Comissões Ordinárias foi de R\$ 367.103,31, representando 28% do total da programação para o ano de 2020, no valor de R\$ 1.295.543,73, em virtude da pandemia.

Em 2019, as execuções orçamentárias foram superiores a 60% da programação deste mesmo período. A execução 2020 ficou aproximadamente 22% abaixo do executado em 2019.



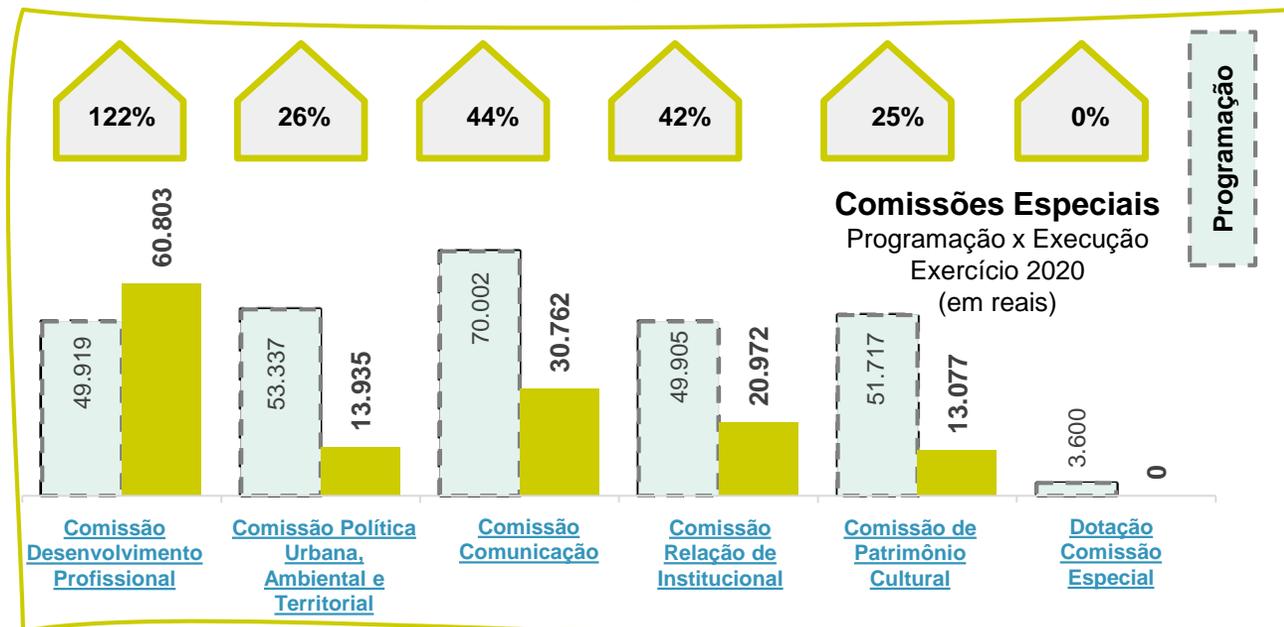
As execuções orçamentárias das Comissões Ordinárias apresentaram execução orçamentária abaixo de 50% na sua maioria em virtude das realizações de reuniões ordinárias e extraordinárias no formato virtual, o que não acarreta em despesa de diárias e deslocamentos. Muitos Seminários e Encontros previstos também foram realizadas de forma virtual e/ou postergados para o próximo ano.

O total da execução orçamentária das Comissões Ordinárias foi de R\$ 139.549,78, representando 50% do total da programação para o ano de 2020, no valor de R\$ 278.481,36.

Em 2019, as execuções orçamentárias foram superiores a 60% da programação deste mesmo período. A execução 2020 ficou na média 32% abaixo na comparação da executado no ano anterior.



A execução da Comissão de Desenvolvimento Profissional em 122% está relacionada ao evento Dia das Mulheres realizado no dia 09 de Março de 2020, que contou com a participação de todos os Conselheiros, com as despesas das diárias e deslocamentos, alocadas neste Centro de Custo.



Gestão de Custos

Comissão Aquisição da Sede	43.061	15.435
Comissão de Assistência Técnica para Habitação (ATHIS)	1.000	0
Comissão Parlamentar	136.191	71.479
Comissão Realização de Concurso Público	8.426	8.426
Comissão Chamamento Público	33.447	45.432
Comissão Acomp. e Proposições Congresso UIA 2020	50.394	30.988
Comissão de Acessibilidade	47.691	9.697
Comissão Mobilidade Urbana	45.144	8.865
Comissão de Habitação	42.204	11.144
Comissão de BIM (Building Information Modeling)	62.702	17.365
Comissão Sistematização da Legislação Ambiental	48.000	6.768
Comissão Processo Administrativo Disciplinar	36.221	58.980
Comissão de Processo de Sindicância Administrativa	1.000	0
Comissão de Arquitetas e Urbanistas	1.000	0
Comissão Eleitoral	7.500	77.586
Comissão de ações emergenciais frente à COVID	7.500	0
Comissão Dotação Comissão Nova	12.500	0
Comissão Dotação Comissão Nova	7.500	0

A deliberação plenária ad referendum nº 6/2020, de 13 de abril de 2020 aprovou as medidas de contenção de gastos a serem adotadas para o Exercício 2020. Fixou o prazo em 30 dias para que os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) apresentassem suas propostas de MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE GASTOS, relativamente aos respectivos Planos de Ação e Orçamentos, referente ao Exercício de 2020, contemplando as despesas obrigatórias e as proposições de cancelamento e de contingenciamento de despesas.

Desta forma, o CAU/SP, deu início a uma série de análises internas com foco na adoção dessas medidas de contenção de gastos para preservar o equilíbrio das contas.

A redução alcançada nesse esforço conjunto para o contingenciamento foi de 25,5% porém não baseando-se na premissa indicada na DPAEBR Nº 004-01/2020, mas sim desconsiderando de despesas, a Reserva de Contingência, por não ser uma despesa propriamente dita e também o valor aportado para projeto específico, pois mesmo que será utilizado como despesa corrente, não se trata de uma despesa corrente de funcionamento e custeio efetivo do CAU/SP.

O total da execução orçamentária das Comissões Temporárias foi de R\$ 367.103,31, representando 28% do total da programação para o ano de 2020, no valor de R\$ 1.295.543,73.

O maior impacto das execuções das Comissões Ordinárias, Especiais e Temporárias, estão relacionados justamente à significativa queda dos valores pagos para diárias e passagens, devido a modalidade de reuniões virtuais. Da mesma forma, os seminários e eventos previstos foram cancelados, postergados ou realizados de forma virtual, contribuindo ainda mais para a redução dessas despesas.

Sustentabilidade Ambiental



Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços seguem os critérios da sustentabilidade ambiental previsto na IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e também estão em consonância com o Decreto nº 7.746/2012, de 5 de junho de 2012.



Redução de resíduos poluentes

O CAU/SP adota a prática de separação dos resíduos recicláveis descartáveis, em conjunto com a prática adotada pelo condomínio em que a sede está estabelecida, que por sua vez, atende ao Decreto nº 5.940/20016, de 25 de outubro de 2006. O condomínio envia o resíduo para Cooperativa, que está cadastrada na AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Para os materiais não recicláveis, o CAU/SP é quem realiza o descarte no ECOPONTO mais próximo. Vale ressaltar também que praticamos logística reversa junto ao fabricante para os cartuchos de impressoras vazios.



Consumo de copos descartáveis

O CAU/SP adere ao uso consciente dos copos descartáveis com o uso de cartazes e mensagens espalhados em todo o andar



Ações para redução do consumo de recursos naturais

Apesar da instalação de equipamentos de ar condicionado no CAU/SP, o consumo de energia elétrica se manteve estável, uma vez que os mesmos tem hora fixa para serem desligados.

Além disso, existe uma rotina compartilhada de conscientização para desligamento dos computadores e luzes ao final do expediente.

Também são utilizadas torneiras automáticas com redutor de vazão em todos os banheiros do Conselho.





INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 05

Declaração do Contador e notas explicativas

As Notas explicativas do CAU/SP foram redigidas seguindo os critérios estabelecidos na NBC TSP 11, considerando principalmente a materialidade das informações a serem incluídas.

A Coordenação Contábil declara que, as Demonstrações Contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo referente ao exercício de 2020, no que tange ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, estão em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e foram elaboradas de acordo com as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), portanto, refletem nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, relativas ao período de janeiro a dezembro de 2020.

As demonstrações contábeis que compõem o processo de Prestação de Contas do exercício de 2020 são apresentadas em reais (R\$) e foram homologadas pelo núcleo de contabilidade do CAUBR. São compostas pelos seguintes demonstrativos:

- Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, com o objetivo de evidenciar, qualitativa e

quantitativamente, a situação patrimonial do CAU/SP;

- Demonstração das Variações Patrimoniais decorrentes da execução orçamentária;
- Balanço Orçamentário, evidenciando as receitas e as despesas orçamentárias do ano.
- Balanço Financeiro composto pelas receitas e despesas orçamentárias e ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa, que evidencia as movimentações no caixa e seus equivalentes, resultantes dos fluxos das operações dos investimentos e dos financiamentos do CAU/SP.

Notas a serem consideradas:

1. Após avaliação criteriosa do cálculo da depreciação acumulada dos itens que compõem o Ativo Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, foi constatado que não há necessidade atual, de promover uma reavaliação patrimonial ou teste de impairment. Os trabalhos executados pela Comissão Interna de Patrimônio do CAU/SP, instituída pela Portaria Presidencial CAU/SP Nº 061, de 14 de agosto de 2018, foram utilizados para apuração da depreciação e solicitação de correção do Sistema de Controle Patrimonial (SISPAT) ao prestador de serviço Implanta (OS já em andamento) e serão utilizados para

avaliação dos bens a serem descartados no ano de 2021, após aprovação da Comissão de Planejamento e Finanças do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo;

2. As conta contábeis 1.1.2.1.1.01 - CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO e 1.1.2.9 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO, foram ajustadas conforme orientação do CAU/BR, com base nos dados extraídos nos relatórios 14 e 15 do SICCAU no mês de dezembro/20, sendo os valores de ajuste: R\$ 8.533.388,44 para PF e R\$ 1.912.143,61 para PJ e R\$ 4.045.120,03 para PDD. Estes valores impactaram diretamente o superávit do exercício, sendo necessário estabelecer um novo processo para promover a integração entre os sistemas SICCAU e SISCONT durante o exercício, possibilitando que o aumento da receita possa ser agregado ao orçamento conforme aprovação da Comissão de Finanças e Planejamento do CAU/SP e conforme legislação vigente. Item já pautado na CPFi do CAU/SP;

3. O total de obrigações empenhadas e liquidadas, inscritas em restos pagar no exercício de 2020, a serem pagas em 2021, somam R\$ 1.013.696,40 (um milhão, treze mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta centavos);

4. O repasse da cota parte para o CAU/BR no exercício de 2020 foi de R\$ 11.476.504,25 e, o % de gasto de pessoal e encargos sociais sobre a receita arrecada foi de 37,55%;

Declaração do Contador e notas explicativas

5. Processo Administrativo 44/2015 – Convênio 17/2015 – Instituto de Arquitetos do Brasil:

- Ação Monitória de devolução de repasse de recursos que tramita na 7ª Vara Cível Federal de SP.
- Valor R\$ 556.534,17 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos).
- Ganho na 1ª instância – Sentença procedente.
- Foi interposta apelação pelo IAB e CAU/SP apresentou contrarrazões.
- Prognóstico: Provável ganho para o CAU/SP

6. O CAU/SP registrou, conforme demonstrativos contábeis, os seguintes resultados para o exercício de 2020:

Resultado Orçamentário		
Especificação	Correntes	Capital
Receita Orçada	40.072.219,00	14.599.575,00
Receita Arrecadada	47.047.479,23	0,00
Percentual Arrecadado	117,41%	0%
Despesa Orçada	46.071.987,65	8.599.485,00
Despesa Empenhada	33.607.488,43	991.855,95
Percentual realizado	72,95%	12%
Superávit Orçamentário	12.448.134,85	
Superávit Primário	13.439.990,80	

Resultado Financeiro	
Saldo Disponível	42.699.542,17
(-) Passivo Circulante	-3.930.734,12
(=) Superávit Financeiro	R\$ 38.768.808,05

Resultado Patrimonial	
Varição Patrimonial Aumentativa	52.820.102,48
(-) Variación Patrimonial Diminutiva	-41.670.623,32
(=) Superávit Patrimonial	R\$ 11.149.479,16

Sandra Oliveira
Coordenadora Contábil
 CRC SP nº 1SP304910

Fonte:
<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/RelatorioPrestacaoContasDezembro2020.pdf>

Demonstrações Contábeis exigidas conforme Lei 4.320/64

BALANÇO
PATRIMONIAL

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício
ATIVO CIRCULANTE	57.578.483,62	PASSIVO CIRCULANTE	3.930.734,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42.699.542,17	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO	2.011.236,18
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	14.446.410,76	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	10.167.603,47	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.013.696,40
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	23.568.558,54	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	19.289.751,25C	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	20.784,95
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	136.133,65	PROVISÕES A CURTO PRAZO	85.795,68
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	799.220,91
ESTOQUES	296.397,04		0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00		0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	42.079.472,01	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	795.366,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	600.163,89	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	600.163,89	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	600.163,89	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	41.449.982,40	PROVISÕES A LONGO PRAZO	795.366,00
BENS MÓVEIS	5.602.251,71	RESULTADO DIFERIDO	0,00
BENS IMÓVEIS	39.939.984,00		0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	4.092.253,31C		0,00
INTANGÍVEL	29.325,72		0,00
SOFTWARES	61.846,63		0,00
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA	32.520,91C		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	4.726.100,12
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	94.931.855,5
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.931.855,5
TOTAL	99.657.955,63	TOTAL	99.657.955,6
ATIVO FINANCEIRO	42.699.542,17	PASSIVO FINANCEIRO	3.930.734,12
ATIVO PERMANENTE	56.958.413,46	PASSIVO PERMANENTE	795.366,00
SALDO PATRIMONIAL			94.931.855,5

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	23.410.989,0
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	23.410.989,0

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício
Superávit Financeiro	38.768.808,05	26.627.793,2

Demonstrações Contábeis exigidas conforme Lei 4.320/64

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	50.430.849,55	40.072.219,90	50.430.849,55	40.072.219,90	47.047.479,23	6.975.259,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.050.078,08	19.137.705,08	18.050.078,08	19.137.705,08	21.010.810,33	1.873.105,25
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	18.050.078,08	19.137.705,08	18.050.078,08	19.137.705,08	21.010.810,33	1.873.105,25
ANUIDADES	18.050.078,08	19.137.705,08	18.050.078,08	19.137.705,08	21.010.810,33	1.873.105,25
RECEITA DE SERVIÇOS	28.090.409,65	18.080.943,12	28.090.409,65	18.080.943,12	23.319.894,66	5.238.951,54
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	57.430,22	57.430,22
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	28.090.409,65	18.080.943,12	28.090.409,65	18.080.943,12	23.249.795,48	5.168.852,36
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	12.668,96	12.668,96
FINANCEIRAS	3.806.977,23	2.408.290,66	3.806.977,23	2.408.290,66	2.437.237,03	28.946,37
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	641.472,84	631.195,40	641.472,84	631.195,40	1.004.859,61	373.664,21
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	544,00	544,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.165.504,39	1.777.095,26	3.165.504,39	1.777.095,26	1.431.833,42	-345.261,84
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	14.770,80	14.770,80
MULTAS SOBRE ANUIDADES	804.670,98	791.778,84	804.670,98	791.778,84	549.813,90	-241.964,94
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.360.833,41	985.316,42	2.360.833,41	985.316,42	867.248,72	-118.067,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	483.384,59	445.281,04	483.384,59	445.281,04	279.537,21	-165.743,83
MULTAS DE INFRAÇÕES	76.650,00	70.607,94	76.650,00	70.607,94	15.948,15	-54.659,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	406.734,59	374.673,10	406.734,59	374.673,10	263.589,06	-111.084,04
RECEITA DE CAPITAL	10.000.000,00	14.599.575,00	10.000.000,00	14.599.575,00	0,00	-14.599.575,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000.000,00	14.599.575,00	10.000.000,00	14.599.575,00	0,00	-14.599.575,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	10.000.000,00	14.599.575,00	10.000.000,00	14.599.575,00	0,00	-14.599.575,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	60.430.849,55	54.671.794,90	60.430.849,55	54.671.794,90	47.047.479,23	-7.624.315,67
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	60.430.849,55	54.671.794,90	60.430.849,55	54.671.794,90	47.047.479,23	-7.624.315,67

Demonstrações Contábeis exigidas conforme Lei 4.320/64

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	50.016.673,93	46.071.987,65	33.607.488,43	33.607.488,43	32.593.792,03	12.464.499,22	
PESSOAL	25.525.466,97	22.399.459,92	22.029.862,23	22.029.862,23	21.487.179,28	369.597,69	
PESSOAL E ENCARGOS	24.510.114,20	21.835.672,07	21.835.671,41	21.835.671,41	21.292.988,46	0,66	
DIÁRIAS	1.015.352,77	563.787,85	194.190,82	194.190,82	194.190,82	369.597,03	
MATERIAL DE CONSUMO	746.413,13	548.256,77	402.824,21	402.824,21	400.144,21	145.432,56	
MATERIAL DE CONSUMO	746.413,13	548.256,77	402.824,21	402.824,21	400.144,21	145.432,56	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.677.707,72	3.637.238,74	1.371.178,14	1.371.178,14	1.371.178,14	2.266.060,60	
DIÁRIAS	6.677.707,72	3.637.238,74	1.371.178,14	1.371.178,14	1.371.178,14	2.266.060,60	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.960.757,09	6.729.037,36	4.154.496,71	4.154.496,71	3.688.726,00	2.574.540,65	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	614.717,29	848.941,13	277.088,95	277.088,95	240.277,98	571.852,18	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	62.898,93	65.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	20.000,00	
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	856.155,64	108.787,91	16.440,30	16.440,30	14.546,06	92.347,61	
SERVIÇOS PRESTADOS	5.685.848,94	5.602.467,74	3.755.877,61	3.755.877,61	3.331.451,10	1.846.590,13	
PASSAGENS	741.136,29	103.840,58	60.089,85	60.089,85	57.450,86	43.750,73	
ENCARGOS DIVERSOS	1.460.966,32	1.555.385,95	968.124,64	968.124,64	965.561,90	587.261,31	
ENCARGOS DIVERSOS	1.460.966,32	1.555.385,95	968.124,64	968.124,64	965.561,90	587.261,31	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.738,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.639.624,27	11.202.608,91	4.681.002,50	4.681.002,50	4.681.002,50	6.521.606,41	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	935.024,00	857.105,78	857.105,76	857.105,76	857.105,76	0,02	
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	3.481.393,27	8.872.865,48	2.351.807,43	2.351.807,43	2.351.807,43	6.521.058,05	
FUNDO - CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	3.223.207,00	1.472.637,65	1.472.089,31	1.472.089,31	1.472.089,31	548,34	
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	10.000.000,00	8.599.485,00	991.855,95	991.855,95	991.855,95	7.607.629,05	
INVESTIMENTOS	10.000.000,00	8.599.485,00	991.855,95	991.855,95	991.855,95	7.607.629,05	
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	1.001.110,00	450.837,37	0,00	0,00	0,00	450.837,37	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	7.998.890,00	7.148.647,63	991.855,95	991.855,95	991.855,95	6.156.791,68	
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	414.175,62	322,25	0,00	0,00	0,00	322,25	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	60.430.849,55	54.671.794,90	34.599.344,38	34.599.344,38	33.585.647,98	20.072.450,52	
SUPERÁVIT	0,00	0,00	12.448.134,85	0,00	0,00	-12.448.134,85	
TOTAL	60.430.849,55	54.671.794,90	47.047.479,23	34.599.344,38	33.585.647,98	7.624.315,67	

Demonstrações Contábeis exigidas conforme Lei 4.320/64

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	47.047.479,23	53.043.306,25	Despesa Orçamentária	34.599.344,38	79.588.968,16
RECEITA REALIZADA	47.047.479,23	53.043.306,25	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	2.027.677,29
RECEITA CORRENTE	47.047.479,23	53.043.306,25	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.013.696,40	1.858.158,92
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	21.010.810,33	20.961.646,47	CREDITO EMPENHADO – PAGO	33.585.647,98	75.703.131,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	21.010.810,33	20.961.646,47	DESPESA CORRENTE	32.593.792,03	35.598.160,66
ANUIDADES	21.010.810,33	20.961.646,47	PESSOAL	21.487.179,28	20.608.511,52
RECEITA DE SERVIÇOS	23.319.894,66	25.843.760,06	MATERIAL DE CONSUMO	400.144,21	390.056,97
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	57.430,22	55.562,06	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.371.178,14	4.242.849,30
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	23.249.795,48	25.773.100,58	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.688.726,00	5.313.744,88
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	12.668,96	15.097,42	ENCARGOS DIVERSOS	965.561,90	1.182.414,54
FINANCEIRAS	2.422.466,23	5.576.261,53	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.681.002,50	3.856.038,88
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.004.859,61	1.116.798,38	DESPESA DE CAPITAL	991.855,95	40.104.971,29
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	544,00	0,00	INVESTIMENTOS	991.855,95	40.104.971,29
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.417.062,62	4.459.463,15	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.544,57
MULTAS SOBRE ANUIDADES	549.813,90	843.583,10		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	867.248,72	3.615.880,05		0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	294.308,01	661.638,19		0,00	0,00
MULTAS DE INFRAÇÕES	30.718,95	89.685,27		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	263.589,06	571.952,92		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	86.145.960,22	94.169.536,96	Pagamentos Extraorçamentários	88.887.677,11	92.556.580,64
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	2.027.677,29	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.027.672,37	1.202.171,16
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.013.696,40	1.858.158,92	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.811.080,85	1.188.258,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.901.678,25	56.879.015,58	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.809.788,81	56.675.440,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários	32.230.585,57	33.404.685,17	Outros Pagamentos Extraorçamentários	32.239.135,08	33.490.711,08
Saldo em espécie do Exercício Anterior	32.993.124,21	57.925.829,80	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	42.699.542,17	32.993.124,21
Caixa e Equivalente de Caixa	32.993.124,21	57.925.829,80	Caixa e Equivalente de Caixa	42.699.542,17	32.993.124,21
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	0,00	0,00	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	0,00	0,00
Total:	166.186.563,66	205.138.673,01		166.186.563,66	205.138.673,01

Demonstrações Contábeis exigidas conforme Lei 4.320/64

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE
CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE	47.047.479,23	53.043.306,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	21.010.810,33	20.961.646,47
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES ANUIDADES	21.010.810,33	20.961.646,47
RECEITA DE SERVIÇOS	23.319.894,66	25.843.760,06
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	57.430,22	55.562,06
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	23.249.795,48	25.773.100,58
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	12.668,96	15.097,42
FINANCEIRAS	2.422.466,23	5.576.261,53
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.004.859,61	1.116.798,38
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	544,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.417.062,62	4.459.463,15
MULTAS SOBRE ANUIDADES	549.813,90	843.583,10
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	867.248,72	3.615.880,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	294.308,01	661.638,19
MULTAS DE INFRAÇÕES	30.718,95	89.685,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	263.589,06	571.952,92
OUTROS INGRESSOS	85.132.263,82	90.283.700,75
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	88.887.677,11	92.556.580,64

Demonstrações Contábeis exigidas conforme Lei 4.320/64

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	43.292.065,94	50.770.426,36
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	32.593.792,03	35.598.160,66
PESSOAL	21.487.179,28	20.608.511,52
MATERIAL DE CONSUMO	400.144,21	390.056,97
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.371.178,14	4.242.849,30
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.688.726,00	5.313.744,88
ENCARGOS DIVERSOS	965.561,90	1.182.414,54
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.544,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.681.002,50	3.856.038,88
DESPESA DE CAPITAL	991.855,95	40.104.971,29
INVESTIMENTOS	991.855,95	40.104.971,29
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-33.585.647,98	-75.703.131,95
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.706.417,96	-24.932.705,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	32.993.124,21	57.925.829,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	42.699.542,17	32.993.124,21

The background features a detailed architectural line drawing of a city skyline, including various skyscrapers, a prominent cathedral with multiple spires, and a bridge. Two large, semi-transparent circles, one in a darker blue and one in a lighter blue, overlap in the center of the page. The text 'ANEXOS E APÊNDICES' is centered within the intersection of these circles.

ANEXOS E APÊNDICES

Anexos e Apêndices

O Relatório de Gestão Integrado – Exercício 2020 do CAU/SP foi aprovado pela CPFi em sua 3ª Reunião Ordinária realizada no dia 11 de Março de 2021, conforme Deliberação CPFi/CAU/SP nº 10/2021:



CAU/SP SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

PROCESSO	
INTERESSADO	CPFi - CAU/SP
ASSUNTO	Aprovação do Relatório de Gestão Integrado (RGI) – Exercício 2020
DELIBERAÇÃO Nº 10/2021 - CPFi-CAU/SP	

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - CPFi - CAU/SP, reunida ordinária e virtualmente, via Microsoft Teams, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 98 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Resolução CAU/BR número 200/2020, que dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis, e de prestação de contas e apresentação do Relatório de Gestão Integrado anuais;

Considerando a Instrução Normativa número 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece as normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal;

Considerando a Decisão Normativa 187/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que divulga a relação das unidades prestadoras de contas e estabelece os elementos de conteúdo dos relatórios de gestão e os prazos de atualização das informações que integram a prestação de contas da administração pública federal;

Considerando a necessidade de apresentação, de análise e de aprovação das contas do CAU/SP;

Considerando o Relatório Contábil CAU/BR número 25/2021, emitido pela ATA Contabilidade e Auditoria Ltda/CRC-DF Nº 485 - Assessoria Contábil e Financeira do CAU/BR, que referendou os registros e demonstrativos contábeis do CAU/SP no exercício 2020, considerando a Prestação de Contas apta a passar pela auditoria contratada pelo CAU/BR;

Considerando a regularidade da Prestação de Contas do CAU/SP pelo Núcleo de Contabilidade do CAU/BR, transmitida pela plataforma Auditoria.NET, na qual consta que: "A prestação de contas contábil do CAU/SP, de janeiro a dezembro de 2020, foi aprovada pelo núcleo de contabilidade do CAU/BR. Podem providenciar o encerramento formal do exercício no SISCONT.NET. Informamos que os balanços estão em condição de serem analisados pelas instâncias deliberativas do CAU/SP e pela Auditoria Interna do CAU/BR.";

Considerando a apresentação do Relatório de Gestão Integrado – Exercício 2020, elaborado pela equipe técnica da Gerência Financeira (GF) do CAU/SP;

Considerando que todas as deliberações de comissão devem ser encaminhadas à Presidência do CAU/SP, para verificação e encaminhamentos, conforme Regimento Interno do CAU/SP.

DELIBERA:

1. Aprovar o Relatório de Gestão Integrado do CAU/SP – Exercício 2020;
2. Encaminhar a presente deliberação à Presidência com a solicitação de que seja enviada ao CAU/BR.

Deliberação nº 10/2021 – CPFi-CAU-SP

Rua Formosa, 367 - 23ª andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br



CAU/SP SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Com 12 votos favoráveis dos (as) conselheiros (as), Renata Alves Sunega, Barbara Emilia Kemp Dugaich Auto, Bruna Beatriz Nascimento Fregonezi, Daniel Passos Proença, Fernanda Simon Cardoso, Bruno Ghizellini Neto, José Renato Soibelmann Melhem, Maria Eduarda Curio Alcantara e Silva; Maria Teresa Cardoso Fedeli, Milene Sabbag Abila Scala, Sandra Aparecida Rufino e Vera Lúcia Blat Migliorini, 00 votos contrários e 00 abstenções.

São Paulo/SP, 11 de março de 2021.

Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 019/2020, que aprovou a participação virtual de membros de comissões permanentes do CAU/SP nas reuniões presenciais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

MARCOS STEFANO
ZASTAVNY DO
COUTO:26173155842
Assinado de forma digital por
MARCOS STEFANO ZASTAVNY DO
COUTO:26173155842
Dados: 2021.03.15 11:36:56 -03'00'
MARCOS STEFANO ZASTAVNY DO COUTO
Assessor de Direção - Financeiro

Deliberação nº 10/2021 – CPFi-CAU-SP

Rua Formosa, 367 - 23ª andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

Anexos e Apêndices

A Prestação de Contas – Exercício 2020 do CAU/SP foi aprovado pela CPFi em sua 3ª Reunião Ordinária realizada no dia 11 de Março de 2021, conforme Deliberação CPFi/CAU/SP nº 11/2021:



PROCESSO	
INTERESSADO	CPFi - CAU/SP
ASSUNTO	Aprovação da Prestação de Contas – Exercício 2020
DELIBERAÇÃO Nº 11/2021 - CPFi-CAU/SP	

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - CPFi - CAU/SP, reunida ordinária e virtualmente, via Microsoft Teams, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 98 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Resolução CAU/BR número 200/2020, que dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis, e de prestação de contas e apresentação do Relatório de Gestão Integrado anuais;

Considerando a Instrução Normativa número 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece as normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal;

Considerando a Decisão Normativa 187/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que divulga a relação das unidades prestadoras de contas e estabelece os elementos de conteúdo dos relatórios de gestão e os prazos de atualização das informações que integram a prestação de contas da administração pública federal;

Considerando que as apresentações, análises e aprovações das Prestações de Contas do CAU/SP devem ser realizadas periodicamente;

Considerando o Relatório Contábil CAU/BR número 25/2021, emitido pela ATA Contabilidade e Auditoria Ltda/CRC-DF Nº 485 - Assessoria Contábil e Financeira do CAU/BR, que referendou os registros e demonstrativos contábeis do CAU/SP no exercício 2020, considerando a Prestação de Contas apta a passar pela auditoria contratada pelo CAU/BR;

Considerando a regularidade da Prestação de Contas do CAU/SP pelo Núcleo de Contabilidade do CAU/BR, tramitada pela plataforma Auditoria.NET, na qual consta que: "A prestação de contas contábil do CAUSP, de janeiro a dezembro de 2020, foi aprovada pelo núcleo de contabilidade do CAU/BR. Podem providenciar o encerramento formal do exercício no SISCONT.NET. Informamos que os balanços estão em condição de serem analisados pelas instâncias deliberativas do CAU/SP e pela Auditoria Interna do CAU/BR";

Considerando a apresentação da Prestação de Contas – Exercício 2020, elaborado pela equipe técnica da Gerência Financeira (GF) do CAU/SP;

Considerando que todas as deliberações de comissão devem ser encaminhadas à Presidência do CAU/SP, para verificação e encaminhamentos, conforme Regimento Interno do CAU/SP.

DELIBERA:

1. Aprovar a Prestação de Contas do CAU/SP – Exercício 2020;

Deliberação nº 11/2021 – CPFi-CAU-SP

Rua Formosa, 367 - 23ª andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

2. Disponibilizar a Prestação de Contas do CAU/SP – Exercício 2020 para ser examinada pela auditoria externa a ser contratada pelo CAU/BR e que está prevista para o período de 1/4 a 31/5/2021;
3. Encaminhar a presente deliberação à Presidência com a solicitação de que seja enviada ao CAU/BR.

Com 12 votos favoráveis dos (as) conselheiros (as), Renata Alves Sunega, Barbara Emilia Kemp Dugaich Auto, Bruna Beatriz Nascimento Fonezezi, Daniel Passos Proença, Fernanda Simon Cardoso, Bruno Ghizzellini Neto, José Renato Soibelmann Melhem, Maria Eduarda Curio Alcantara e Silva; Maria Teresa Cardoso Fedeli, Milene Sabbag Abla Scala, Sandra Aparecida Rufino e Vera Lúcia Blat Migliorini, 00 votos contrários e 00 abstenções.

São Paulo/SP, 11 de março de 2021.

Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 019/2020, que aprovou a participação virtual de membros de comissões permanentes do CAU/SP nas reuniões presenciais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

MARCOS STEFANO
ZASTAVNY DO
COUTO:26173155842

Assinado de forma digital por
MARCOS STEFANO ZASTAVNY DO
COUTO:26173155842
Dados: 2021.03.15 19:18:11 -03'00'

MARCOS STEFANO ZASTAVNY DO COUTO
Assessor de Direção - Financeiro

Deliberação nº 11/2021 – CPFi-CAU-SP

Rua Formosa, 367 - 23ª andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DO CAU/SP GESTÃO 2018-2020

Marco Antônio Teixeira da Silva

Coordenador

Miriam Roux Azevedo Addor

Coordenadora Adjunta

Maria Alice Gaiotto

Nancy Laranjeira Tavares de Camargo

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso

Fernanda Menegari Querido

Angela de Arruda Camargo Amaral

Edson Jorge Elito

Mario Wilson Pedreira Reali

Membros Titulares

Liana Paula Perez De Oliveira

Paulo Machado Lisbôa Filho

Fabiano Puglia Moreno Marin

*Denis Roberto Castro Perez (in memoriam)

Renata Alves Sunega

Daniela da Camara Sutti

Lizete Maria Rubano

Adalberto da Silva Retto Junior

Membros Suplentes

COLABORADORES DA GERÊNCIA FINANCEIRA DO CAU/SP

Roberto Munuera Reyes

Gerente

Marcos Stefano Z. do Couto

Assessor

Vanessa Barbosa Enju

Coordenadora Responsável

Polyana Vilas Boas

Sandra Regina Oliveira

Coordenadores

Everton Diego Nagatsuka

Janaina Baptista

Supervisores

Danilo Rocha Serafim

Analista

Alexandre Suguiyama Rovai

Alzira Neli dos Santos Mosca

Amanda Alves Calazans dos Santos

Ana Cláudia Alves Monteiro

Jhony Matos dos Santos

João Paulo Lopes de Faria

Luan Kendji Yamaue

Luis Alberto dos Santos

Marcelo Aparecido

Renata Ap. Pitaña B. Vasquez

Selma Janete Coelho

Victor Fernandes

Assistentes